

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA

ROBERTO LIMA NORONHA

**TRAUMA E DESTINOS DA FIGURA DO PAI NO DISCURSO FREUDIANO:
DA SEDUÇÃO AO DESAMPARO**

Rio de Janeiro

2019

ROBERTO LIMA NORONHA



UFRJ

TRAUMA E DESTINOS DA FIGURA DO PAI NO
DISCURSO FREUDIANO: DA SEDUÇÃO AO
DESAMPARO.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Teoria Psicanalítica.

Orientador: Prof. Dr. Joel Birman

Rio de Janeiro

Fevereiro de 2019

CIP - Catalogação na Publicação

N852t Noronha, Roberto Lima
Trauma e destinos da figura do pai no discurso freudiano: da sedução ao desamparo. / Roberto Lima Noronha. -- Rio de Janeiro, 2019.
96 f.

Orientador: Joel Birman.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, 2019.

1. Trauma psíquico. 2. Psicanálise freudiana. 3. Sexualidade. 4. Figura do pai. 5. Modernidade ocidental. I. Birman, Joel, orient. II. Título.

Roberto Lima Noronha

TRAUMA E DESTINOS DA FIGURA DO PAI NO
DISCURSO FREUDIANO: DA SEDUÇÃO AO
DESAMPARO.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Teoria Psicanalítica.

Aprovada em 01/02/2019.

Prof. Dr. Joel Birman – UFRJ
(Presidente da Banca Examinadora)

Profa. Dra. Regina Herzog – UFRJ

Profa. Dra. Claudia Braga de Andrade - UFOP

Dedicatória

No dia 31 de março de 1964 nascia, na bucólica Belém das mangueiras, do cheiro típico das frutas do norte, da chuva diária do início da tarde, dos casarões coloniais portugueses e arquitetura francesa, aquele que estaria ao meu lado nos melhores anos de nossas vidas. Cresceu e foi tomado por um sentimento inspirador de natureza divina, que o convocou à realização de um projeto espiritual. Aquele menino alegre e de natureza indócil se transformou para sempre com sua epifania e viveu longos anos dedicados ao seu Deus, à sua congregação e à sua família. Ele costumava dizer, quando nos despedíamos: “Te amo muito irmão, para sempre!”.

Há três anos vivia bravamente uma luta diária de superação contra um terrível mal orgânico que o acometeu, como a tantos outros da nossa espécie. Foi guerreiro até o fim, partindo do nosso convívio na manhã do dia 20 de dezembro de 2018, no tempo em que eu concluía essa dissertação, escrevendo sobre angústia, pulsão de morte e desamparo. Foi imensa a dor de sua partida e é gigantesco o vazio de sua ausência para os que ficaram, repletos de eterna saudade.

Há dois anos, quando lhe disse: “passei para o mestrado!”, ele afirmou: “você vai fazer um doutorado também!”. Eu nem pensava sobre isso naquele momento, mas ele acertou em cheio: fui aprovado para 2019.

Não sou religioso, mas meu irmão o era. E muito! Foi pastor da Igreja Batista do Sião, em Belém do Pará; e queria estudar psicologia, para mais e melhor ajudar a sua congregação. E eu não poderia deixar de prestar essa homenagem, dedicando a ele esses escritos e reproduzindo aqui as palavras bíblicas que lhe foram escolhidas como epitáfio:

“Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé.” (2 Timóteo 4:7).

Também te amo, querido irmão Nelson, para sempre!

Agradecimentos

À coragem, determinação e talento do Dr. Sigmund Freud, que desbravou esse território tão sedutor e ainda hoje tão incômodo da Psicanálise;

Ao povo brasileiro, que com o dinheiro de seus impostos ajudam a manter as universidades públicas federais em funcionamento;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos concedida ao longo de dois anos de mestrado;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica (PPGTP) do Instituto de Psicologia da UFRJ, pelas aulas e seminários;

Ao prof. Dr Joel Birman (UFRJ), por me receber como orientando e ajudar a dar os primeiros passos como pesquisador;

Às professoras Regina Herzog (UFRJ) e Cláudia Braga de Andrade (UFOP), que gentilmente aceitaram o meu convite para a banca examinadora, e pelas valiosas contribuições no exame de qualificação;

Aos queridos companheiros mestrandos e doutorandos, pelo apoio, incentivo e exemplo inspirador;

À minha família, em especial à minha mãe Luci Noronha, que soube suportar com bravura as dificuldades do caminho na criação e educação de seus filhos;

Aos queridos e saudosos avós maternos, exemplos de vidas dedicadas e amorosas;

Ao meu pai José Noronha, pelo acolhimento e apoio de todas as formas que lhe foi possível.

“A pulsão recalcada jamais desiste de lutar por sua completa satisfação, que consistiria na repetição de uma vivência primária de satisfação; todas as formações substitutivas e reativas, todas as sublimações não bastam para suprimir sua contínua tensão, e da diferença entre o prazer de satisfação encontrado e o exigido resulta o fator impulsor que não admite a permanência em nenhuma das situações produzidas, mas, nas palavras do poeta, *‘sempre impele, indomável, para a frente’*.”

(SIGMUND FREUD, em *Além do princípio do prazer*)

“Contra toda expectativa, até mesmo contra toda ideia recebida, a noção de pai intervém no campo conceitual da psicanálise como um *operador simbólico a-histórico*. Todavia, ficando fora da história, ele não deixa de estar paradoxalmente inscrito no ponto de origem de toda história.”

(JOËL DOR, em *O pai e sua função em psicanálise*)

NORONHA, Roberto Lima. TRAUMA E DESTINOS DA FIGURA DO PAI NO DISCURSO FREUDIANO: DA SEDUÇÃO AO DESAMPARO. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019, 105f.

Resumo: Trata-se aqui de pensar a questão do trauma em Freud em função do lugar ocupado pela figura do pai no contexto de emergência e desenvolvimento da psicanálise. O objetivo é fazer uma exposição teórica dos destinos daquela figura no discurso freudiano e suas implicações na formulação da categoria do trauma, seguindo o percurso *sedução-fantasia-interdição-desamparo*, eleito como recorte-eixo de abordagem das questões propostas pela dissertação. Primeiramente a figura do pai será delineada no contexto histórico-genealógico de emergência da modernidade ocidental com a ajuda de Foucault, em cuja pauta se inclui saber e poder, lei e norma, sexualidade e desejo; em seguida, se dará destaque ao desaparecimento da categoria do trauma em Freud com a mudança de status concedida ao pai, da sedução à interdição da sexualidade infantil, com consequências teóricas para a psicanálise; e por fim, o inevitável retorno do trauma com as neuroses de guerra e o fim da figura do pai protetor, com a inelutável emergência da trágica condição expressa pela categoria do desamparo.

Palavras-chave: Trauma, figura do pai, psicanálise freudiana, modernidade, biopoder, sexualidade, sedução, fantasia, interdição, desamparo, subjetivação.

NORONHA, Roberto Lima. LE TRAUMA ET LES DESTINS DE LA FIGURE DU PÈRE DANS LE DISCOURS CHEZ FREUD: DE LA SÉDUCTION À LA DÉTRESSE. Dissertation (Master em Théorie Psychanalytique). Institut de Psychologie, Université Fédéral du Rio de Janeiro, 2019. 105f.

Résumé: Il s'agit ici de penser la question du trauma chez Freud em fonction de la place occupé par la figure du père dans le contexte de l'urgence et du développement de la psychanalyse. L'objectif est de faire une exposition théorique des destins de cette figure au sein du discours Freudien et de ses implications dans la formulation de la catégorie du trauma, en suivant le schéma *séduction-fantasme-interdction-détresse*, établit comme axe-clé dans le traitement des questions posées dans la dissertation. Premièrement, la figure du père sera déclinée dans le contexte historico-généalogique de l'urgence de la modernité occidentale avec l'aide de Foucault, qui traite des sujets tels que le savoir et le pouvoir, la loi et la norme, la sexualité et le désir; on mettra ensuite en relief la disparition de la catégorie du trauma chez Freud avec le changement du statut donné au père , depuis la séduction jusqu'à l'interdiction de la sexualité infantile; et enfin, on abordera l'inévitable retour du trauma avec les névroses de la guerre et la fin de la figure du père protecteur, et avec l'indéniable évidence de la tragique condition exprimée par la catégorie de la détresse.

Mots-clés: Trauma, figure du père, psychanalyse chez Freud, modernité, biopouvoir, sexualité, la séduction, fantasme, interdiction, détresse, subjectivation.

Sumário

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 A FIGURA DO PAI NA MODERNIDADE | 14 |
| 1.1 SOBRE FOUCAULT E A MODERNIDADE | 18 |
| 1.2 MODERNIDADE E SEXUALIDADE | 27 |
| 2 O PAI TRAUMÁTICO: DA SEDUÇÃO À INTERDIÇÃO | 43 |
| 2.1 A PATERNIDADE DA PSICANÁLISE | 44 |
| 2.2 A FIGURA DO PAI NA TEORIA DOS SONHOS | 52 |
| 2.3 SEXUALIDADE INFANTIL EM FREUD E A FIGURA DO PAI-INTERDITOR | 56 |
| 3 DO ÉDIPO AO DESAMPARO: UMA NOVA CONCEPÇÃO DO TRAUMA | 70 |
| 3.1 MITO DE ORIGEM E CULTURA DA VIOLÊNCIA | 71 |
| 3.2 TRAUMA E REFORMULAÇÃO TEÓRICA | 77 |
| 3.3 AQUÉM DO PRINCÍPIO DO PRAZER | 79 |
| 3.4 TRAUMA, FIXAÇÃO E REPETIÇÃO | 86 |
| 3.5 ANGÚSTIA E DESAMPARO | 89 |
| CONCLUSÃO | 93 |
| REFERÊNCIAS | 95 |

INTRODUÇÃO

Para Lacan o final do século XIX traz a marca do *acontecimento Freud* com a emergência do discurso psicanalítico¹. Para Foucault esse acontecimento é a marca de uma *história efetiva*, uma concepção de verdade desatrelada da ideia de essência e a proposta de um deslocamento metodológico herdeiro de Nietzsche.

Com a ajuda de Foucault visitaremos o solo histórico-genealógico da modernidade ocidental para encontrar determinados acontecimentos que irão modular a figura do pai que estará presente no nascimento da psicanálise por volta de 1897, quando a categoria do trauma em Freud – após sua emergência junto aos estudos sobre a histeria –, desaparecerá do horizonte teórico desse campo de pesquisa com o advento das ideias de fantasia e realidade psíquica.

Dentre aqueles acontecimentos destacam-se a queda do poder soberano com as revoluções dos séculos XVII e XVIII, a “morte de Deus” enunciada pela filosofia de Nietzsche, a mudança na estrutura familiar de extensa para nuclear e o descentramento do homem ocorrido com a teoria heliocêntrica de Copérnico e o evolucionismo de Darwin.

Entre idas e vindas num esforço de restauração da soberania perdida representada pela morte de Deus, pela queda do poder absoluto do Rei e pela restrição ao poder de ação da figura do Pai-soberano, teremos, de um lado, uma mudança no modo de pensar instituído pela razão científica herdeira de Descartes e, de outro, o advento do inconsciente freudiano com o deslocamento do cogito cartesiano (*Penso, logo sou*) para sua reformulação no modo lacaniano de pensar as ideias de Freud (*Penso onde não sou, logo sou onde não me penso*).

Veremos que a formulação do complexo de Édipo também sofrerá um golpe com a crítica de Foucault ao modelo de constituição psíquica centrado na lei da interdição, considerado uma prática normativa de regulação da sexualidade infantil perverso-polimorfa a serviço da disciplina e regulamentação biopolíticas. Mas não sem razão, já que por intermédio do Édipo a psicanálise faria o ocidente restaurar a figura humilhada do pai (BIRMAN, 2000a) que ocorre no contexto da modernidade em decorrência da orfandade

¹ A esse respeito ver o capítulo XII – *O campo do gozo* –, no seminário *De um Outro ao outro*, livro 16, de Jacques Lacan.

representada pela “morte de Deus”, com a desordenação simbólica da subjetividade do homem².

O tema da sexualidade será de grande interesse para os nossos propósitos por representar o fio condutor para a emergência da psicanálise desde os estudos de Freud sobre a Histeria com Jean-Martin Charcot, em Salpêtrière, e o seu posterior encontro com Josef Breuer.

Veremos um esforço da modernidade ocidental no estabelecimento de uma ordem de desejos e construção de uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora (FOUCAULT, 1978/2018a) que, longe de operar pelo dispositivo das velhas proibições estabelecidas por lei (hipótese repressiva), passa a valorizar uma economia de poder-saber que se vale de instrumentos de atenção-vigilância permanente instaurados pelas ciências humanas (psiquiatria, psicologia, pedagogia) a partir do modelo médico-normalizador que observa, ouve e registra tudo o que for da ordem do sexual, numa encruzilhada entre disciplina do corpo e regulação da população.

Faremos então uma análise do percurso que a figura do pai fará desde o lugar de sua aparição como sedutor da infância – a partir do relato clínico das históricas em processo de análise –, até a condição de agentes da interdição do incesto – que reinscreve a sexualidade infantil perverso polimorfa no modelo de constituição psíquica do complexo estruturante de Édipo –, chegando-se, por fim, à constatação insofismável de sua insuficiência frente aos acontecimentos imprevisíveis que submetem o homem e seu psiquismo à uma trágica condição de desamparo. Isso tudo em função de dois momentos extremamente importantes dos achados e formulações psicanalíticas de Freud, nos quais a categoria do trauma psíquico adquire posição de destaque.

Seguiremos, para esse fim, o caminho que vai das inquietações neurológicas de Freud com a anatomia do sistema nervoso, passando por seu desvio de interesse para a histeria e a hipnose, até chegar a uma proximidade conceitual com Oppenheim quando será enunciada a etiologia traumática da histeria e a definição de trauma psíquico como “toda impressão que o sistema nervoso tem dificuldade de abolir por meio do pensamento associativo ou da reação motora” (FREUD, 1892/1996d, p. 196).

² Cf. *Os complexos familiares na formação do indivíduo* (1936), de Jacques Lacan.

Abordaremos também o encontro com Breuer, a mudança sofrida pela técnica terapêutica da catarse sob hipnose para o mecanismo da livre associação de ideias, a leitura do trauma como corpo estranho, a apresentação do mecanismo psíquico como um processo de estratificação de traços de memória (onde ganha destaque o mecanismo do recalque, descrito então como falha na tradução dos eventos percebidos e registrados pelo psiquismo), até chegarmos, por fim, à teoria da sedução e à sua substituta, a teoria da fantasia, que abrirá caminho para a afirmação da sexualidade infantil e a formulação do complexo de Édipo, com o desaparecimento da ideia de trauma e o seu posterior retorno em 1920, no pós-guerra, quando a figura do antigo pai protetor – e agora insuficiente – será subsumida, com a emergência da categoria do desamparo.

Para chegar ao nosso objetivo de *pensar a questão do trauma em Freud em função do lugar ocupado pela figura do pai no contexto histórico-genealógico de emergência da psicanálise* faremos, portanto, o percurso representado pelo eixo *sedução-fantasia-interdição-desamparo*, acompanhando o deslocamento daquela figura no âmbito da família nuclear moderna, da proteção à insuficiência, e perfazendo dois momentos fecundos de formulações teóricas e práticas clínico-psicanalíticas, atravessados pelo traumático acontecimento da Primeira Guerra Mundial que coloca em questão, de forma insofismável, os ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade (século XVIII) e de defesa do uso da razão contra o antigo regime de trevas.

Ao final dessa travessia e de uma série de acontecimentos surpreendentes – que Freud procura habilmente e com rigor científico pensar, propondo uma leitura teórica fecunda e terapeuticamente consequente –, chegaremos à atualidade histórica e seus imperativos de urgência, excesso e transformações no modo de viver, que tentamos antever pelo mecanismo do sinal de angústia – proposto em um ensaio renovador de 1926 –, para não sucumbir ao poderoso afeto de desprazer representado por uma angústia real e traumática.

Veremos que nesse mundo de excessos e mudanças frequentes, estamos sob o efeito de mecanismos de controle e produção de subjetividades geradores de uma certa transformação antropológica (2005) onde o estatuto do tempo é subsumido ao espaço, resultando em uma coisificação do ser humano, que passa a ter sua capacidade de simbolização embotada e a manifestar no corpo, ação e sensações, a violência a que é submetido por aqueles mecanismos.

1 A FIGURA DO PAI NA MODERNIDADE

Nosso primeiro passo rumo aos destinos da figura do pai no discurso freudiano é criar contornos que delineiem essa figura no contexto histórico da modernidade.

As razões para isso se configuram no fato de ser a psicanálise engendrada nesse solo característico onde transformações cruciais no modo de ser e estar no mundo irão marcar de forma indelével os destinos da subjetividade ocidental. E pela profunda mudança político-social instituída com a queda do poder soberano que sustentava o regime autoritário do Estado absolutista, como se pode depreender das revoluções inglesa (século XVII) e francesa (século XVIII).

Por outro lado, a centralidade que o pai exerce nas formulações freudianas desde o advento do complexo de Édipo e da castração indica uma tentativa, pela via da psicanálise, de superação da condição trágica e dolorosa do desamparo a que o sujeito foi lançado em decorrência do projeto iluminista que se ergueu contra o antigo regime de trevas. Essa condição foi a resultante do afastamento do homem da figura central de Deus, dado que com sua morte (enunciada pela filosofia de Nietzsche) se perde “o fundamento simbólico do poder paterno” (BIRMAN, 2000a, p. 124) e se instaura o indivíduo como fundamento do mundo. Ainda nas palavras desse autor (ibid., p. 125), pela psicanálise “o Ocidente visaria restaurar pelo Édipo algo da figura humilhada do pai”. Mas o que queremos dizer com isso? De que se trata quando falamos de uma “figura humilhada do pai” no contexto da modernidade?

Antes de mais nada convém lembrar que essa formulação aparece em um dos ensaios iniciais de Lacan, *Os complexos familiares na formação do indivíduo* (1936), que associou a emergência do discurso psicanalítico a um processo de *humilhação* sofrido pela figura do pai no contexto da modernidade ocidental, discurso esse que teria como objetivo sinalizar os efeitos de uma desordenação simbólica sobre a subjetividade (em decorrência da orfandade divina acima referida) e promover uma reorientação da economia psíquica do sujeito em direção ao fundamento representado pela figura do pai (2000a).

Também não devemos perder de vista o fato expresso pela mudança na estrutura familiar ocorrida entre os séculos XVII e XVIII que vai de *extensa* (ou ampliada) a *nuclear* (ou elementar), o que configura uma restrição de poder do patriarca ou chefe de família.

Outros fatores mais podem ser associados à ideia de humilhação evocada por Lacan em seus escritos quando situa a figura do pai em uma posição degradante em relação ao lugar ocupado por esse personagem na cena histórica da modernidade. Dois deles fazem referência ao descentramento do homem e de suas convicções com relação ao lugar privilegiado ocupado anteriormente no contexto da existência de si e do mundo em que vive. No discurso freudiano a expressão que enuncia essa questão é formulada como *ferida narcísica*.

Com efeito, antes mesmo de Freud anunciar que “o eu não é senhor em sua própria casa” (1917/2010a, p. 250-1) e produzir o descentramento do sujeito em relação a consciência, dois outros acontecimentos marcaram para sempre o modo de pensar e sentir que organizava a vida no mundo pré-moderno.

De fato, a revolução astronômica produzida por Nicolau Copérnico a partir de sua teoria heliocêntrica (século XVI) – que colocava o Sol no centro do universo conhecido, destronando a Terra do lugar privilegiado que ocupava –, assim como as ideias do pesquisador e naturalista britânico Charles Darwin – ao falar de evolução das espécies a partir de um ancestral comum, por meio de um processo de seleção natural e sexual (século XIX) –, representaram um duro golpe na pretensão do homem a uma soberania que adentrou a modernidade fundamentada em um discurso metafísico sustentado pela filosofia de René Descartes (século XVII).

Circunscrever a figura do pai no contexto da modernidade é limitar sua influência enquanto autoridade simbólica considerando os pressupostos apresentados anteriormente, particularmente o que diz respeito ao reconhecimento e o significado da morte de Deus enunciada por Nietzsche, com a palavra sagrada sendo desalojada “da posição de fundamento da significação e do sentido” (BIRMAN, 2000a, p. 125) atribuídos ao mundo até então. Aquela limitação acima referida se justifica sobretudo pela mudança estabelecida no modo de pensar a partir da instauração de uma racionalidade soberana, herdeira de Descartes, que irá abrir caminho para a instauração de um discurso científico e tecnológico, capaz de “arguir sobre a veracidade dos enunciados e dos juízos” (ibid., p. 116) e de produzir transformações na natureza e na sociedade.

A sedução exercida pela racionalidade científica no seio da modernidade põe em cena três mitos bastante conhecidos que representam uma elaboração precisa da atitude e do sentimento próprios a um período que Charles-Pierre Baudelaire (teórico da arte francesa,

um dos precursores do simbolismo e reconhecido internacionalmente como o fundador da tradição moderna em poesia, no século XIX) revelou na figura do *flâneur* – errante, caminhante e observador atento das grandes metrópoles modernas –, que mantinha uma postura de permanente curiosidade e desejo de saber e conhecer, “com seu olhar perscrutador e fascinado” (BAUDELAIRE, *apud* BIRMAN, 2000a, p. 118), tudo o que seja da ordem da *novidade* e da *atualidade*, em um mundo que passa veloz como o movimento conturbado das vias públicas, já tão distante da vida calma e bucólica dos campos que fazem referência a outro tempo e estilo de vida.

Os mitos a que fizemos referência são os clássicos *Prometeu* (de Hesíodo)³, *Fausto* (de Johann Wolfgang von Goethe)⁴ e *Frankenstein* (de Mary Shelley)⁵. O primeiro, data do século VIII a.C. e faz parte de uma Teogonia (antigo tratado de mitologia grega) que descreve a ambição do homem pelo saber representado pela luz divina. O segundo foi inspirado em uma lenda popular alemã do século XVI, é considerado símbolo cultural da modernidade e representa muito bem, segundo o nosso entendimento, o espírito do Iluminismo (*Aufklärung*). E por fim o mais atual dos três, publicado no século XIX, e que se materializa a passos largos na atualidade com os avanços obtidos no campo cirúrgico dos transplantes de órgãos e, sobretudo, pelo uso de tecnologias criativas e reprodutivas realizadas em laboratório e implementadas a partir das descobertas do Projeto Genoma, pela via da engenharia genética. Nesse ponto, o homem passa a ser “a fonte da vida nos laboratórios científicos” (op. cit., 2000a, p. 116) pelo exercício da correspondente modalidade de razão, saindo, portanto, da antiga condição de passividade que a expressão “dádiva divina” representa.

Cabe-nos aqui fazer uma breve referência ilustrativa ao homem descrito pelos mitos acima apresentados, a partir da obra de um ícone do pensamento ocidental moderno (Friedrich Nietzsche) que viria inspirar, metodologicamente, as pesquisas de Michel

³ Nesse mito, a chama do conhecimento roubada de Zeus incendeia demiurgicamente os mortais humanos pela *techné* (arte técnica), necessária à lida com a materialidade imperiosa da natureza e fundamento da cultura humana moderna pela razão científica. (Disponível em: <https://laboratoriofilosofico.wordpress.com>, acesso em 04 out. 2018)

⁴ Constitui um poema de proporções épicas que relata a tragédia do Dr. Fausto, homem das ciências que, desiludido com o conhecimento de seu tempo, faz um pacto com o demônio Mefistófeles que o enche com a energia satânica insufladora da paixão pela técnica e pelo progresso.

⁵ No original inglês lançado em 1818, o personagem título da obra, considerada romance gótico, literatura de horror ou ficção científica (a primeira do gênero), era identificado como o *Prometeu Moderno* (numa clara referência ao mito grego descrito por Hesíodo).

Foucault (a quem recorreremos para dar mais consistência ao contorno que ora fazemos da figura do pai na modernidade) empreendidas desde sua *arqueologia do saber*, passando por uma *genealogia do poder* e seguindo em direção ao coroamento de um fecundo percurso intelectual com a elaboração do que ficou conhecido como *estética da existência*.

[...] o homem é uma corda, atada entre o animal e o além-do-homem – uma corda sobre um abismo. Perigosa travessia, perigoso caminho, perigoso olhar para trás, perigoso arrepiar-se e parar. O que é grande no homem, é que ele é uma ponte e não um fim: o que pode ser amado no homem, é que ele é um *passar* e um *sucumbir*. (NIETZSCHE, 1978, p. 227, grifo do autor)

Para chegarmos, portanto, até Foucault e nos determos mais especificamente e precisamente na configuração do solo histórico que propiciou o surgimento da psicanálise a partir de Freud (e com ela discutirmos o lugar que a figura do pai ocupa no estabelecimento desse saber de caráter teórico e terapêutico), propomos antes estabelecer algumas considerações a respeito da categoria do *modernismo*, para enriquecimento de nossa exposição.

Se a modernidade se funda na realização ontológica do eu – com o destaque conferido à consciência (*Cogito, ergo sum*) pelo discurso metafísico da filosofia de Descartes – e conduz ao domínio da razão científica na produção e agenciamento da verdade, “com o modernismo os reinos do eu e da razão são postos em questão” (op. cit., 2000a, p. 117). Aqui, portanto, podemos localizar o início do fim da pretensão e da soberba humana que colocou o homem como medida de todas as coisas, trazendo para o jogo cênico do modelo de representação estabelecido com o Iluminismo, certas rupturas que realocam as instâncias do eu e da consciência como “pontos de chegada de um longo e tortuosa processo [...] plural e marcado pela polissemia, [que] reenvia a individualidade para as forças que a perpassam e que regulam as suas relações com os outros e com o mundo” (ibidem).

São três os arautos do modernismo que legaram à posteridade ideias e práticas que pavimentaram o caminho para um outro mundo possível, a partir de uma “consciência crítica da modernidade” (op. cit., 2000a, p. 119). Marx, no século XIX, chamou atenção para as relações de produção (registros da economia e da política) como reguladoras das sociedades humanas e propôs um descentramento da consciência e do eu pelo exercício da luta de classes. Freud funda a psicanálise na virada para o século XX, com a formulação do inconsciente a partir da noção de recalque e do privilégio concedido às forças pulsionais e ao desejo sexual em relação ao eu e à consciência. E Nietzsche, na segunda metade do século

XIX, irá também subtrair a verdade ao domínio do eu e da razão, e atribuí-la (a verdade) à dimensão do poder, cuja genealogia será brilhantemente investigada e formulada por Michel Foucault.

1.1 SOBRE FOUCAULT E A MODERNIDADE

As categorias do saber e do poder a partir dos achados foucaultianos são instrumentos preciosos para dar continuidade a esse mapeamento que esboçamos na tentativa de criar algum contorno que possibilite localizar a figura do pai na modernidade. Elas aparecem, respectivamente, ao longo de uma arqueologia e de uma genealogia que Foucault realizará desde o lançamento de sua tese de doutorado defendida em 1961, na Sorbonne, intitulada *Loucura e desrazão – História da loucura na Idade Clássica*.

A preocupação com tais categorias do saber e do poder é declarada em entrevista concedida a Alexandre Fontana e publicada em 1977 no *L'arc* nº 70, intitulada *Vérité et pouvoir*. Ao responder a uma pergunta sobre a trajetória de sua pesquisa iniciada com a loucura e orientada, posteriormente, para a temática da criminalidade e da delinquência, Foucault declara que de início “um dos problemas que se colocava era o do estatuto político da ciência e as funções ideológicas que podia veicular” (1978/2018a, p. 35), inspiração para sua obra inaugural onde queria investigar quais as relações do saber psiquiátrico “com as estruturas políticas e econômicas da sociedade” (ibidem), dado que, segundo o seu entendimento, “o perfil epistemológico da psiquiatria é pouco definido e porque a prática psiquiátrica está ligada a uma série de instituições, de exigências econômicas imediatas e de urgências políticas de regulamentações sociais” (ibid., p. 35-6).

O mesmo se deu com sua obra seguinte, *O nascimento da clínica*, de 1963, onde considera que a medicina, apesar de ser estruturalmente mais sólida que a psiquiatria – se considerada de um ponto de vista epistemológico –, também estaria vinculada a uma dependência socio-institucional de ordem político-econômica.

Nesse contexto, a ideia de inconsciente (e descentramento) formulada por Freud (terceira ferida narcísica) poderá ser inferida desde o estabelecimento das chamadas ciências humanas, cuja condição de possibilidade emerge a partir da problemática da *morte do Homem* (2007).

Essa é uma ideia correlata àquela da *morte de Deus* enunciada por Nietzsche em sua *Genealogia da moral* de 1887, e que será assumida e elencada como uma problemática nas pesquisas de Foucault, correspondendo à decadência de um projeto humanista sustentado pela filosofia do sujeito. Dito de outra forma, nas palavras de Joel Birman (2000b, p. 50), “deslocar o fundamento do espírito para o inconsciente, retirando-o assim dos registros da consciência e do eu, implica o reconhecimento de que a figura do Homem estaria morta”.

Já nos referimos antes à condição de desamparo atribuída ao sujeito moderno pelo descentramento deste com relação à instância do eu e da consciência a partir do correlato acima referido entre a morte de Deus e a morte do Homem. Isso caracteriza a condição trágica de uma existência onde, segundo Foucault (op. cit., 2007), cai por terra uma episteme da representação em que as palavras eram signos das coisas e espelho do mundo, característica do que será enunciado por aquele autor como uma das duas técnicas interpretativas na tradição ocidental, a saber, a semiologia.

A outra das duas técnicas acima referidas seria a hermenêutica, que possibilitaria o deslizamento sem fim do sujeito através das palavras, uma vez que estas não seriam mais signos das coisas e espelho do mundo, perdendo-se com isso um caráter de origem para algo que seria da ordem do inapreensível, questão a que voltaremos mais tarde quando analisarmos o status de insuficiência da proteção atribuída à figura do pai, que Freud irá indicar com sua virada teórica de 1920, no pós-guerra. Palavra e coisa, portanto, não mais corresponderiam, e isso se constituiria como um estatuto crítico à tradição da filosofia do sujeito que se pode depreender desde a arqueologia do saber proposta por Michel Foucault, no início de sua trajetória intelectual.

O que se coloca em cena a partir desse momento é a categoria do *acontecimento* apontando para a noção de *descontinuidade* (ou ruptura epistemológica) que irá compor essa nova gramática filosófica. Nisso, como bem observa Foucault (1978/2018a, p. 40, grifo do autor), ficará marcada a diferença “entre as estruturas (aquilo que é *pensável*) e [...] [o que seria da ordem] do irracional, do impensável, daquilo que não entra e não pode entrar na mecânica e no jogo da análise, pelo menos na forma que tomaram no interior do estruturalismo”, ou seja, trata-se de uma “recusa das análises que se referem ao campo simbólico ou ao campo das estruturas significantes, e o recurso às análises que se fazem em termos de *genealogia das relações de força*, de desenvolvimentos estratégicos e de táticas” (ibid., p. 41).

É por esse viés que Foucault irá abordar a problemática da constituição na perspectiva interna de uma trama histórica, sem o recurso à ordem de um sujeito constituinte (como na fenomenologia), mas, ao contrário, livrando-se (como ele próprio afirma ser necessário fazer) não só do sujeito constituinte como do próprio sujeito, para que seja possível “*dar conta da constituição do sujeito na [própria] trama histórica*” (op. cit., 1978/2018a, p. 43).

É isso que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objetos etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história. (ibidem)

Importante marcarmos bem essa perspectiva genealógica da análise de Foucault sobre a história por ser este o caminho que escolhemos para pensar a figura do pai na modernidade como fundamento para orientar a questão a que nos propusemos nesta dissertação, ou seja, *os destinos da figura do pai no discurso freudiano* como fundamento teórico para a formulação da categoria do trauma.

O que está em pauta aqui é uma concepção crítica do modelo metafísico de história que vigorava desde Platão, a partir de um deslocamento metodológico de inspiração nietzschiana, que rompe com as amarras da temporalidade linear, da teleologia, do utilitarismo, da homogeneidade, do absoluto e da universalidade (VIANA, 2008). Rompe, portanto, com a tradição da razão que, segundo Nietzsche (*Aurora*, §123) tem a própria origem ligada ao acaso sendo, portanto, “desrazoável”.

Para Foucault (1978/2018a, p. 58) o genealogista é aquele que “tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica” (e nesse sentido, a escuta psicanalítica se aproxima de um trabalho genealógico), pois considera “que atrás das coisas há ‘algo inteiramente diferente’: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas”.

Essa mudança de perspectiva realizada por Foucault através de sua obra põe em evidência a dupla categoria do saber-poder como dispositivos que agenciam a produção de subjetividades a partir de técnicas de dominação com o intuito de promover um reordenamento do *poder* soberano pelo instituto do Estado moderno, sustentado agora por um aparelho de *saber* científico que possibilita a construção de procedimentos de normalização, com a medicina ocupando posição de destaque nesse projeto. Desse modo,

Foucault desnuda um procedimento de organização social onde *disciplina* (anátomo-política dos corpos) e *regulamentação* (biopolítica das populações) irão compor aquilo que passou para a história “efetiva” (*Wirkliche Historie*⁶) com o nome de biopoder. E uma certa “materialidade” histórica que a leitura genealógica de Foucault revela por esse procedimento emerge no corpo individual que compõe o social regulado por aquela política que incide agora sobre a vida (e não mais sobre a morte – *fazer morrer e deixar viver* – como no regime pré-moderno).

O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos [...], lugar de dissociação do Eu [...], volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência [*Herkunft* – jogo de forças que lutam entre si], está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo. (FOUCAULT, 1978/2018a, p. 65)

Uma leitura que pode ser feita a partir dessas marcas de história sobre o corpo (com consequências para a ordem do laço social) revelam o *domínio* de um *duplo saber*, cujo confronto de forças nos ajudam a compreender o caráter de proveniência (devir) e emergência que estão na base daquela singularidade histórica indicada e proposta pelo método genealógico que Foucault empresta de Nietzsche.

De um lado – e aqui a ideia de domínio remete à noção de dominação, controle ou supremacia – o *saber-poder* instituído pelo discurso científico (medicina, psiquiatria, psicologia, sociologia etc.) que sustenta a chamada *microfísica do poder* instituída pelas já referidas anátomo-política do corpo humano (disciplina que faz o corpo operar segundo máquina de produção) e pela biopolítica da população (regulação centrada na ideia de corpo-espécie que serve de suporte a determinados processos biológicos, tais como o controle de natalidade e a longevidade).

Por outro lado, aqueles “conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais [...] [que] podem permitir encontrar a clivagem dos confrontos, das lutas [...]” (FOUCAULT, 1978/2018a, p. 266). Esse é o domínio de um saber (e aqui o sentido da palavra domínio se contrapõe àquele outro, anteriormente citado, pelo caráter dinâmico de sua acepção) que corresponde ao objeto

⁶ Como é conhecida na concepção histórico-genealógica de Friedrich Nietzsche, que inverte a relação habitualmente estabelecida entre a irrupção do acontecimento e uma necessidade contínua que corresponderia, por sua vez, a uma tradição teleológica ou racionalista que tende a dissolver o acontecimento singular em uma continuidade ideal ou encadeamento natural (FOUCAULT, 1978/2018a, p. 73).

privilegiado do estudo arqueológico empreendido desde *História da loucura na Idade Clássica*, em 1961. Essa nova “materialidade” histórica que os corpos deixarão entrever enquanto “superfície de inscrição dos acontecimentos” revelarão um tipo de *saber-resistência* sob as organizações funcionais ou sistemáticas impostas pelo sistema coercitivo representado pela biopolítica dominante.

Foi o reaparecimento desses saberes que estão embaixo – saberes não qualificados e mesmo, desqualificados, do psiquiatrizado, do doente, do enfermo, do médico paralelo e marginal em relação ao saber médico, do delinquente etc., que chamarei de saber das pessoas e que não é de forma alguma um saber comum, um bom senso mas, ao contrário, um saber particular, regional, local, um saber diferencial incapaz de unanimidade e que só deve sua força à dimensão que o opõe a todos aqueles que o circulam – que realizou a crítica [à história tradicional]. (FOUCAULT, 1978/2018a, p. 266-7)

Acreditamos ser possível, nesse momento, voltar a estabelecer algumas associações para atingir o nosso propósito de circunscrever a figura do pai na modernidade, elencando o tema do “economicismo na teoria do poder”, segundo expressão formulado por Michel Foucault em seu curso no Collège de France de 7 de janeiro de 1976, intitulado *Genealogia e Poder* (1078/2018a). Por essa via pretende-se abordar o(s) poder(es) considerando-se uma questão de ordem político-econômica.

Trata-se, sem dúvida, de um exercício genealógico empreendido por Foucault ao confrontar uma concepção jurídica ou liberal do poder político reinante com “uma certa concepção corrente que passa como sendo a concepção marxista” (ibid., p.272). Digo genealógico por existirem consideráveis diferenças entre aquelas concepções, o que não impede uma aproximação (por apresentarem um ponto em comum, segundo Foucault) que possibilite uma conveniente análise crítica (1978/2018a).

Na primeira das duas concepções apresentadas cada indivíduo cederia, total ou parcialmente, o poder concreto que possui por direito (como se fosse um bem próprio) para a constituição de um poder político soberano, por intermédio do recurso ao contrato social. Já na concepção marxista o que está em jogo é a função econômica do poder que “teria essencialmente como papel manter relações de produção e reproduzir uma dominação de classe que o desenvolvimento e uma modalidade própria da apropriação das forças produtivas tornaram possível” (FOUCAULT, 1978/2018a, p. 273).

No primeiro caso, configura-se uma economia liberal baseada em um modelo de circulação de bens onde algo é cedido – o poder concreto e individual – para que em troca se receba os cuidados e a proteção necessária do poder político representado pelo Estado soberano, com base em uma operação jurídica. No outro caso, “o poder político teria na economia sua razão de ser histórica, o princípio de sua forma concreta e do seu funcionamento atual” (ibidem).

Nosso interesse em contrapor essas duas modalidades de poder é mostrar em ação aquilo que indicamos por proveniência (jogo de forças que lutam entre si) e emergência (o ponto de surgimento de um determinado estado de coisas) no modo de ser genealógico da história moderna ocidental; mas também introduzir um outro elemento de fundamental importância para o nosso trabalho que passa pela produção discursiva e seus efeitos de verdade.

“Não há possibilidade de exercício do poder sem certa economia dos discursos de verdade”, dirá Foucault em *Soberania e Disciplina*⁷ (1978/2018a, p. 279). Se pensarmos em termos de um corpo social, não podemos deixar de considerar que são múltiplas as relações de poder que se estabelecem, se dissociam e funcionam a partir de uma produção e circulação daqueles discursos de verdade, o que relaciona esses últimos com as categorias do poder e do direito.

Ora, se a soberania exercida por um Estado supostamente provedor, mediador e protetor, constituído por um contrato social regido por normas jurídicas (a categoria do direito) – que passa a ser a garantia de um desejável estado de bem-estar coletivo – é formuladora de um discurso de verdade consagrado na lei, esse discurso e os efeitos de seus enunciados irão agenciar um conjunto de práticas (que mobilizam afetos e estímulos) produtoras de subjetividade.

Então, em um primeiro momento depois da queda do regime monárquico (revoluções inglesa e francesa) onde o rei era lei⁸ e detinha o poder de morte sobre seus súditos, temos o advento de uma soberania de Estado com base em um poder jurídico (instituído pelo campo

⁷ Curso no Collège de France, em 14 de janeiro de 1976, publicado em *Microfísica do Poder* pela editora Paz e Terra em 2014 (1ª edição).

⁸ A reativação do Direito Romano no século XII foi o grande fenômeno em torno e a partir de que foi reconstituído o edifício jurídico que se [...] [tornou] um dos instrumentos técnicos e constitutivos do poder monárquico autoritário, administrativo e finalmente absolutista [...] [até] escapar ao controle real [...] [e] se abater sobre ele. (FOUCAULT, 1978/2018a, p. 280)

do direito e da lei). É nesse momento que se instaura a ordem de um poder disciplinar que tinha por objetivo a produção e extração eficaz de força e de trabalho sobre os corpos dos indivíduos, corpos que são docilizados e utilizados segundo o modelo prisional da vigilância, da correção e da punição.

No momento seguinte ao que foi acima descrito, ocorre um deslizamento no campo da economia do poder que vai do jurídico (lei) ao biológico (norma) instituído pelas técnicas médico-normalizadoras; do modo de individualização ao procedimento de massificação; de uma anátomo-política do corpo humano a uma biopolítica das populações; da disciplina à regulação.

Toda essa abordagem que fizemos da questão de um saber-poder desde uma referência ao Direito Romano e o seu reaparecimento na ordem jurídica das monarquias absolutistas até o estabelecimento – com o advento do movimento Iluminista na modernidade – de um biopoder e de uma biopolítica, teve como propósito situar o campo de emergência (*Entstehung*) – a partir de determinadas linhas de força tensionadas (*Herkunft*) – de algo que deverá situar com um certo grau de precisão (segundo nossa aposta), o lugar conferido à figura do pai no contexto do aparecimento, no final do século XIX, da psicanálise freudiana, onde essa mesma figura terá papel de destaque nas formulações que marcarão o nascimento daquela nova modalidade disciplinar ou saber terapêutico cuja fundamentação teórica será, essencialmente, da ordem de “um discurso sem fala” (LACAN, 1968-1969/2008a, p. 14).

Esse algo a que nos referimos acima diz respeito ao poder e seu mecanismo de transmissão que, segundo Foucault (1978/2018a, p. 284), “funciona e se exerce em rede”, tendo o indivíduo como “um de seus primeiros efeitos” (*ibid.*, p. 285).

Um fato histórico deve ser levado em conta nessa trajetória que resumimos agora, para chegar ao poder que investe a figura do pai na modernidade: a *teoria jurídico-política da soberania*. Acompanhando as pesquisas de Michel Foucault podemos vê-la desempenhando quatro papéis em momentos históricos distintos.

Em princípio entra em cena no papel de um poder efetivo da monarquia feudal. Em seguida mascara-se de instrumento e justificativa para as grandes monarquias administrativas. Em um terceiro momento (séculos XVI e XVII) aquela teoria da soberania passou a ser usado em um duplo sentido, “seja para limitar, seja, ao contrário, para reforçar

o poder real” (FOUCAULT, 1978/2018a, p. 289-290). Foucault declara textualmente que nesse momento ela foi uma *arma* que circulou entre católicos e protestantes (monarquistas ou não), aristocratas e parlamentares, reis e vassallos. Finalmente, já no século XVIII com a Revolução Francesa, é reativada com base no Direito Romano, para “construir um modelo alternativo contra as monarquias administrativas, autoritárias ou absolutas, o das democracias parlamentares” (ibid., p. 290), que chegou até o nosso tempo.

Se prestarmos atenção poderemos ver com muita clareza a ocorrência de um deslocamento no exercício do poder ao longo da trajetória que foi acima apresentada. Em princípio, o poder era exercido em termos da relação soberano-súdito sobre corpos supliciados e sobre a terra e seus produtos, para em seguinte empregar-se um exercício contínuo de poder “que supõe mais um sistema minucioso de coerções materiais do que a existência física de um soberano” (ibid., p. 291), e que se aplica sobre corpos disciplinados⁹ “pelos dispositivos de exame e vigilância” (YAZBEK, 2015, p. 108), como será mostrado em *Vigiar e punir*, obra publicada em 1975. Ou seja:

[...] a teoria da soberania e a organização de um código jurídico nela centrado permitiram sobrepor aos mecanismos da disciplina um sistema de direito que ocultava seus procedimentos e técnicas de dominação e garantia o exercício dos direitos soberanos de cada um através da soberania do Estado. Os sistemas jurídicos – teorias ou códigos – permitiram uma democratização da soberania, por meio da constituição de um direito público articulado com a soberania coletiva, no exato momento em que a democratização se fixava com mais profundidade, através dos mecanismos de coerção disciplinar. (FOUCAULT, 1978/2018a, p. 292)

Então, a partir do modelo arquitetônico proposto por Jeremy Bentham¹⁰ como sistema de encarceramento, Foucault fará referência a algo que denominou “máquina panóptica”, que possibilitará uma vigilância regrada e permanente onde “são os dominados que se mostram, e não [mais] os dominadores [como fazia o soberano]” (YAZBEK, 2015, p. 219), o que dispõe o Panóptico para além de um modelo arquitetônico e o estabelece como

⁹ “Quer dizer que pode haver um ‘saber’ do corpo que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que é mais que a capacidade de vencê-las: esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar a tecnologia política do corpo”. (FOUCAULT, 1975/1987, p. 29)

¹⁰ Pensador e jurista teórico inglês considerado o precursor do Utilitarismo com a publicação, em 1789, de *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*, onde apresentou a sua doutrina filosófica. Suas ideias influenciaram o radicalismo político inglês e constituíram a base da doutrina do “laissez-faire”, que caracterizou a economia do século XIX (Disponível em <https://www.pensador.com>, acesso em 14 out. 2018).

“uma forma de governo, uma maneira de exercício de poder – disciplinar – sobre outrem” (ibidem).

Essa é uma trama complexa e delicada, sutil mesmo, que foi esmiuçada por Foucault em sua genealogia do poder, e que serve perfeitamente como instrumental teórico-conceitual para que possamos configurar aquilo que por diversas vezes elencamos como sendo da ordem da *figura do pai* na modernidade, título deste primeiro capítulo de nossa dissertação.

O percurso para o qual chamamos atenção e que corresponde, segundo a nossa hipótese, a uma certa “legitimação” do poder conferido à figura do pai neste período histórico, começa então com a ideia de *soberania* – que se reforça na *autoridade* conferida por um código jurídico (ou legislação) inspirado no Direito Romano¹¹ – que por sua vez se sobrepõe e oculta os mecanismos da disciplina e da regulamentação (técnicas médico-normalizadoras) quando a vida passa a ser a grande fonte de riqueza das noções com a emergência de um *biopoder*.

O resultado final desse percurso é o estabelecimento de um sistema de direito público que possibilitou uma certa “democratização” da soberania com o advento do Estado moderno. Nesse contexto, e no âmbito da família nuclear burguesa, falava-se em pátrio poder, como no Código Civil brasileiro de 1916, que em seu art. 379 dizia que os filhos legítimos ou legitimados, os adotivos e os legalmente reconhecidos, enquanto menores, estariam sujeitos ao pátrio poder, expressão que foi modificada no novo Código Civil de 2002 para “poder familiar”, com a expressão anterior sendo considerada própria de uma tradição machista¹²

Segundo o juiz de direito e professor Vitor F. Kümpel, em artigo intitulado *Do pátrio poder ao poder familiar: o fim do instituto?*¹³, o “pátrio poder”, devido à sua raiz romana, tem uma conotação que remete à ideia de ‘poder do pai’, isto é, as prerrogativas do titular perante o restante da família, sem reciprocidade e com deveres razoavelmente limitados em

¹¹ Em sua Época Arcaica (753 a.C. a 130 a.C.) e particularmente na fase que implicava exclusivamente as relações entre romanos, evidencia-se a ligação da religião com o direito (os sacerdotes eram os legítimos aplicadores das leis, que por sua vez eram baseadas nos principais costumes dos cidadãos mais influentes). Aqui convém destacar que na Lei das Doze Tábuas (*Lex Duodecim Tabularum*), de 450 a.C. – o primeiro texto legal, cujo conteúdo chegou até os dias de hoje com algum detalhe –, encontramos na de número quatro o seguinte conteúdo: “O pai [que era o sacerdote da casa] terá sobre os filhos nascidos de casamento legítimo o direito de vida e de morte e o poder de vende-los” (Disponível em <https://pt.m.wikipedia.org>, acesso em 14 out. 2018).

¹² Disponível em <https://direitodetodos.com.br>, acesso em 14 out. 2018.

¹³ Disponível em <https://m.migalhas.com.br/colunas/registrarhas>, acesso em 14 out. 2018.

detrimento dos seus subordinados”, como é o caso da *proteção* devida aos filhos não emancipados. E é essa ideia de *um pai que protege* que estará em questão a partir dos capítulos seguintes desta nossa dissertação, quando, do ponto de vista da teoria psicanalítica e usando como chave de leitura a categoria do trauma em Freud (suas duas formulações sobre o tema) empreenderemos o percurso/deslocamento sedução-fantasia-interdição-desamparo, no solo histórico da modernidade ocidental que possibilitou a emergência da psicanálise.

1.2 MODERNIDADE E SEXUALIDADE

É de extrema importância para os nossos propósitos situarmos agora o lugar preciso ocupado pela sexualidade no contexto do saber instituído pelas chamadas ciências humanas, em conformidade com um sistema de poder que tinha como propósito – como já vimos –, o controle dos corpos e da vida como fonte primordial da riqueza a ser explorada pelas nações que passaram a constituir os modernos Estados ocidentais.

É exatamente a sexualidade – situada na encruzilhada entre corpo e população – que irá possibilitar a articulação entre aquelas duas tecnologias de poder determinantes para a biopolítica (a disciplina e a regulamentação), e ser objeto de uma atenção-vigilância permanente a partir dos discursos (e seus efeitos de verdade) produzidos pela medicina, psiquiatria, psicologia e pedagogia, que criam seus dispositivos para observar, ouvir, registrar e normalizar o sexo com o objetivo de proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora (VIANA, 2008).

Esse empreendimento foi possível graças ao mecanismo da *confissão* advindo da herança religiosa do cristianismo, onde *culpa* e *penitência*¹⁴ ocupam lugar central no processo de docilização dos corpos e modulação e utilização das subjetividades. Então, falar sobre sexo se tornou uma necessidade para que os dispositivos de normalização acima referidos pudessem também exercer um papel estratégico no projeto de controle instituído pelo biopoder. Mas por que falar *sobre* sexo?

¹⁴ Questões que também estarão presentes no dispositivo da psicanálise, como veremos adiante, a partir da instauração do complexo de Édipo.

Segundo Foucault (1976/2018b, p. 59), “o discurso sobre o sexo, já há mais de três séculos, tem-se multiplicado em vez de rarefeito”, jogando por terra a ideia de censura (tese da “hipótese repressiva”) que teria se iniciado no século XVII com as sociedades burguesas. Talvez possamos falar em termos de uma certa inclinação a que chegamos – apesar das supostas interdições e proibições – que coloca “para o sexo a questão do que somos nós” (FOUCAULT *apud* YAZBEK, op. cit., p. 27), criando-se com isso um campo fértil para os propósitos das diferentes formas de sexologia próprias às sociedades modernas que se utilizam dessa “incitação constante e crescente à verbalização do desejo e, em consequência, à produção da sexualidade como causalidade difusa de nossas vidas e sistema de saber” (YAZBEK, op. cit., p. 26).

Para que fique mais claro essa questão dos discursos, cabe separa-los em dois domínios diferentes: de um lado aquilo que aparece como “ilícito”, como infração, referindo-se ao sexo de forma despidorada¹⁵; por outro lado – e esse é o ponto que mais nos interessa no momento – emerge uma proliferação de discursos autorizados e estimulados pelas próprias instâncias do poder, que desejam que se fale sobre sexo, mas que se fale dele “sob a forma da articulação explícita e do detalhe infinitamente acumulado” (FOUCAULT, 1976/2018b, p. 20) estabelecidos pela ordem de uma *scientia sexualis*.

Portanto, esse falar impõe o estabelecimento de uma linguagem própria (em oposição àquela outra, vulgar, direta e moralmente imprópria) que visa dominar e monopolizar o sexo no plano do real e “controlar sua livre circulação no discurso, bani-lo das coisas ditas e extinguir as palavras que o tornam presente de maneira demasiado sensível” (ibid., p. 19), para que não seja mencionado diretamente e fique encurralado em sua obscuridade – embora isso efetivamente não aconteça, já que tais precauções geraram, por outro lado, efeitos colaterais instituidores, fixadores e disseminadores de uma sexualidade múltipla.

Mas para além de qualquer teoria geral da sexualidade, esse falar sobre o sexo irá se estabelecer e se impor como dinâmica imprescindível ao instituto de uma certa racionalidade¹⁶ política, econômica e técnica na “forma de análise, de contabilidade, de

¹⁵ “[...] o cerceamento das regras de decência provocou, provavelmente, como contraefeito, uma valorização e uma intensificação do discurso indecente”. (FOUCAULT, 1976/2018b, p. 20)

¹⁶ “De que maneira um discurso de razão poderia falar *disso*?”, pergunta-se (e ao leitor de sua obra) Foucault em *A vontade de saber*, no capítulo intitulado *A hipótese repressiva*. E em uma nota de rodapé (1976/2018b, p. 27) os tradutores observam que no original francês aparece a palavra *ça*, fazendo, portanto, uma dupla referência: ao sexo e ao *id* (instância psíquica da segunda tópica freudiana).

classificação e de especificação, através de pesquisas quantitativas ou causais” (FOUCAULT, 1976/2018b, p. 26), que servirão aos propósitos da disciplina corporal e regulação social.

Isso porque mudanças ocorreram, como já vimos, na gestão política e econômica ao longo do século XVIII, com a importância atribuída à vida (fonte de riqueza das nações), sinônimo agora de mão de obra e capacidade de trabalho. Ou seja:

Os governos percebem que não têm de lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um “povo”, porém com uma “população”, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência de doenças, forma de alimentação e de habitat. Todas essas variáveis situam-se no ponto de interseção entre os movimentos próprios à vida e os efeitos particulares das instituições. (ibid., p. 28)

É nesse contexto e nessa convergência que veremos a mulher e a criança (mãe e filho) da família nuclear moderna, se constituírem como dois importantes alvos e/ou objetos de interesse para uma biopolítica que se mostrava “mais servil ante as potências da ordem do que dócil às exigências da verdade” (ibid., p. 60).

A pedagogia sexual infantil implementada nesse contexto tinha por objetivo “educar” a criança contra toda e qualquer atividade precoce (como o onanismo) que poderia comprometer moral e fisicamente a saúde dos futuros adultos e da sociedade a que pertenciam. Por outro lado, a mulher passa a ser investida de uma tríplice função, instituída com as técnicas médico-normalizadoras: exercerá o papel de *reprodutora* (gerando com sua prole a fonte de riqueza das nações), de *mãe* (responsável biológica e moralmente pela saúde dos filhos) e de *gestora* do espaço familiar.

Assim sendo – e em decorrência do que acima foi exposto – a consequência natural desse processo será, portanto, a saturação do corpo da mulher por uma sexualidade suprimida/reprimida, cujo efeito de *histericização* será remetido ao campo do patológico e da medicalização.

Antes de prosseguir com nossa argumentação e a título de situar o ponto a que chegamos, convém lembrar que até o presente momento abordamos questões cruciais para a emergência da psicanálise com Freud na viragem para o século XX (tema do próximo capítulo), tais como saber e poder, lei e norma, sexualidade e desejo.

Nesse contexto destacamos o estabelecimento de um modelo político que visa disseminar mecanismos de vigilância, aferição, sujeição e controle por intermédio de redes de poder que ligam o social e o individual, do Estado-Nação à família nuclear moderna, onde a questão do desejo e da sexualidade emergirá na relação entre infância e figuras parentais, com destaques para a categoria do trauma, o exercício da autoridade paterna e o complexo de Édipo.

Agora, com o propósito de introduzir a temática da sexualidade infantil perverso-polimorfa defendida por Freud em sua teoria da sexualidade (1905), convém fazer mais algumas considerações sobre a questão da multiplicidade sexual nas sociedades modernas onde esse assunto, como já vimos, longe de permanecer na obscuridade, acaba por ser incitado à exposição pela via dos discursos, gerando o efeito da *implantação perversa*, como dirá Foucault em sua *História da sexualidade*.

O esforço do Ocidente para estabelecer uma *ordem dos desejos* e construir “uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora” (FOUCAULT, 1976/2018b, p. 40) utiliza uma economia (ou mecanismo) de poder diferencial em relação ao que se fazia com as velhas proibições estabelecidas por lei (como no caso do incesto e do adultério), valendo-se agora do dispositivo médico-normalizador.

Da mesma forma que a mudança do poder soberano para um biopoder pode ser encontrada na junção entre as categorias do *poder* e do *saber* (com a emergência das disciplinas representadas pelas ciências humanas), a proximidade entre *poder* e *prazer* propiciada, por sua vez, pela normalização disciplinar e reguladora da biopolítica irá, estranha e familiarmente¹⁷, fazer emergir da singularidade humana uma disposição sexual perverso-polimorfa como resultado “da interferência de um tipo de poder sobre os corpos e seus prazeres” (ibid., p. 53):

O prazer se difunde através do poder cerceador e este fixa o prazer que acaba de desvendar. O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares podem, muito bem, ter como objetivo global e aparente dizer *não* a todas as sexualidades errantes ou improdutivas, mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter de escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo. Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue e, diante dele, poder que se afirma no prazer

¹⁷ Essas categorias serão pensadas por Freud em seu texto *Das Unheimliche*, de 1919.

de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir. (FOUCAULT, 1976/2018b, p. 50, grifo do autor)

Ou seja, tenta-se suprimir aquilo que, contrariamente, é exposto por uma realidade analítica a partir de um procedimento inquiridor que acaba por implantar nos corpos e introduzir nas condutas uma rede de prazeres-poderes que emerge de uma sexualidade múltipla, perverso-polimorfa.

Nesse contexto e nessa cultura familiar e social haverá, portanto, a definição de toda uma norma do desenvolvimento sexual que vai da infância à velhice, com pais (mais especificamente a mãe), médicos e pedagogos encarregados da vigilância (para impedir os desvios de conduta, como é o caso do onanismo) e cuidados com a saúde e “educação” desse verdadeiro “tesouro” representado por aqueles e aquelas que constituem o futuro das nações.

Mas qual o nosso propósito em dar destaque neste momento à questão do sexual na infância e no contexto de uma ordenação normalizadora dos prazeres? Resposta: mapear o terreno sobre o qual a genialidade de um pesquisador inquieto como Freud irá revelar ao meio científico de sua época e escandalizar a moral civilizada do início do século XX – muito antes, portanto, dos estudos sobre esse tema empreendidos por Michel Foucault – uma sexualidade infantil perverso-polimorfa, que se insistia em manter oculta pelos enquadramentos médico-normalizadores da sociedade burguesa e que será libertada, segundo Foucault (ibid., p. 30), “com os *Três ensaios* e com as benéficas angústias do pequeno Hans”.

Se por um lado Freud teve a coragem e a disposição necessárias para se insurgir contra a “moral sexual civilizada” dos tempos modernos, sustentando a tese de uma sexualidade infantil perverso-polimorfa – como se pode constatar no texto de 1905 –, demonstrando com esse seu gesto a força intelectual e a segurança de um pesquisador isento e respeitável que rompeu com os paradigmas estabelecidos pela ciência de então – as teorias biológicas do século XIX: o evolucionismo, a hereditariedade e a degenerescência –, por outro lado, ele *parece* recuar dessa sua posição e se alinhar à determinados métodos e pressupostos cognitivos que levaram Foucault a fazer uma notável crítica ao que considerou como modelo psicanalítico de constituição psíquica (fundado na teoria freudiana da fantasia), que passa a ser instituído e sustentado pela *lei da interdição* (o complexo de Édipo e a castração), dando força àquela *hipótese repressiva* a que já nos referimos anteriormente.

Isso parece causar um certo embaraço à psicanálise que surge como a grande novidade teórica e terapêutica de um momento da história onde evolucionismo, hereditariedade e degenerescência irão contribuir sobremaneira para o estabelecimento de um ideário higienista e um programa de eugenia que levou ao nazismo e à Primeira Grande Guerra, colocando em questão, como sabemos, todas as supostas conquistas iluministas pela razão científica e o ideal civilizatório, e levando-nos a perguntar como é possível que um sistema político como o biopoder – que visa *fazer viver* – exerça, simultaneamente, a *função de morte* que caracterizava justamente o antigo direito/poder soberano?

Para Foucault a emergência daquelas teorias biológicas anteriormente citadas será a chave de inteligibilidade da contradição entre vida e morte no contexto biopolítico da modernidade ocidental, porque possibilitará a formulação de um *discurso da superioridade racial* que irá atualizar e assegurar o *direito de matar* pelo critério de separação entre as raças biologicamente boas (aptas para vida) e as consideradas inferiores (passíveis de morte). Em um de seus cursos no Collège de France intitulado *Em defesa da sociedade*, Foucault dirá que “a raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização” (1976, p. 306).

Mas voltando à crítica foucaultiana da psicanálise¹⁸, o que se configura como seu objeto é justamente o fato de o dispositivo da sexualidade inerente a esse novo modelo de saber estar também à serviço de um poder normalizador (e não fora ou contra ele), tanto quanto nos outros discursos disciplinares representados pela medicina, psiquiatria, psicologia e pedagogia. E isso se justificaria pelo recurso à confissão (representado pelo imperativo clínico de fazer falar, indispensável à psicanálise), e pela reinscrição do desejo sexual infantil na ordem da lei: princípio da aliança, da consanguinidade, do interdito e do Pai-Soberano.

Isso também fica claramente exposto no fato de a origem da psicanálise estar associada aos estudos sobre a histeria que, embora seja deslocada dos campos neurológico e anátomo-clínico em que era investigada e tratada no final do século XIX e seja estruturada uma técnica para a eliminação de seus efeitos patogênicos, não podemos nos esquecer que tais efeitos de histericização eram a consequência de uma saturação sexual do corpo da

¹⁸ Que não deixa de ser feita, e com muita razão, apesar do reconhecimento do fato indiscutível de a psicanálise ter sido fonte de forte resistência contra a atitude repressiva do sistema evolução-hereditariedade-degenerescência que marcava a posição científica e moral da época.

mulher pelo exercício da tríplice função exercida na família nuclear moderna (reprodutora, gestora do lar e mãe) num regime de interdição (disciplina e regulamentação) instituídos por práticas médico-normalizadoras.

Tentaremos reunir alguns argumentos que possam lançar luz nesse ponto que consideramos de difícil resolução, já que inclui elementos fundamentais para a emergência e o estabelecimento da psicanálise – como a valorização de uma realidade inerente ao psiquismo –, em um campo de atuação, interação e expressão constituído por uma ordem social e familiar sustentada por um sistema político que, para além do propósito de vida, se autoriza em regime de exceção e de forma soberana, a uma *função de morte* que poderíamos justapor ao Édipo e à castração.

É importante destacar a *figura do pai* nesse contexto como/enquanto representante daquela forma de poder que é correlata ao divino, ao soberano e ao exercido pelo moderno Estado ocidental, considerando-se cada uma das respectivas organizações político-sociais a que nos referimos em passagens anteriores. Ou seja, na família nuclear moderna o pai é investido simbolicamente de uma função de providência e de proteção que se manteve incólume até o surgimento de uma crise que começa a emergir, do ponto de vista da metapsicologia freudiana, a partir da viragem teórica de 1920 com as formulações presentes em *Além do princípio do prazer*, como é o caso da *pulsão de morte* e, mais particularmente, a categoria do *desamparo*.

As origens dessa problemática, no contexto psicanalítico, parecem se situar, segundo o nosso entendimento, num momento de reformulação teórica bastante conhecido de estudiosos e pesquisadores do assunto. Refiro-me ao ano de 1897 quando, numa carta a Fliess, Freud dirá que “não acredita mais em sua neurótica”, abrindo mão de sua teoria da sedução traumática e adentrando o campo da fantasia e da realidade psíquica.

Entre ganhos e perdas com esse passo de extrema importância para a constituição da psicanálise, podemos destacar, de um lado, o fato de que se abriu espaço para a afirmação de ideias que privilegiam o advento de uma nova instância psíquica – o inconsciente –, que fala uma linguagem própria (dos sonhos e outras produções como o sintoma, o esquecimento, o tropeço e a negação) enunciativa de um desejo sexual singular, apesar da impossibilidade de expressão direta desses mesmos desejos, que são censurados por um mecanismo de defesa psíquica e carecem de disfarce para serem socialmente aceitos,

gerando algo da ordem de um mal-estar generalizado. Esse foi o caminho de abertura da nova ferida narcísica revelada na formulação freudiana de que “o eu não é senhor em sua própria casa” (1917/2010a, p. 250-1), constituindo-se uma leitura própria da subjetividade e a filiação da psicanálise ao deslocamento metodológico operado por Nietzsche e resgatado por Foucault.

Por outro lado, ao remover o pai do lugar em que aparece nos relatos de suas pacientes (abusador sexual da infância), quando estas são confrontadas – na transferência em análise e pelo recurso à livre associação – com as memórias de um passado doloroso e sombrio, Freud evita o confronto com a realidade factual e incômoda do desamparo/da desproteção.

Com isso, se justifica o advento do Édipo e da castração como mecanismos de defesa que reinscrevem o desejo e a sexualidade infantil perverso-polimorfa no regime da lei do interdito exercida pela *figura do pai*, que passa a exercer, no contexto familiar, aquela parcela do poder soberano que, longe de desaparecer nas modernas nações ocidentais, se atualiza com o imperativo categórico da razão científica, que a filosofia do sujeito expressa no *cógito* cartesiano sustentará.

Chama a nossa atenção, nesse momento, a escolha de Freud para nomear o famoso complexo a partir da trágica história de Sófocles, Édipo Rei. Sabe-se que o modelo trágico do Hamlet de Shakespeare foi também considerado como referência possível para aquela nomeação. Se Freud teve dúvidas, em algum momento, sobre qual escolha fazer, essa dúvida poderia nos indicar o lugar de quem vive simultaneamente a condição de filho, pai e pesquisador-criador da psicanálise (sua filha diletta); teórico e clínico que experimenta as tensões e os conflitos próprios a toda escolha existencial, intelectual, ética e política.

O triângulo amoroso estabelecido pela família nuclear moderna é imobilizado na estrutura *traumática* que organiza e hierarquiza (como é próprio de um saber-poder normalizador) os lugares de cada personagem na cena de sedução doméstica, onde é preciso renunciar à natureza e seguir o roteiro previamente traçado pela cultura na forma da lei, para se evitar o desfecho profético de matar o pai e desposar a mãe, rompendo então com a ordem estabelecida.

Mas a tragédia não pode ser evitada, como revela o oráculo de Delfos. O destino está traçado desde sempre. Abandonar a natureza e adentrar o campo a cultura não é suficiente

para proteger o homem de sua trágica condição de desamparo. E ainda se tem de pagar um pedágio para transpor aquele limiar. Alguma coisa é deixada de fora e volta para nos assombrar como o fantasma do pai de Hamlet.

Nesse clássico do teatro elisabetano, escrito por William Shakespeare entre 1599 e 1601, temos uma atualização (para a virada do século XVII) da tragédia milenar de Sófocles. A história mostra um personagem duplamente atormentado, entre a tarefa delegada pelo fantasma do pai que o persegue e os sentimentos que o fantasma da realização do próprio desejo suscita em seu espírito; entre a morte e a vida; entre “ser ou não ser, eis a questão”.

A peça é construída sobre a hesitação de Hamlet em cumprir a tarefa da vingança que lhe coube [...]. O que o inibe, portanto, de cumprir a tarefa que o espírito de seu pai lhe colocou? [...] Hamlet pode fazer tudo, só não pode se vingar do homem que eliminou seu pai e tomou o lugar dele junto à sua mãe, o homem que lhe mostra a realização de seus desejos infantis recalcados. O horror que deveria movê-lo à vingança é assim substituído por auto-censuras, por escrúpulos de consciência que o repreendem porque ele próprio, literalmente, não é melhor do que o pecador que deveria castigar. Dessa forma, traduzi para o consciente aquilo que precisa ficar inconsciente na psique do herói; se alguém quiser chamar Hamlet de histérico, só posso reconhecer isso como consequência de minha interpretação (FREUD, 1900/2016a, p. 287-8).

Uma hipótese que aproxima Freud de Shakespeare é que este último, segundo noticiado pelo próprio Freud no capítulo VII de *A interpretação dos sonhos*, teria exposto sua vida psíquica através de Hamlet, ao escrever esse drama logo após a morte de seu pai, portanto em pleno luto por ele (1900/2016a). Da mesma forma, podemos pensar que, em plena vigência de sua teoria da sedução, e às voltas com a enorme quantidade de casos de abusos sofridos na infância por suas pacientes histéricas (segundo indicava sua clínica psicanalítica), Freud vive o luto de seu pai, Jacob (outubro de 1896), e precisa se haver com seus fantasmas pessoais. E essa história fica ainda mais curiosa quando consideramos que a partir do ano seguinte (1897) ocorrerá aquela notável viragem teórica, com o desaparecimento da noção de trauma e sedução, a emergência e valorização da fantasia no âmbito da sexualidade infantil, e a entronização da figura do *Pai-Soberano* instaurador da lei.

A hipótese de Freud expressa em sua teoria da fantasia renuncia ao acontecimento traumático-factual a que chegava pelo método de interpretação psicanalítica dos primeiros tempos. Decerto seria difícil sustentar a ideia de que todos os pais (incluindo o seu) seriam

pessoas pervertidas. Mas podemos pensar que essa conclusão generalista de Freud – que é valorizada em um primeiro momento –, poderia ser atribuída ao viés de decifração que coloca o intérprete-analista como portador da verdade daquele que fala-confessa o seu desejo pelo método da livre associação de ideias ou representações psíquicas, desejo que pode ser da ordem de uma fantasia irrealizada (inclusive do próprio analista-pesquisador). Mas não nos sentimos autorizados a duvidar, por outro lado, da ocorrência de um abuso real praticado pelo pai (ou outro adulto cuidador) contra uma criança indefesa.

Assim, com a emergência da ordem do desejo e da sexualidade infantil pelo viés da fantasia, a categoria do trauma introduzida pela teoria da sedução cai no esquecimento (ou é recalçada) até uma outra viragem teórica, em 1920. E a figura do pai-sedutor desaparece então da cena factual do abuso infantil, com a assunção de sua função protetora e a configuração de um modelo de aparelho psíquico baseado no princípio do prazer e na ideia de homeostase, para regular as demandas pulsionais.

Com esse passo, prevalece então um modelo psíquico tributário do *vitalismo* organicista, correlativo a uma normatividade intrínseca às condições variáveis do meio-ambiente, que Georges Canguilhem chamará de *normatividade vital*. Assim como para Canguilhem haveria uma norma inerente à vida que regula internamente o organismo, para Freud, nesse momento de suas formulações teóricas, haveria também uma norma que regula internamente o psiquismo, estabelecida com o Édipo e a castração, pela lei da aliança, da consanguinidade, do interdito e do Pai-Soberano.

Mas devemos estar atentos ao fato de que “o conceito de normatividade vital não se restringe, porém, apenas ao plano biológico [...], incorporando inevitavelmente o simbólico e o social” (BEZERRA JR., 2006, p. 104). Como dirá o próprio Canguilhem em *O normal e o patológico* (1943/1982, p. 244), “a forma e a função do corpo humano não são apenas a expressão de condições impostas pelo meio, mas a expressão dos modos de viver socialmente adotados pelo meio”.

E apesar dessa importante justificativa teórica para descolar Freud de um fisicalismo de tipo mecanicista (como o apresentado em seu *Projeto* de 1895), para Foucault – ao contrário de Canguilhem – não haveria uma norma inerente à vida regulando internamente o organismo (e por extensão o psiquismo) porque toda norma seria sempre uma produção biopolítica para disciplinar e regular os corpos, tornando-os dóceis e úteis.

Aqui cabem algumas considerações sobre a figura do pai e sua função psíquica, que podem ser feitas pelo viés da convergência entre a *ordem da lei*, própria ao poder soberano, e a *ordem da norma*, que caracteriza o biopoder, num momento histórico onde o *deixar morrer* é subvertido pelo estado de exceção que admitirá a guerra e o extermínio representados pela Primeira Grande Guerra. A *norma* Freud subverte ao sustentar e defender a incômoda existência de uma sexualidade infantil perverso-polimorfa; a *lei* ele reafirma, colocando o pai na soberana função de interdição (Édipo e castração) que torna dúbia sua posição crítica com relação às questões que Foucault irá denunciar na organização político-social da modernidade.

A figura do pai como representante da lei (interdição do incesto) faz um corte no desejo natural e singular que permeia a relação mãe-filho, introduzindo o infante, pela nomeação, no campo da fala e da linguagem próprios da cultura em que emerge. Entre o “*não*” do pai e o nome do pai¹⁹ emerge a palavra que representa, que designa, que instrui, que normatiza e subjetiva. Duplo poder de vida e morte que acomete a figura do Pai-Soberano: faz viver o indivíduo para a cultura que o cria, fazendo desaparecer o sujeito em sua própria singularidade.

Melanie Klein e depois Lacan mostraram que o pai, como terceira pessoa na situação edipiana, não é apenas o rival odiado e ameaçador, mas aquele cuja presença limita a relação ilimitada da mãe para com a criança, à qual o fantasma da devoração dá a primeira forma angustiada. O pai é, então, aquele que separa, quer dizer, que protege quando, pronunciando a Lei, enlaça em uma experiência maior o espaço, a regra e a linguagem. (FOUCAULT, 2011, p. 197)

Nesse jogo entre ditos e interditos do *fazer viver e fazer morrer*, deparamos com a categoria da *ausência* que não deve ser tomada, como nos lembra Foucault em sua problematização do sujeito, “no nível do jogo das presenças e dos desaparecimentos [como ocorre na observação de Freud do menino com o carretel de madeira: o *fort-da*], mas nesse outro no qual estão ligados o que se diz e aquele que o diz” (ibidem). O sujeito, portanto, não é fundamento²⁰, mas uma produção pela via da palavra “cuja forma primeira é a do

¹⁹ Ocorre uma homofonia entre ambas expressões na língua francesa, considerando-se a maneira de grafar e pronunciar as palavras nome e não: le *nom*-du-père (o nome-do-pai) e le “*non*” du père (o “não” do pai).

²⁰ Como foi sustentado por Foucault ao operar o descentramento crítico do sujeito, estabelecendo uma ruptura de episteme em relação à tradição filosófica da modernidade.

constrangimento” (ibidem) e da limitação imposta por um discurso dominante, no domínio dos jogos de verdade.

Nesses jogos de presença e ausência, produtores de verdades sobre o sujeito da linguagem e o contexto socio-histórico-cultural onde ele emerge, desponta o lugar da *falta* e do *vazio fundamental* que o Pai²¹ ocupa, e, nesse sentido, o “*não*” do pai não se restringe apenas à lei do interdito, mas representa também, e fundamentalmente, o *negativo*, a *diferença*, aquilo que Foucault irá chamar de “desastre do significante” (ibidem), indicando com isso uma “ausência devastadora do pai” (FOUCAULT, 2011, p.197) que faz emergir a trágica experiência da psicose. Mas somos alertados para algo que ajuda a esclarecer, de forma bem rigorosa, a questão lacaniana da forclusão do nome-do-pai:

Essa ausência do Pai, manifestada pela psicose ao precipitar-se nela, não incide sobre o registro das percepções ou das imagens, mas sobre o dos significantes. O “nã” através do qual se abre essa hiância não indica que o nome do pai permaneceu sem titular real, mas que *o pai jamais alcançou a nomeação*, e que esse lugar do significante pelo qual o pai se nomeia e pelo qual, segundo a Lei, ele nomeia permaneceu *vazio*. (ibidem, grifo nosso)

É nesse exato “vazio” – que podemos definir como *presença de uma ausência* – que se justifica uma tradição trágica da loucura, por exemplo, e por cuja via podemos exaltar a manifestação criativa de um van Gogh, de um Artaud, de Hölderlin ou Nietzsche quando, mergulhando nessa ausência do Pai, dirigem “sua linguagem em direção à hiância fundamental do significante, seu lirismo em direção ao delírio, sua obra em direção à ausência da obra” (FOUCAULT, 2011, p. 199). E é nesse sentido também que entendemos Lacan quando, ao pensar a *função do discurso*, dirá que “a essência da teoria psicanalítica é um discurso sem palavra” (1968-1969/2008a, p. 11).

Entre a condição *trágica* do desamparo e o *cômico* da existência de um inconsciente chistoso – para alívio dos nossos recalques –, o moderno sujeito burguês ergue defesas *dramáticas* – pelo recurso à *servidão voluntária*, como veremos ao final deste trabalho –, para viver o sonho da realização alucinatória de seus desejos. E nesse universo (des)encantado de encenações permanentes, a inquieta imobilidade de um mundo absurdo e

²¹ O “P” maiúsculo nesta forma de grafar o pai é o indicativo de um “lugar” que não se esgota “em termos alimentares ou funcionais da carência” (FOUCAULT, 2011, p. 197), mas se estende para algo da ordem do inominável, indescritível ou irrepresentável.

caótico é revelada por Beckett²² em *Esperando Godot*²³, texto tragicômico cujo personagem-título nunca chega/aparece para os que o aguardam em um mundo árido e patético, onde o tempo não passa, como se nota no *diálogo final* da dupla de personagens-clown, Vladimir e Estragon: *Então, devemos partir? Sim, vamos. Eles não se movem.*

Nessa mesma linha de análise podemos situar ainda outro grande expoente da arte dramática do século XX, o francês Antonin Artaud, que viveu os horrores da internação em Salpêtrière, lugar por onde passaram estudiosos como Freud, Lacan e Foucault. Em seu *Teatro da Crueldade*, Artaud faz referência a “uma vida apaixonada e convulsa” (1935/1987, p. 154), e declara:

É preciso acreditar num sentido da vida renovado pelo teatro onde o homem impavidamente torna-se o senhor daquilo que ainda não existe, e o faz nascer. [...] [E] quando pronunciamos a palavra vida deve-se entender que não se trata da vida reconhecida pelo exterior dos fatos, mas dessa espécie de frágil e turbulento núcleo no qual as formas não tocam. E se ainda existe algo de infernal e de verdadeiramente maldito nestes tempos, trata-se desse demorar-se artístico sobre as formas ao invés de ser como os supliciados que se queimam e que fazem signos em suas fogueiras (ibid., p. 22).

Mas o que está efetivamente em questão quando a *figura do pai* é colocada no centro da cena moderna do Ocidente? Por que coube-nos fazer esse recorte e com que propósito? Onde pretendemos chegar com essa abordagem que privilegia os ensinamentos foucaultianos de uma arqueologia do *saber*, de uma genealogia do *poder* e de uma *ética* da existência?

A resposta a todas essas perguntas passa, segundo o nosso entendimento, pela constatação fundamental de que a problemática do *mal* se colocou para a existência humana desde a Antiguidade, por intermédio de uma tradição que vai da *salvação* instituída com a cultura do cristianismo até a *cura*, estabelecida pela medicina moderna (2009a).

O que se vê ao longo de todo esse percurso histórico – da *salvação* à *cura* –, é a relação do homem com a questão da *finitude*, o defrontar-se do indivíduo com o inevitável

²² Samuel Beckett, dramaturgo Irlandês (1906-1989) criador do chamado “Teatro do absurdo” e ganhador do prêmio Nobel de Literatura em 1969. Foi fortemente influenciado por James Joyce e é considerado um dos últimos modernistas e um dos primeiros pós-modernistas.

²³ Uma explicação recorrente para o significado da palavra *Godot* é dada por sua ligação morfológica com *god* (Deus em inglês), que se reforça pela alusão à bíblia e aos evangelhos na primeira parte da obra (Disponível em <https://acontradicao.wordpress.com>, acesso em 26 out. 2018). Por outro lado, podemos pensar na junção do inglês *god* com o sufixo francês *ot*, indicador de diminutivo, como alusão a um Deus-menor. Curiosamente, após uma longa espera, uma criança traz a notícia de que Godot não virá, talvez amanhã.

da morte e da enfermidade, uma tentativa recorrente de escapar ao horizonte do fim da vida e da saúde. Isso “[...] implica para o sujeito a constituição de um certo campo *ético* que o fundamenta no seu ser [e] ao mesmo tempo, inscreve o dito sujeito e a ética em questão em um espaço social de pertencimento” (BIRMAN, 2009a, p. 22, grifo do autor).

Enquanto na tradição cristã impera um discurso religioso de responsabilização e culpa inseridos na origem da experiência do mal, já que “as transgressões patentes dos indivíduos dos preceitos divinos estariam na origem daquela experiência” (ibid., p. 21), no caso das sociedades ocidentais modernas a questão do mal passa a ser formulada e regulada pelos discursos da ciência e da política (2009a). E não é difícil reconhecer nesses discursos (religião, política e ciência) um estreitamento da capacidade humana do *uso dos prazeres* e do *cuidado de si* – como será indicado por Foucault na parte final de sua *História da sexualidade* –, dado que antes de Cristo (salvação) e da matriz antropológica das Ciências Humanas (cura) vigoravam práticas mais próximas de uma ética naturalista – inserida na cultura e na tradição greco-romana – onde, nas palavras de Epiteto²⁴, “[...] a matéria-prima da arte de viver é a própria vida de cada pessoa”.

A disseminação das práticas de *cuidado de si* no mundo helenístico, evidencia efetivamente que por meio delas os indivíduos pretendiam não apenas viver melhor e incrementar a economia dos seus prazeres, mas também se prepararem para morrer, conforme os preceitos éticos do estoicismo. O que isso demonstra, portanto, é uma relação concreta desses sujeitos com a questão da *finitude*, que foi radicalmente transformada com o advento histórico do cristianismo [e posteriormente, da medicina moderna] (BIRMAN, 2009a, p. 22, grifos do autor).

O que nos interessa nesse momento é deixar bem delineado esse território descrito pelas categorias modernas da política (mais precisamente a biopolítica) e da ciência (mais especificamente o campo da medicina), já que no deslocamento da salvação para a cura (na abordagem da problemática do mal) a religião é destronada a partir de uma nova configuração de ordem histórico-social, antropológica e epistemológica que foram a condição de possibilidade para a emergência de uma medicina científica (2009a).

Já falamos bastante sobre o interesse médico na modernidade voltado para um serviço de promoção da saúde e qualidade de vida de uma população que se tornou a principal fonte de riqueza das nações. Convém agora destacar, para que possamos nos

²⁴ *Discursos*, i.15.2

encaminhar, finalmente, para o advento do discurso psicanalítico com Freud na passagem do século XIX para o XX, que a medicina moderna se desdobrou em dois caminhos distintos e complementares: a *clínica* (condições de saúde e doença a nível individual) e a *social* (onde se destacam a demografia, a epidemiologia e a transformação da paisagem urbana). Isso acontece “porque a racionalidade do *particular*, que fundou o campo da clínica, pressupõe a racionalidade *estatística e probabilística*, eixo constitutivo da higiene social” (BIRMAN, 2009a, p. 26).

Na confluência desses dois campos de atuação do discurso médico irão prevalecer as categorias do *normal*, do *anormal* e do *patológico*, que servirão de justificativa para um projeto de melhoria do gênero humano cujo processo se impõe a partir do estabelecimento de determinados valores morais e formulações teórico-conceituais. Nesse sentido, se dará uma *normalização* (submissão a determinadas normas e/ou padrões estabelecidos por uma racionalidade médico-científica) dos desvios considerados *anormais* (como a loucura e a criminalidade, por exemplo), além da cura das enfermidades que constituirão o campo do *patológico* (cristalização do anormal) propriamente dito. Em outras palavras, o que temos é “[...] a normalização do campo dos anormais [...] [com a] retificação das anomalias” (ibid., p. 27). E para a realização dessas tarefas ocorrerão intervenções médicas de ordem *preventiva, preditiva e terapêutica*.

Convém chamar atenção para o fato de que isso tudo só foi possível pela emergência de um saber distinto daquele representado pelos registros do pensamento e da extensão enunciados pela filosofia cartesiana, em cujo paradigma epistemológico “o vivente foi reduzido ao registro da máquina” (ibid., p. 29), sendo associado, portanto, ao campo do inorgânico. Trata-se agora de um saber específico sobre o vivente que privilegia o campo do biológico, o qual terá “na força vital o seu fundamento e na excitabilidade e na irritabilidade as suas propriedades básicas” (ibid., p. 30).

O que estava em pauta era a ideia de uma relação ativa e contínua do vivente com o seu meio ambiente, por meio da qual o imperativo da vida se afirmaria sempre pelas regulações e pelas constâncias do meio interno do organismo, que, por sua vez, se defrontaria permanentemente com as variações do meio externo. (BIRMAN, 2009a, p. 30)

Esse modelo médico-biológico do *vitalismo* será deslocado então para o campo psíquico que passará a ser concebido não mais unicamente a partir da dimensão espiritual do cogito, estabelecendo-se então uma tensão e um conflito permanentes entre a esfera do

pensamento e o campo da vitalidade/animalidade onde se manifestaria as selvagens *paixões da alma* (afetos e sentimentos). Caberia então à razão o domínio das paixões, sob pena de comprometer a saúde psíquica e o registro da normalidade, podendo levar ao que passou a ser considerado na época uma modalidade de *involução*, segundo “um modelo evolucionista de ordem neuropsicogenética do espírito” (BIRMAN, 2009a, p. 32), configurando a emergência de perturbações neurológicas e psicopatológicas.

Finalmente, a partir da noção de animalidade acima apresentada emergirá o conceito-chave que, juntamente com o registro da *força vital*, será fundamental para a constituição de um discurso psicanalítico no final do século XIX, o *instinto*, o qual “seria o signo primário da ordem da vida, sua infra-estrutura íntima e essencial, que moveria o vivente [...] (ibidem). E será por esse caminho que se constituirá uma primeira metapsicologia freudiana, a qual, partindo da formulação de um aparelho de linguagem em 1891, reformulará essa posição para incluir os registros dinâmico e econômico na leitura do psiquismo, enunciando em 1893 a hipótese traumática sobre a histeria e outras psiconeuroses, cujos desdobramentos conduziram à afirmação de uma sexualidade infantil perverso-polimorfa e à formulação do Édipo e da castração, onde a *figura do pai*, forjada no solo biopolítico da modernidade ocidental, será determinante para os destinos dessa nova modalidade discursiva proposta por Sigmund Freud.

Agora cabe-nos investigar a figura paterna no discurso freudiano e como o deslocamento dessa figura será determinante em duas importantes viragens teóricas que marcarão de forma indelével a sua metapsicologia, utilizando a categoria do *trauma* como operador conceitual e chave de leitura para o nosso recorte.

2 O PAI TRAUMÁTICO: DA SEDUÇÃO À INTERDIÇÃO

Uma vez construída essa cartografia histórico-genealógica da modernidade ocidental a partir de Foucault, em cujo solo se dará a emergência do discurso psicanalítico freudiano na passagem para o século XX, empreenderemos neste segundo capítulo de nossa dissertação uma análise do percurso que a *figura do pai* fará do lugar de sua aparição no relato clínico dos históricos em processo de análise – como sedutor da infância –, até a condição de agentes da interdição no interior da estrutura edipiana e no contexto do complexo de castração.

Para isso percorreremos o caminho que vai das inquietações de Freud com as questões próprias de sua formação como médico neurologista – como a anatomia do sistema nervoso –, o seu desvio de interesse para a psicopatologia histérica e o recurso à hipnose – desde o seu encontro com Charcot, em Salpêtrière –, até a formulação de sua *teoria da sedução* a partir da categoria de *trauma* sexual localizado na origem dos processos neuróticos investigados pelo método psicanalítico.

Prosseguiremos por essa trilha até o ano de 1897 com o advento da nova teoria explicativa para a etiologia sexual das neuroses a partir da noção de realidade psíquica, fazendo desaparecer a ideia de trauma em Freud por mais de vinte anos e colocando em cena a hipótese da sexualidade infantil perverso-polimorfa por um viés fantasmático, que encaminhará a escrita desse novo discurso terapêutico em direção ao Édipo, marcas indeléveis de um modelo de aparelho psíquico que reinscreve a sexualidade e o desejo no sistema de interdição cujo representante na ordem da família nuclear moderna é a figura do Pai-Soberano.

Já vimos que a psicanálise é fruto do solo da modernidade que possibilitou transformações cruciais na subjetividade ocidental e que a centralidade que a figura do pai exerce nas formulações freudianas desde o Édipo e a castração indica uma tentativa de superação da condição de desamparo do sujeito com a morte de Deus enunciada pela filosofia de Nietzsche com a qual ocorre a perda do “fundamento simbólico do poder paterno” (BIRMAN, 2000a, p. 124) configurando o indivíduo como fundamento do mundo.

Dito de outra maneira, e valendo-nos das ideias de Jacques Lacan em *Os complexos familiares na formação do indivíduo* (1938), a figura do pai no contexto da modernidade ocidental passa por um processo de humilhação em decorrência dos efeitos de desordenação

simbólica para a subjetividade – causados pela morte de Deus –, e a psicanálise surgiria exatamente para reorientar a economia psíquica em direção ao fundamento representado pela figura do pai por intermédio do complexo de Édipo (2000a).

Ao longo do percurso sedução-fantasia-interdição que se apresenta como vetor de pesquisa neste segundo capítulo do nosso trabalho, vamos considerar ainda a figura do pai na teoria dos sonhos e sua indispensável presença no contexto de desenvolvimento da sexualidade infantil até o período de latência. Faremos isso revisitando alguns dos textos freudianos que abordam aquelas ideias e conceitos para pensar suas relações com a questão do pai, tais como a Carta 71 – de 15 de outubro de 1897 –, o capítulo VII de *A interpretação dos sonhos* (1900), o segundo dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905) – intitulado *A sexualidade infantil* –, *A organização genital infantil* (1923) e *A dissolução do complexo de Édipo* (1924).

2.1 A PATERNIDADE DA PSICANÁLISE

O ano de 1885 será decisivo para o estabelecimento da psicanálise enquanto nova modalidade terapêutica e campo de formulações teórico-conceituais. Nesse período encontramos um desvio dos interesses científicos de Freud da neurologia para a psicologia a partir de suas experiências no *Hôpital de la Pitié-Salpêtrière*, acompanhando os trabalhos de Jean-Martin Charcot, conforme observa o editor inglês James Strachey no *Relatório sobre meus estudos em Paris e Berlim*, de Freud:

Quando chegou a Paris, seu “tema de eleição” era a anatomia do sistema nervoso; ao partir, sua mente estava povoada com os problemas da histeria e do hipnotismo. Dera as costas à neurologia e se voltava para a psicopatologia. (FREUD, 1886/1996a, p. 38)

Sem dúvida foi forte a influência de Charcot sobre Freud²⁵, sobretudo se levarmos em conta que para aquele “o trabalho da anatomia estava encerrado, [...] a teoria das doenças

²⁵ Segundo James Strachey no texto freudiano intitulado *Charcot* (1893/1986a, p. 19), “logo após ter chegado a Paris, em 24 de novembro de 1885, Freud escreve à sua futura esposa dizendo: ‘Acho que estou mudando muito. Vou dizer-lhe detalhadamente o que me está afetando. Charcot, que é um dos maiores médicos e um homem cujo senso comum tem um toque de gênio, está simplesmente desarraigando minhas metas e opiniões. [...]. Mas ele me exaure; quando me afasto, não sinto mais nenhuma vontade de trabalhar em minhas próprias bobagens [...]; o que sei é que ninguém jamais me afetou dessa maneira’”.

orgânicas do sistema nervoso podia ser dada por completa [e] o que precisava ser abordado a seguir eram as neuroses” (FREUD, 1886/1996a, p. 44).

Um ano antes, em 1884, um psiquiatra alemão chamado Hermann Oppenheim havia descrito um quadro clínico causado por acidentes ferroviários enunciando a categoria de *neurose traumática*, no mesmo contexto histórico e científico em que Charcot realizava sua pesquisa clínica com a histeria, que é então oportunamente associada com a experiência do trauma em função da similaridade de alguns sintomas apresentados por histéricos e acidentados tais como pesadelos recorrentes que reproduziam o acontecimento traumático, distúrbios motores e hipersensibilidade (2017a). E será por essa via que veremos Freud (1892/1996b, p. 196, grifos do autor) enunciar sua etiologia traumática da histeria, ao declarar que

[...] as experiências psíquicas que formam o conteúdo dos ataques histéricos têm uma característica que lhes é comum. Todas são *impressões que não conseguiram encontrar uma descarga adequada*, seja porque o paciente se recusa a enfrenta-las, por temor de conflitos mentais angustiantes, seja porque (tal como ocorre no caso de impressões sexuais) o paciente se sente proibido de agir, por timidez ou condição social, ou, finalmente, porque recebeu essas impressões num estado em que seu sistema nervoso estava impossibilitado de executar a tarefa de eliminá-las.

E conclui o seu raciocínio da seguinte forma:

Chegamos, assim, também a uma definição de trauma psíquico, que pode ser empregada na teoria da histeria: *transforma-se em trauma psíquico toda impressão que o sistema nervoso tem dificuldade em abolir por meio do pensamento associativo ou da reação motora*. (ibidem)

Para chegar ao ponto da viragem que marca a passagem da teoria da sedução para a teoria da fantasia, é indispensável fazer referência ao que seria denominado na época como *talking cure* (cura pela fala) e *chimney sweeping* (limpeza de chaminé), expressões inventadas por uma paciente de Breuer – Anna O. –, que se tornou crucial para a mudança que seria operada na técnica terapêutica na passagem da catarse sob hipnose para o mecanismo da livre associação de ideias (1893-1895/2016a). Esse procedimento será o recurso clínico pelo qual Freud encontrará na origem dos casos de histeria que irá analisar, uma cena real de abuso sexual.

Em uma conferência de 1893 em que aborda o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos, Freud apresenta o trauma psíquico como um corpo estranho que atua de forma

incessante e que é causa direta e determinante da histeria e de outras modalidades psicopatológicas observadas na época, como é o caso das obsessões (1893/1986b). E nos perguntamos em que circunstância surge esse “corpo estranho” na vida de uma pessoa?

Numa carta a Fliess, de 6 de dezembro de 1896 (Carta 52), Freud avança em suas elaborações sobre a natureza do trauma responsável pelas psiconeuroses falando da formação do mecanismo psíquico como um processo de estratificação de traços de memória sujeitos a um rearranjo com o passar do tempo, ou seja: a memória não se faz presente de uma só vez. Em uma passagem dessa carta, Freud põe em destaque o mecanismo do recalque descrevendo-o como *falha na tradução* dos eventos percebidos e registrados como traços de memória que constituirão o material estratificado no psiquismo humano, falha essa gerada em função do critério do desprazer.

Referindo-se a um evento qualquer que quando era *atual* despertou determinada quantidade de desprazer, ele classifica o seu registro mnêmico como sendo de duas ordens: o primeiro denominado *Wahrnehmungszeichen* ou sinal de percepção, e o segundo denominado *Unbewusstsein* ou inconsciência. E afirma que a *inibição* seria um meio plausível de impedir a reprodução do desprazer. Mas chama a atenção para uma situação específica, que nos conduzirá ao objeto de nossa questão:

[...] existe *um* caso em que a inibição é insuficiente. Se [...] [um dado evento], quando era atual, produziu determinado desprazer, e se, quando redespertado, produz um novo desprazer, então este não pode ser inibido. Nesse aspecto, a lembrança se comporta como se se tratasse de um evento atual. Esse caso só pode ocorrer com os eventos sexuais, porque as magnitudes das excitações causadas por eles aumentam por si mesmas com o tempo (com o desenvolvimento sexual). Assim, um evento sexual de uma dada fase atua sobre a fase seguinte como se fosse um evento atual e, por conseguinte, não é passível de inibição. O que determina a defesa patológica (recalcamento), portanto, é *a natureza sexual do evento e a sua ocorrência numa fase anterior*. (FREUD, 1896/1996c, p. 283-4, grifos do autor)

Freud então passa a discordar frontalmente da hipótese levantada por Charcot de que os traumas histéricos (entendidos agora como distúrbios de ordem sexual), estavam “subordinados à hereditariedade e coordenados com os demais *agents provocateurs* [agentes provocantes]” (FREUD, 1896/1986c, p. 142, grifo do autor), e argumenta:

O que confere um caráter distintivo à minha linha de abordagem é que elevo essas influências sexuais à categoria de causas específicas, reconheço sua atuação em todos os casos de neurose e, finalmente, traço um paralelismo

regular, prova de uma relação etiológica especial, entre a natureza da influência sexual e a espécie patológica da neurose. (FREUD, 1896/1986c, p. 142)

Por fim, completando de forma rigorosa sua argumentação, o pai da psicanálise nos coloca frente a frente com as razões que o levaram ao estabelecimento da sua *teoria da sedução* traumática, bem antes de afirmar que não acreditava mais em sua neurótica e postular uma mudança significativa no seu discurso, passando a falar em termos de uma realidade psíquica:

Percorrendo retrospectivamente o passado do paciente²⁶, passo a passo, e sempre guiado pelo encadeamento orgânico dos sintomas e das lembranças e representações despertadas, atingi finalmente o ponto de partida do processo patológico; e fui obrigado a verificar que, no fundo, a mesma coisa estava presente em todos os casos submetidos à análise – a ação de um agente que deve ser aceito como causa específica da histeria. Esse agente é, de fato, uma lembrança relacionada à vida sexual, mas que apresenta duas características de máxima importância. O evento do qual o sujeito reteve uma lembrança inconsciente é *uma experiência precoce de relações sexuais com excitação real dos órgãos genitais, resultante de abuso sexual cometido por outra pessoa*; e o período da vida em que ocorre esse evento fatal é a infância – até a idade de 8 ou 10 anos, antes que a criança tenha atingido a maturidade sexual. *Uma experiência sexual passiva antes da puberdade*: eis, portanto, a etiologia específica da histeria. (ibid., p. 144, grifos do autor)

Está configurado aquilo que passaria para a história como *teoria da sedução* traumática na obra inaugural de Freud, que foi se constituindo na medida do seu trabalho clínico com histéricos e obsessivos, baseado em um método terapêutico que incluía uma investigação sobre o significado e a origem dos sintomas de seus pacientes a partir de seus relatos e queixas, investigação essa que esbarrava no mecanismo da resistência (que se opõe ao trabalho de análise, frustrando-o) e da transferência, que colocam em jogo o campo da *memória* (e do esquecimento), num movimento que se fazia cada vez mais para trás, em direção a um passado remoto da vida do sujeito.

E será nesse campo de atuação e observação que ocorrerá um outro achado de extrema importância teórica e clínica: a ideia de uma temporalidade que subverte a noção tradicional de uma causalidade linear da ação do passado sobre o presente. Expressa pelo substantivo alemão *Nachträglichkeit*, essa ideia de uma temporalidade *a posteriori* ou *só*

²⁶ Por intermédio do que será designado como “um novo método de psicanálise, o procedimento exploratório de Josef Breuer” (1896/1986c, p. 144).

depois – como é conhecida em nossa língua – “indica que, a cada momento, o presente se associa ao passado e transforma a sua significação” (RUDGE, 2009b, p. 21).

Ao chegar nesse ponto de suas descobertas, questões muito sérias se colocam para o criador da psicanálise, já que teria que enfrentar a resistência dos meios social e científico de sua época²⁷, uma Viena do final do século XIX marcada por forte repressão sexual. E nesse contexto, uma escolha precisava ser feita: admitir uma grande incidência de abusos *reais* sofridos na infância, praticados por quem deveria proteger as crianças dos perigos do mundo, ou encontrar argumentos consistentes que justificassem o fato de ter chegado a tantas cenas de sedução – por intermédio do método de investigação analítica baseada na livre associação, fundamental para a psicanálise –, sem comprometer os adultos (particularmente os pais) com a grave acusação de abusadores da infância.

Com muita frequência, quando superada a dificuldade apresentada pela amnésia do paciente investigado pelo método psicanalítico, chegava-se, indiscutivelmente, a uma cena do passado que correspondia a experiências sexuais passivas nos primeiros anos da infância. Freud então, como declara em *A hereditariedade e a etiologia das neuroses* (1896/1986c, p. 145), formula as seguintes questões: “Como é possível ficar convencido da realidade dessas confissões analíticas, que alegam ser lembranças guardadas da mais tenra infância? E como precaver-se contra a tendência a mentir e a facilidade de invenção, atribuídas aos sujeitos histéricos?”.

A resposta para essas indagações surgirá três anos depois, em um texto intitulado *Lembranças encobridoras*, que por sua vez serão oportunamente relacionadas com as chamadas *fantasias retrospectivas* das análises do *Homem dos Ratos* (1909) e do *Homem dos Lobos* (1918):

Com efeito, pode-se questionar se temos mesmo alguma lembrança *proveniente* de nossa infância [...]. Nossas lembranças infantis nos mostram nossos primeiros anos não como eles foram, mas tal como apareceram nos períodos posteriores em que as lembranças foram despertadas. Nesse período de despertar, as lembranças infantis não *emergiram*, como as pessoas costumam dizer, elas foram *formadas* nessa época. E inúmeros motivos, sem qualquer preocupação com a precisão histórica, participaram de sua formação, assim como da seleção das próprias lembranças. (FREUD, 1899/1986e, grifos do autor)

²⁷ Incluindo-se aqui uma crise na sua colaboração com Josef Breuer, que não suportou a ideia de abuso sexual sofrido pelos histéricos na infância (2009b).

Na busca por um caminho seguro que superasse os impasses do momento e permitisse avançar com suas pesquisas, Freud finalmente fará um dos maiores achados da psicanálise, a *realidade psíquica*, e uma viragem teórica de extrema importância para esses primeiros tempos de descobertas, a *teoria da fantasia*, que colocará em cena, definitivamente e sem constrangimentos, a questão do desejo e da *sexualidade infantil*, abrindo caminho para a formulação do complexo de Édipo e *resgatando o pai da condição degradante de abusador perverso da infância, instituindo-o como agente de proteção e operador simbólico*. Essa passagem é brilhantemente descrita por Freud em *A história do movimento psicanalítico* (1914/1996b, p. 27-8). Vale a pena transcrevê-la:

Nos primeiros dias da investigação experimental pela análise não se pensou em tal coisa [a hipótese de uma sexualidade infantil]. De início, observou-se apenas que os efeitos das experiências presentes tinham de ser remontados a algo no passado. [...] Fomos puxados cada vez mais para o passado; esperávamos poder parar na puberdade, período ao qual se atribui tradicionalmente o despertar dos impulsos sexuais. Mas em vão; as pistas conduzem ainda mais para trás, à infância e aos seus primeiros anos. [...] Influenciados pelo ponto de vista de Charcot quanto à origem traumática da histeria, estávamos de pronto inclinados a aceitar como verdadeiras e etiológicamente importantes as declarações dos pacientes em que atribuíam seus sintomas a experiências sexuais passivas nos primeiros anos da infância – em outras palavras, à sedução. Quando essa etiologia se desmoronou sob o peso de sua própria improbabilidade e contradição em circunstâncias definitivamente verificáveis, ficamos, de início, desorientados. A análise nos tinha levado até esses traumas sexuais infantis pelo caminho certo, e, no entanto, eles não eram verdadeiros. [...] Se os pacientes histéricos remontam seus sintomas a traumas que são fictícios, então o fato novo que surge é precisamente que eles criam tais cenas na *fantasia*, e essa realidade psíquica precisa ser levada em conta ao lado da realidade prática. [...] E agora, de trás das fantasias, toda a gama da vida sexual da criança vinha à luz.

A ideia de um desejo sexual sustentado pelo discurso teórico-conceitual da psicanálise passa então a ser admitida como parte integrante do universo infantil, desde que localizada no campo das fantasias, lúdicas decerto, já que “destinavam-se a encobrir a atividade auto erótica dos primeiros anos [...], embelezá-la e eleve-la a um plano mais alto” (FREUD, 1914/1996b, p. 28), em um período da vida marcado pela curiosidade e pela imaginação. Portanto, sem renunciar ao acontecimento traumático-factual da sedução e admitir a *teoria da fantasia*, não seria possível à Freud dar o passo decisivo em direção à sua teoria dos sonhos e ao estabelecimento de um aparelho de regulação psíquica baseado nos princípios do prazer e da realidade.

Por outro lado, ao remover o pai do lugar humilhante em que aparece nos relatos de suas pacientes (quando confrontadas, na transferência em análise, com o mecanismo terapêutico de investigação pela livre associação de ideias), Freud evita, nos parece, o confronto direto com a realidade incômoda do *desamparo* e da desproteção – para sermos bem específicos – que emerge da possibilidade real de ocorrência de casos de sedução na infância.

Decerto seria difícil sustentar a ideia de que todos os pais (incluindo o seu) seriam pessoas pervertidas²⁸, e podemos pensar que essa conclusão generalista, que vigorou por um certo período de tempo até se mostrar improvável e contraditória “em circunstâncias definitivamente verificáveis”²⁹ (FREUD, 1914/1996b, p. 28), poderia ser atribuída ao viés de decifração que coloca o intérprete-analista como portador da verdade daquele que fala-confessa o seu desejo, mas não nos sentimos autorizados a duvidar da ocorrência de um abuso real praticado pelo pai (ou outro adulto) contra uma criança indefesa.

Não podemos nos esquecer que a psicanálise nasce no solo histórico-genealógico de uma discursividade estabelecida no bojo da modernidade ocidental, de caráter disciplinar e regulatório, que tinha por objetivo proporcionar uma sexualidade que fosse além de economicamente útil, politicamente conservadora. É o que se vê ao olhar para o Édipo e a castração como mecanismos que reinscrevem a sexualidade infantil perverso-polimorfa no sistema de normalização biopolítica, conferindo ao desejo, a lei como princípio, lei da aliança, da consanguinidade, do *interdito* e do *Pai-Soberano: Totem e Tabu*.

Mas não se pode negar o avanço que a teoria da fantasia imprimiu à emergente psicanálise ao enunciar um inconsciente que, para além do sentido *descritivo*³⁰ que podia ser encontrado na época tanto na filosofia quanto na ciência e na medicina (WHITE, 1960;

²⁸ Segundo comentário de James Strachey, numa carta a Fliess de 21 de setembro de 1897 (Carta 69), Freud revela que há alguns meses vinha despontando nele a ideia de que era muito difícil acreditar que os atos pervertidos contra as crianças fossem tão generalizados – em especial porque, na totalidade dos casos, o pai era responsabilizado por eles.

²⁹ No prefácio à obra freudiana de 1900 (2016a, p. XXII), Tania Rivera nos informa que “apenas dois meses depois de iniciada sua autoanálise, Freud aprende com seus sonhos que estava errado em sua ‘teoria da sedução’ [...] [e compreende] que a ficção tem, no inconsciente, o mesmo valor que a realidade, e, portanto, a ideia de uma sedução por parte do pai poderia corresponder à fantasia da criança em relação a ele”.

³⁰ Quando o fato psíquico da representação mental é preservado e considerado, mesmo não sendo percebido pela consciência (CAROPRESO; SIMANKE, 2008).

GAZETO, 2001), adquire um caráter *dinâmico*³¹ e, sobretudo, *sistemático*³² em sua conceituação, falando do sexual pela via de um desejo singular expresso nos sonhos e outras produções como o sintoma, o esquecimento, o tropeço e a negação, revelando com isso que “o eu não é senhor em sua própria casa” (FREUD, 1917/2010a, p. 250-1) e filiando essa nova modalidade discursiva ao deslocamento metodológico operado por Nietzsche e regatado por Foucault.

Uma questão, porém, que se coloca no horizonte de qualquer pessoa que se aventure a acompanhar as transformações ocorrida na passagem da teoria da sedução para a teoria da fantasia na obra de Freud, é a análise do desejo sexual no campo das relações familiares exclusivamente do ponto de vista infantil, diferentemente do que será feito por Sándor Ferenczi em sua conferência no XII Congresso Internacional de Psicanálise em Wiesbaden (setembro de 1932) sob o título *As paixões dos adultos e sua influência sobre o desenvolvimento do caráter e da sexualidade da criança*.

Ferenczi, por um lado, fará objeções à ideia de que as lembranças de abusos sofridos na infância tratar-se-iam tão somente “de fantasias da própria criança, ou seja, mentiras históricas, [...] em consequência do número considerável de pacientes em análise que confessam ter mantido relações sexuais com crianças” (1933/1992, p. 101), e, de outro modo, não deixa de considerar que os adultos

[...] se tiverem tendências psicopatológicas, sobretudo se seu equilíbrio ou seu autodomínio foram perturbados por qualquer infortúnio, pelo uso de estupefacientes ou de substâncias tóxicas [...] [podem deixar-se] arrastar para as práticas de atos sexuais [com crianças] sem pensar nas consequências. (ibid., p. 101-102)

Em todo caso, e diante da impossibilidade de saber ao certo se originalmente houve uma cena de abuso real ou tratar-se-ia tão somente de um acontecimento ficcional, o mais relevante, segundo o nosso entendimento, é considerar que no deslocamento da sedução para a fantasia, a noção de *a posteriori* (Nachträglichkeit) preserva sua importância na teoria freudiana (e na psicanálise como um todo, até os dias atuais) indicando que o evento em

³¹ Nessa nova configuração os pensamentos e as representações inconscientes possuem “capacidade de ação na vida psíquica, [...] inclusive, de influenciar a atividade mental consciente” (CAROPRESO; SIMANKE, 2008, p. 33).

³² Aqui se enuncia a ideia de um *sistema* inconsciente (*das Unbewussten*), relativo aos processos psíquicos insuscetíveis de se tornarem conscientes, governados por leis distintas e submetidos a um outro regime de funcionamento mental (op. cit., 2008).

questão, seja ele factual e traumático ou não, só terá sentido e efeito estabelecidos em um outro tempo por conta de um outro acontecimento capaz de despertar – por associação livre – as impressões psíquicas que aquela vivência anterior, real ou imaginária, suscitou na vida mental do sujeito.

Quando disse não acreditar mais em sua neurótica, teorizando a cena primária da sedução como fantasia infantil, Freud faz desaparecer do seu discurso a ideia de trauma, que acaba por se constituir como um traço de memória e/ou fantasia que seria, *a posteriori*, ressignificado em função de um novo acontecimento – a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) –, que colocaria em xeque muitas das certezas e supostas conquistas instituídas pelo Iluminismo e pela razão científica.

Portanto, o que podemos destacar na passagem da teoria da sedução para a teoria da fantasia em 1897, é: (1) a rejeição da ideia de sedução do pai contra crianças indefesas, (2) o desaparecimento da categoria do trauma em Freud, uma vez que a ordem do sexual na experiência infantil dos futuros histéricos e demais psiconeuróticos perde o seu caráter factual, adquirindo o status de realidade psíquica e, (3) a valorização da sexualidade infantil com a expressão de um desejo incestuoso confrontado com a interdição paterna.

2.2 A FIGURA DO PAI NA TEORIA DOS SONHOS

Consideramos que uma das consequências estabelecidas com a dissolução da teoria da sedução em 1897 foi o início de um processo de retirada do pai da condição humilhante sofrida por ele no contexto histórico da modernidade ocidental com a perda de seu poder simbólico devido a morte de Deus, já que aquela condição parecia se confirmar no relato clínico de pacientes histéricos submetidos ao método de investigação psicanalítica utilizado por Sigmund Freud.

Falamos em início de um processo porque haveria ainda desdobramentos desse passo – que retira o pai da condição humilhante de abusador da infância –, em direção à função de *interdição* do desejo incestuoso da sexualidade filial e, nesse sentido, agente de proteção que organiza, pelo Édipo, as atividades psicosexuais do futuro adulto.

Por outro lado, podemos reconhecer já na teoria dos sonhos, publicada em 1900, um indicativo claro de insuficiência daquela função de proteção atribuída ao pai por Freud quando do desaparecimento da categoria do trauma e do fim da ideia de uma sedução ou abuso praticado por um adulto contra uma criança indefesa, para justificar a etiologia das neuroses, em particular a histeria.

O capítulo VII da obra inaugural da psicanálise – que aborda a psicologia dos processos oníricos – inicia com o relato de um sonho comovente que chegou ao conhecimento de Freud por intermédio de uma paciente, impressionada com a história que ouvira pessoalmente em uma conferência. A importância desse sonho para nós é dada pela observação freudiana de que ele reclama sua “atenção de uma maneira toda especial” (FREUD, 1900/2016a, p. 535), por tratar-se de um “sonho que não coloca nenhuma tarefa à interpretação, um sonho cujo sentido é dado abertamente, [...] [mas] estimula nossa necessidade de explicações” (ibid., p. 536-7).

Pois bem, é nesse sonho que julgamos encontrar justificativa teórica – por se tratar da “via régia *para o conhecimento do inconsciente*” (ibid., p. 636, grifos do autor) –, que sustente a ideia da insuficiência da figura do pai como agente de proteção e antecipação para os perigos do mundo, insuficiência essa que iria se estender para o modelo de aparelho psíquico fundado no discurso vitalista e regido pelo princípio do prazer, como veremos mais adiante, em outro capítulo. Vamos ao sonho:

Um pai passou dias e noites inteiros junto ao leito do filho doente. Depois que a criança morreu, ele vai descansar num quarto contíguo, mas deixa a porta aberta, a fim de poder ver do seu quarto o cômodo em que se encontrava o cadáver amortalhado do filho, rodeado por grandes velas. Um velho foi encarregado de velá-lo e está sentado ao lado do corpo, murmurando orações. Depois de algumas horas de sono, o pai sonha *que a criança está parada ao lado de sua cama, pega seu braço e lhe sussurra em tom de repreensão: “Pai, você não vê que estou queimando?”*. Ele acorda, nota um clarão intenso que vem do quarto onde está o corpo, corre até lá, encontra o vigia idoso adormecido e as roupas e um braço do querido cadáver queimados por uma vela que caíra acesa sobre ele. (FREUD, 1900/2016a, p. 535, grifos do autor)

Freud afirma literalmente – como já dissemos –, que este sonho não coloca nenhuma tarefa à interpretação pois seu sentido é dado abertamente, mas estimula, por outro lado, a nossa necessidade de explicações. E quando confrontamos a história acima apresentada com a ideia de um pai protetor que emerge com a teoria da fantasia, sem dúvida ficamos

impressionados com o que a dimensão do inconsciente humano é capaz de revelar, mesmo sem a necessidade do recurso à livre associação por parte do sonhador.

O conteúdo manifesto do sonho, sua literalidade, fala do desejo de um pai – impotente e cansado da penosa vigília – de prolongar um estado onírico onde o filho querido ainda vive e está ao seu lado, segurando-o pelo braço. De outro modo, Freud nos lembra da necessidade de considerar “que a fala da criança [*Pai, você não vê que estou queimando?*] deve ter sido composta a partir de falas que ela realmente pronunciou em vida” (1900/2016a, p. 536), mas que não foram, segundo o nosso entendimento, devidamente valorizadas pelo pai ou atendidas em seu apelo, adquirindo agora, um certo sentido trágico, como aquele expresso na poesia final de uma conhecida canção popular: *E aquilo que nesse momento se revelará aos povos/Surpreenderá a todos, não por ser exótico/Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto/Quando terá sido o óbvio*³³.

É dessa trágica e surpreendente obviedade que nos fala o sujeito do inconsciente freudiano por intermédio do sonho, onde a lógica cartesiana do cogito e sua pretensão de verdade é subvertida pela formulação segundo a qual “penso onde não sou, portanto sou onde não me penso” (LACAN *apud* GARCIA-ROZA, 1985, p. 196). Esse descentrar-se introduzido com a dimensão do pensamento onírico põe em cena a noção de desamparo do eu consciente (lugar do equívoco) por força de sua verdadeira condição de orfandade ou privação com relação a um Outro. Desamparo de um pai para conter o infortúnio da morte de um filho; desamparo de um filho em seu desesperado apelo por cuidado e proteção.

O sonho em questão mostra claramente o confronto entre a realização *alucinatória* do desejo do pai por prolongar a sobrevivência do filho, não concretizada no estado de vigília – sonho traumático decerto, que se configura na angustiosa frase *não vês que estou queimando?* –, e *o real que pega fogo* no cômodo ao lado, onde uma espécie de segunda morte acomete o filho querido, que reclama atenção.

Em seu Seminário de 1964³⁴, ao abordar o inconsciente e a repetição, Lacan se pergunta por que Freud sustenta a ideia do *sonho como imagem de um desejo* – e como guardião do sono, acrescentaríamos –, nessa “espécie de reflexo flamejante” (1964/2008b, p. 41) onde justamente *o real desperta o sonhador?* Se pensarmos que em Freud *o sonho é*

³³ Trecho final da música *Um índio*, de Caetano Veloso.

³⁴ Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise.

o guardião do sono, podemos concluir que: (1) acordamos para evitar o real do desejo flamejante que inflama e se insinua nos sonhos – quando falha o trabalho de censura do guardião –, e mergulhar no simbólico e no imaginário da ordem das representações conscientes do estado de vigília, refúgio seguro para nossas angústias eróticas e, (2) a imagem do desejo expressa no sonho contém o mistério maior de nossas vidas³⁵, a ser desvendado diante da esfinge que ameaça: *decifra-me, ou devoro-te!* Lacan responde à própria indagação associando morte e sonho pela referência a um *mundo do além* que contém um segredo partilhado entre pai e filho: um segredo que queima!

Do que é que ele queima? – senão do que vemos desenhar-se em outros pontos designados pela topologia freudiana – do peso dos pecados do pai, que carrega o fantasma no mito de Hamlet com que Freud duplicou o mito de Édipo. O pai, o Nome-do-Pai, sustenta a estrutura do desejo com a da lei – mas a herança do pai é aquilo que nos designa Kierkegaard, é seu pecado. O fantasma de Hamlet surge de onde? – senão do lugar de onde ele nos denuncia que é na flor de seu pecado que ele foi surpreendido, ceifado – e longe de dar a Hamlet as proibições da Lei que podem fazer subsistir seu desejo, é de uma profunda dúvida desse pai ideal demais que se trata a todo instante. (LACAN, 2008b, p. 41)

Já falamos do Hamlet no primeiro capítulo deste trabalho e vimos que a questão da dúvida que o acomete diante da tarefa delegada pelo fantasma do pai que o assombra – entre vida e morte, entre dormir/sonhar ou acordar –, indica sua percepção da insustentabilidade da Lei e do pai ideal que a representa e do fato insofismável de ele próprio não ser melhor do que o pecador que deveria castigar, o “homem que eliminou seu pai e tomou o lugar dele junto à sua mãe, o homem que lhe mostra a realização de seus desejos infantis recalcados” (FREUD, 1900/2016a, p. 287-8).

Se voltarmos agora para a passagem do seminário 11 referida anteriormente, onde Lacan pergunta por que Freud haveria de sustentar a correspondência entre *sonho* e *desejo* (no início do capítulo VII da obra inaugural da psicanálise, em um relato onírico comovente – *reflexo flamejante*, segundo o próprio Lacan – onde justamente *o real desperta o sonhador*) e pensarmos em todas as considerações que fizemos para associar a figura do pai à teoria do

³⁵ No prefácio de *A interpretação dos sonhos* (1900/2016a, p. XXIII), intitulado *O sonho e o século*, Tania Rivera nos lembra que “sonhamos a cada noite, a mesma cena marcante de nossa infância, cada vez refeita, remontada, modificada seguindo as linhas de força do desejo”, e que essa repetição e remontagem correspondem à encenação de um trauma primário que visaria “a engatar uma posição de sujeito desejante, ou seja, de um sujeito capaz de lidar com essas marcas de modo a fazê-las suas, podendo até mesmo vir a desejar repeti-las”.

sonho e, por extensão, à ideia de inconsciente, repetição e desejo, presumimos que aquela sustentação acima referida poderia se justificar, para além de todas as reflexões que pudemos fazer anteriormente, ou pela famosa frase dita pelo mago Próspero (personagem de *A tempestade* de William Shakespeare), segundo a qual *nós somos feitos da matéria-prima dos sonhos*, ou pelas palavras de Freud quando declara que

O inconsciente é o psíquico propriamente real, *tão desconhecido para nós segundo sua natureza interna quanto o real do mundo externo; ele nos é dado pelos dados da consciência de maneira igualmente tão incompleta quanto o mundo externo pelas informações de nossos órgãos sensoriais.* (FREUD, 1900/2016a, p. 640, grifos do autor)

2.3 SEXUALIDADE INFANTIL EM FREUD E A FIGURA DO PAI-INTERDITOR

Diferentemente dos autores de sua época que para explicar as características e o comportamento do indivíduo adulto utilizam como instrumental teórico-conceitual o discurso biológico-hereditário do século XIX, Freud sustenta que, para realizar aquela explicação, é indispensável considerar o período da existência que corresponde aos primeiros anos da vida de uma pessoa – espécie de tempo *pré-histórico* –, pondo em destaque os primórdios da atividade sexual noticiada na literatura sobre o tema, mas que nessas publicações são sempre “apresentadas como eventos excepcionais, curiosidades ou exemplos assustadores de depravação precipitada” (FREUD, 1905/2016b, p. 73-4).

São dois os motivos apontados para o que é classificado por Freud como curiosa negligência quanto ao tema da sexualidade infantil naquele período: os escrúpulos de consciência que a educação da época – forjada, como já vimos ao longo do primeiro capítulo deste trabalho, pelas tecnologias biopolíticas da disciplina e da regulamentação – impunha aos indivíduos e à população em geral³⁶, e o fenômeno psíquico da “peculiar *amnésia* que esconde à maioria das pessoas (não a todas!) os primeiros anos da infância, até os seis ou oito anos de idade” (ibid., p. 75), fenômeno esse digno de assombro por ocorrer num período da vida onde outras atividades psíquicas – como a inteligência e mesmo o juízo, por exemplo

³⁶ Presume-se os efeitos disso na formação de estudiosos e pesquisadores desse período histórico.

– adquirem consistência, enquanto a memória parece não acompanhar esse desenvolvimento.

Freud argumenta que as impressões a que reagimos de forma viva na infância³⁷ deixam traços profundos no psiquismo e se tornam importantes para o desenvolvimento pessoal posterior, e conseguiu mostrar que o esquecimento característico dessa mesma fase da vida tem correspondência com a amnésia observada nos neuróticos, produtora por sua vez de sintomas “cuja essência consiste num mero afastamento da consciência (recalque)” (FREUD, 1905/2016b, p. 76) de impressões sexuais intoleráveis em um determinado período da vida.

Dito de outro modo, os traços mnêmicos que configuram a cartografia dos primórdios da vida sexual do indivíduo – seus primeiros anos de vida – e o afastamento dessas experiências primárias da consciência nos anos subsequentes – a chamada amnésia infantil –, são a chave de entendimento para o esquecimento que caracteriza o sintoma psiconeurótico em histéricos e obsessivos. Essa ideia é claramente exposta por Freud em uma formulação do período de teorização sobre a sexualidade na infância, ao declarar que “sem amnésia infantil, não haveria amnésia histérica” (ibid., p. 77).

O que está em questão aqui sem sombra de dúvida são as impressões marcantes ou traços mnêmicos resultantes de experiências erógenas do início da vida que serão a condição de possibilidade para a instauração de modos de subjetivação estabelecidos com o modelo de estrutura psíquica da primeira tópica freudiana, de regulação homeostática pelo princípio do prazer, que introduz a sexualidade e o desejo da criança no sistema da lei – da aliança, da consanguinidade e do interdito – pela proibição ao incesto estabelecida com a autoridade do Pai-Soberano.

As experiências erógenas primárias indicadas no parágrafo anterior são descritas por Freud no segundo dos três ensaios sobre a teoria da sexualidade ao observar e analisar o comportamento da criança a partir de suas necessidades vitais como a nutrição, a excreção e a micção. Ao falar sobre “o ato de *chupar* ou *sugar*, que aparece já no lactente e pode prosseguir até o fim do desenvolvimento ou se conservar por toda a vida” (ibid., p. 82-3), Freud apresenta esse comportamento como inequívoco exemplo de manifestação sexual

³⁷ Ao abordar a questão da sexualidade infantil em 1905, Freud afirma que durante os primeiros anos de vida todos nós “reagimos vivazmente às impressões, soubemos expressar dor e alegria de forma bem humana, demonstrar amor, ciúme e outras paixões que então nos agitavam fortemente [...]” (1905/2016b, p. 76).

infantil “determinado pela busca de um prazer – já vivido e agora lembrado” (FREUD, 1905/2016b, p. 85):

[...] é fácil imaginar em que ocasiões a criança teve as primeiras experiências desse prazer que agora se empenha em renovar. A primeira e mais vital atividade da criança, mamar³⁸ no peito da mãe (ou de seus substitutos), já deve tê-la familiarizado com esse prazer. [...] A atividade sexual se apoia primeiro numa das funções que servem à conservação da vida, e somente depois se torna independente dela. Quem vê uma criança largar satisfeita o peito da mãe e adormecer, com faces rosadas e um sorriso feliz, tem que dizer que essa imagem é exemplar para a expressão da satisfação sexual na vida posterior. (ibid., p. 85-6)

A partir do ato de chupar ou sugar com leite, próprio do comportamento de qualquer criança nos seus primeiros anos de vida, Freud estabelece três características essenciais da sexualidade infantil que podem ser observadas em outras atividades, como é o caso da excreção e da micção: (1) o *apoio* numa das funções vitais do organismo (no exemplo do sugar, a nutrição), (2) seu *caráter autoerótico* (encontra seu objeto no próprio corpo) e, (3) o domínio de uma *zona erógena* específica (uma parte do próprio lábio, a língua ou o bico do seio da mãe, no caso da nutrição) cuja estimulação resulta em prazer ou satisfação – a *meta sexual da pulsão infantil*.

A partir do item três das características apresentadas anteriormente, teremos acesso a duas outras manifestações da atividade sexual infantil, pela substituição do ato de sugar “por outras ações musculares, conforme a localização e as propriedades das outras zonas [erógenas]” (ibid., p. 90) – a *anal* e a *genital* – que juntamente com a *zona oral*, apresentada nos parágrafos precedentes, formam as chamadas fases de desenvolvimento da organização sexual da criança.

No caso da zona anal ou zona de saída do trato intestinal, as excitações sexuais infantis irão se apoiar na função excretora que seu corpo exerce ao eliminar os resíduos alimentares não assimilados pelo organismo. Freud declara que a significação erógena dessa zona específica é muito grande originalmente, tende a se conservar – ainda que de forma modificada – como demonstra a psicanálise, e preserva “por toda a vida, um grau considerável de suscetibilidade à estimulação genital” (ibid., p. 91).

As crianças que utilizam a excitabilidade erógena da zona anal se revelam no fato de reter a massa fecal até que esta, acumulando-se, provoque fortes

³⁸ *Saugen* em alemão, que significa tanto *mamar* como *sugar* ou *chupar*.

contrações musculares e, na passagem pelo ânus, exerça um grande estímulo na mucosa. [...] um bebê se recusa obstinadamente a evacuar o intestino ao ser posto sobre o vaso, ou seja, no momento desejado pela pessoa que dele cuida, e reserva essa função para quando ele próprio desejar. [...] O conteúdo intestinal, sendo um corpo que estimula uma área de mucosa sexualmente sensível, age como precursor de outro órgão que deve entrar em ação somente após a infância, mas tem outros significados importantes para o bebê. É claramente tratado como uma parte do próprio corpo, constitui o primeiro “presente”: através da liberação ou da retenção dele, o pequeno ser pode exprimir docilidade ou desobediência ante as pessoas ao seu redor. A partir do significado de “presente”, ganha posteriormente o de “bebê”, que, segundo uma das teorias sexuais infantis, é obtido pela alimentação e nasce pelo intestino. (FREUD, 1905/2016b, p. 91-2)

Por fim, é preciso considerar a atividade de determinadas zonas do corpo de meninos e meninas – glândula e clitóris, respectivamente – que pertencem aos órgãos sexuais propriamente ditos, estão relacionadas ao ato da micção e, embora não sejam a fonte primária de estímulos e excitações – que por sua vez corresponde ao período de amamentação, que para Freud é a primeira das três fases de masturbação infantil³⁹ – “são o começo da futura vida sexual ‘normal’” (ibid., p. 94) do indivíduo. E justamente nesse campo de atividade, que ocorre geralmente antes dos quatro anos de idade – como observou Freud – haverá a incidência daquelas impressões a que costumamos reagir de forma intensa, que deixam traços profundos em nosso psiquismo e tornam-se importantes para o desenvolvimento pessoal posterior, mas que serão submetidas ao esquecimento característico dessa fase da vida, que por sua vez terá estreita relação com a amnésia que acompanha as manifestações psiconeuróticas. Nas palavras de Freud:

Todas as particularidades desta etapa de atividade sexual infantil deixam profundos traços (inconscientes) de impressões na memória da pessoa, determinam o desenvolvimento de seu caráter, quando ela permanece sadia, e a sintomatologia de sua neurose, quando ela adocece após a puberdade. Neste último caso, constata-se que esse período sexual foi esquecido, e as lembranças conscientes que o atestam foram deslocadas [...]. (ibid., p. 96)

Sabemos que nessa fase da vida o *aparelho sexual* ainda não está desenvolvido e por esse motivo as manifestações sexuais desse período são fornecidas pelo *aparelho urinário* que, no dizer de Freud, se comporta como o *tutor* daquele outro. O reaparecimento dessas

³⁹ Somos alertados pelo pai da psicanálise, por uma questão de clareza, que precisamos considerar três fases na masturbação infantil: (1) o período de amamentação, (2) o que corresponde à atividade das zonas genitais – por volta dos quatro anos –, e por último (3) o período da puberdade que, segundo Freud, é o único levado em conta quando se fala sobre o tema (1905/2016b).

manifestações responde a causas internas – fatores oriundos da constituição e do desenvolvimento – e motivos externos – como a sedução de um adulto –, “que trata a criança como objeto sexual prematuramente e a faz conhecer, em circunstâncias de forte impressão, a satisfação das zonas genitais, que ela, então, é geralmente obrigada a renovar pela masturbação” (FREUD, 1905/2016b, p. 97).

Vimos que, ao abandonar a *teoria da sedução* em 1897 – o que leva ao desaparecimento da categoria de trauma –, Freud declara *não acreditar mais em sua neurótica* e passa a duvidar do fato de que todos os pais – inclusive o seu – fossem pessoas pervertidas, verdadeiros abusadores da infância. Alguns anos depois – mais precisamente em 1905 –, ao publicar a sua *teoria da sexualidade*, encontramos o pai da psicanálise justificando o seu enunciado sobre a realidade psíquica ao declarar que naquele tempo ainda não sabia

[...] que indivíduos que permanecem normais [ou que não manifestam neuroses] podem ter tido as mesmas vivências na infância e, por isso, desse maior peso à sedução do que aos fatores oriundos da constituição e do desenvolvimento sexuais. É evidente que *não se requer a sedução para despertar a vida sexual da criança*, que esse despertar também *pode ocorrer espontaneamente, por causas internas*. (ibid., p. 98, grifos nossos)

Que causas seriam essas capazes de ativar internamente o desejo natural de uma criança, fazendo despertar espontaneamente – ou seja, sem a participação ativa de um agente externo, como a sedução de um adulto –, atividades erógenas nos primeiros anos da infância? Uma *predisposição polimorficamente perversa* e a *manifestação de pulsões parciais* seriam as causas – intrinsecamente responsáveis, segundo Freud – do despertar da vida sexual infantil. E essa espécie de aptidão para isso “encontra poucas resistências, porque as barragens psíquicas para extensões sexuais – vergonha, nojo e moral – ainda não foram erguidas ou se acham em construção, segundo a idade da criança” (ibid., p. 98).

Nesse ponto, precisamos estar atentos ao fato de que ao abandonar a sua *teoria da sedução* e investir a ideia de uma nova realidade vivida pela criança em suas “experiências imaginárias” – a dimensão psíquica da fantasia –, a presença do outro na cena de um acontecimento factual será indispensável – mesmo que não se trate mais da antiga hipótese de uma sedução real –, dado que é a partir dos investimentos desse outro ou da falta desses investimentos que a leitura realizada pelo pequeno ser no campo dessa interação – a partir de suas demandas pulsionais parciais –, haverá de adquirir ou não o colorido próprio de um

acontecimento de ordem sexual em função daquela predisposição perverso-polimorfa anteriormente apresentada.

Por outro lado, se considerarmos os possíveis casos de abusos reais sofridos por uma criança – ou seja, quando um adulto efetivamente e intencionalmente praticou contra ela um ato de natureza sexual –, aquela predisposição polimorficamente perversa encontrará um campo fértil para a sua emergência e desenvolvimento como pode ser atestado, segundo Freud, pela atividade profissional das meretrizes que se valem de uma capacidade para a prostituição adquirida, certamente, no encontro entre uma experiência primária de abuso sexual e o despertar de sua sexualidade perverso-polimorfa: “Nas condições habituais, esta [predisposição] pode se manter sexualmente normal, mas sob a orientação de um hábil sedutor [o seduzido] tomará gosto em todas as perversões e as conservará em sua atividade sexual” (FREUD, 1905/2016b, 98-9).

É de grande importância para alcançarmos o objetivo deste segundo capítulo do nosso trabalho – acompanhar o deslocamento da figura do pai em Freud da sedução à interdição – que possamos compreender adequadamente as suas ideias sobre a sexualidade infantil, porque é disso que se trata, tanto no que diz respeito ao que aparece no relato clínico de paciente histérico submetidos ao método de investigação psicanalítica, quanto ao resultado da submissão do desejo incestuoso da criança ao processo de normalização economicamente útil e politicamente conservador do solo histórico da modernidade ocidental, que aparece na subjetividade humana com a passagem do indivíduo pelo complexo de Édipo.

Até o presente momento procuramos mapear o terreno dessa caminhada falando sobre as experiências prazerosas na infância a partir de necessidades vitais como a nutrição e a excreção (responsáveis pelo despertar da vida sexual da criança), as causas internas (predisposição perverso-polimorfa, pulsões parciais, produções fantasmáticas) e motivos externos (a sedução de um adulto) que sustentam essas manifestações, as impressões e os traços mnêmicos resultantes dessas vivências e a questão da memória que permitiu relacionar amnésia infantil e histérica.

Uma outra questão se coloca nesse campo de investigações e envolve o próprio interesse da criança quanto a esses acontecimentos de ordem sexual que, segundo Freud (ibid., p. 103), corresponde “a uma forma sublimada de apoderamento”. Esse interesse

infantil é movido pela *pulsão de saber* ou de pesquisa e sua natureza é eminentemente prática, como atesta o surgimento da ameaça representada pela chegada de uma nova criança e a possível perda de cuidados e amor por parte dos pais ou cuidadores.

O primeiro problema que se coloca para o nosso pequeno pesquisador é *o enigma da origem*, formulado pela questão: *de onde vêm as crianças?* O dado curioso é que, segundo Freud (1905/2016b, p. 104) “numa roupagem deformada, que facilmente é possível retificar, esse é também o enigma que a Esfinge de Tebas propõe” à Édipo, no mito grego que Sófocles põe em cena na forma de tragédia e que Freud utiliza para fazer referência ao famoso complexo. A ideia que as crianças costumam fazer sobre isso nos primeiros anos da infância, que sucumbe ao recalque e só costuma ser lembrada em análise, é a de que “os bebês são concebidos quando se come algo específico (como nas fábulas), e nascem pelo intestino, como as fezes” (ibid., p. 105), já que na fase anal de desenvolvimento e organização da sexualidade infantil – como vimos anteriormente – o conteúdo intestinal é tratado como uma parte do próprio corpo da criança e constitui o primeiro “presente”, que posteriormente adquire o significado de “bebê”.

Parece-nos interessante destacar, a respeito desse período de emergência da pulsão de saber, que envolve – como já dissemos – “uma forma sublimada de apoderamento” (ibid., p. 103), assim como “a energia do prazer de olhar” (ibidem), que:

A pesquisa sexual desses primeiros anos infantis é sempre feita de modo solitário; ela representa um primeiro passo para a orientação independente no mundo e estabelece um considerável distanciamento da criança em relação às pessoas do seu ambiente, que antes gozavam de sua plena confiança. (FREUD, 1905/2016b, p. 106-7)

Ao longo desse processo ou dessa caminhada em direção a uma orientação individual independente no mundo, as particularidades de cada zona erógena e suas respectivas metas pulsionais parciais correspondem a uma organização sexual pré-genital específica, cujo desenvolvimento, quando percorrido sem tropeços, leva inevitavelmente à uma “vida sexual normal do adulto, na qual a obtenção de prazer ficou a serviço da função reprodutiva e as pulsões parciais, sob o primado de uma única zona erógena” (ibid., p. 107).

Na organização *oral* ou *canibal* as atividades sexual e de ingestão de alimentos possuem o mesmo objeto – que é incorporado –, e essa meta consiste “no modelo daquilo que depois terá, como *identificação*, um papel psíquico relevante” (ibid., p. 108, grifo do autor). Na organização *sádico-anal* a vida sexual da criança se polariza em uma dupla meta

– *ativa e passiva* –, com a primeira correspondendo à pulsão de apoderamento por intermédio da musculatura do corpo, e a segunda representada pelo prazer obtido através da mucosa intestinal, com ambas desenvolvidas de modo aproximadamente igual e caracterizadas pelo termo que Bleuler introduz e que Freud designa como um feliz achado: *ambivalência*. Nessa fase, além da emergência de uma atividade sexual polarizada na dupla ordem ativo-passivo, um objeto externo adquire relevância.

Finalmente, chegamos a um tipo de organização pré-genital que estará subordinada à uma função de caráter biológico-reprodutivo. Nessa fase de desenvolvimento da libido ocorrerá a maior aproximação possível àquela organização definitiva da vida sexual que se dará somente após a puberdade. Nela, “todos os empenhos sexuais [de natureza infantil] se dirigem para uma só pessoa, na qual buscam atingir suas metas” (FREUD, 1905/2016b, p. 110), com a grande diferença de que a reunião e subordinação das pulsões parciais ao primado dos genitais só pode se dar, se for o caso, de forma muito imperfeita⁴⁰. Vejamos o que nos diz Freud a esse respeito, em uma nota de rodapé acrescentada em 1924 ao seu ensaio sobre a sexualidade infantil de 1905:

[...] [Há] uma terceira fase no desenvolvimento da infância, após as duas organizações pré-genitais [oral e anal] – fase que já merece a denominação de genital, que mostra um objeto sexual e algum grau de convergência das correntes sexuais para esse objeto, mas se diferencia num ponto essencial da organização definitiva da maturidade sexual: conhece apenas um tipo de genital, o masculino. Por isso a denominei estágio de *organização fálica*. (ibidem, grifo nosso)

Devido ao período de latência que ocorre entre a infância e a puberdade, a escolha infantil de objeto é recalcada e suas metas sexuais são atenuadas e passam a constituir o que é designado como *corrente terna* da vida sexual – manifestações de ternura, adoração e estima –, escondendo atrás de si “as velhas pulsões parciais infantis, agora inúteis” (FREUD, 1905/2016b, p.111) e fazendo com que “a escolha objetal da época da puberdade [...] [tenha que] começar de novo como *corrente sensual* (ibidem).

Também é preciso assinalar que os meninos, no curso de suas pesquisas sexuais, serão confrontados com a ausência do pênis nas meninas, recusando-se em um primeiro

⁴⁰ Em um texto de 1923, onde faz um acréscimo à teoria da sexualidade, Freud declara que já não se dava “por satisfeito com a afirmação de que o primado dos genitais não se realiza, ou o faz muito imperfeitamente, no período da primeira infância” (2011a, p. 170) e que a aproximação entre vida sexual infantil e adulta vai além do surgimento da escolha de objeto, já que no caso das crianças “não há uma primazia *genital*, mas uma primazia do *falo*” (ibid., p. 171), que corresponde ao *genital masculino*.

momento a admitir qualquer diferença, acreditando tratar-se “de que ele é ainda pequeno e crescerá, e aos poucos chegam à conclusão emocionalmente significativa de que no mínimo ele estava presente e depois foi retirado” (FREUD, 1923/2011a, p. 173). Mais tarde, após o estabelecimento da lei da interdição paterna na passagem pelo complexo psíquico de Édipo, essa elaboração será remetida ao *complexo de castração*⁴¹.

Teremos então, como resultado de todo o processo de desenvolvimento da sexualidade infantil perverso-polimorfa, desde sua emergência pré-genital até sua conclusão na época da puberdade, os seguintes resultados em termos de polaridade sexual, que passam a se configurar a partir da fase sádico-anal : (1) o sujeito/a atividade, a posse do pênis/o fático, o masculino; (2) o objeto/a passividade, a ausência do pênis/o castrado, o feminino.

Fizemos todo esse percurso mapeando a sexualidade infantil, com o objetivo de alcançar o período de organização fálico/castrado ou presença/ausência do genital masculino, onde “todos os empenhos sexuais [da criança] se dirigem para uma só pessoa [o pai ou a mãe] , na qual buscam atingir suas metas” (FREUD, 1905/2016b, p. 110).

Nesse ponto, em algum momento dessa caminhada em direção à vida adulta, o menino e a menina terão que passar pelo processo de constituição/estruturação psíquica denominado *complexo de Édipo*⁴², centrado na *lei da interdição* realizada pelo pai, configurando uma prática normativo-disciplinar de regulação biopolítica da sexualidade infantil, que não se diferencia de tantas outras encontradas no contexto da modernidade ocidental desde a emergência das chamadas ciências humanas, como observou criticamente Michel Foucault.

A referência ao Édipo na obra de Freud é encontrada desde sua correspondência com Fliess, na Carta 71 de 15 de outubro de 1897, ano em que ele desacredita de sua histórica, retira o pai do lugar de agressor incestuoso e operador de um trauma de ordem sexual, fazendo desaparecer essa categoria com a emergência da fantasia sexual infantil. Naquela carta, referindo-se à tragédia grega de Sófocles, Freud confessa que verificou no seu próprio

⁴¹ Hipótese de Freud: para o menino, “a ausência de pênis na mulher seria uma consequência do *castigo de castração* [...] [pelo fato de serem] indignas, provavelmente culpadas de *impulsos proibidos* como os dele [...]” (FREUD, 1923/2011a, p. 174, grifos nossos).

⁴² O complexo de Édipo é a representação inconsciente pela qual se exprime o desejo sexual ou amoroso da criança pelo genitor do sexo oposto e sua hostilidade para com o genitor do mesmo sexo. Essa representação pode inverter-se e exprimir o amor pelo genitor do mesmo sexo e o ódio pelo do sexo oposto. Chama-se Édipo à primeira representação, Édipo invertido à segunda, e Édipo completo à mescla das duas (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 166).

caso “a paixão pela mãe e o ciúme do pai” que passou a considerar “como um evento universal do início da infância”:

[...] podemos entender a força avassaladora de *Oedipus Rex*, apesar de todas as objeções levantadas pela razão contra a sua pressuposição do destino. [...] a lenda grega capta uma compulsão que toda pessoa reconhece porque sente sua presença dentro de si mesma. Cada pessoa da plateia foi, um dia, em germe ou na fantasia, exatamente um Édipo como esse, e cada qual recua, horrorizada, diante da realização de sonho aqui transposta para a realidade, com toda a carga de recalçamento que separa seu estado infantil do seu estado atual. (FREUD, 1897/1996c, p. 316)

Freud dará destaque ao complexo de Édipo como “o fenômeno central do período sexual da primeira infância” (1924/2011b, p.204), que tende a desaparecer com o mecanismo do recalque, seguido pelo período de latência onde as metas sexuais infantis – como já vimos – sofrem uma atenuação e o impulso de natureza *sensual* é substituído por uma *corrente terna* da ordem da estima e adoração aos pais.

Esse é um ponto de especial importância para os propósitos de conclusão deste segundo capítulo de nossa dissertação que, passando pelo desaparecimento da categoria do trauma em Freud – que respondia pela etiologia da histeria e outras estruturas neuróticas, segundo as investigações psicanalíticas –, e seguido pelo advento da teoria da fantasia e a afirmação da sexualidade infantil, chega finalmente ao tema da interdição paterna com o Édipo, quando a criança reconhece então um obstáculo à realização de seus desejos incestuosos, abandona os investimentos feitos no genitor de sua escolha (pai e/ou mãe) e assume uma condição que “lhe permite, mais tarde, uma outra escolha de objeto e novas identificações” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 168).

Esse obstáculo à realização dos desejos incestuosos filiais estabelecido pela função paterna da interdição, esse *não* do Pai-Soberano e chefe da família nuclear moderna à livre manifestação da sexualidade infantil de caráter perverso-polimorfo, induz na criança uma certa experiência traumática que se assemelha àquelas outras vivências representadas pela separação da mãe no nascimento e no desmame, pela segregação do conteúdo do intestino na fase de desenvolvimento anal e pelos efeitos do complexo de castração.

Essa noção traumática que conferimos ao Édipo e à castração merece um breve esclarecimento para evitar confusões e imprecisões: (1) é preciso observar que em Freud há uma distinção insofismável entre *traumatismo* – impacto externo sobre o sujeito, com dano

físico –, e *trauma* – o “efeito [desestruturante] produzido por essa ocorrência *no* sujeito, e mais especificamente no domínio psíquico” (KAUFMANN, 1996, p. 558); (2) não devemos perder de vista que a categoria de trauma psíquico em Freud desaparece em 1897 com a passagem da teoria da sedução para a teoria da fantasia, e que essa leitura traumática que fizemos do Édipo e da castração – conceitos freudianos –, fala de seu caráter estruturante segundo as ideias de Sándor Ferenczi, para quem o trauma não é necessariamente patológico e pode ser metabolizado e integrado ao aparelho psíquico (SALES; OLIVEIRA; PACHECO-FERREIRA, 2016).

O advento dessa estrutura batizada com o nome de Édipo e que acompanha a interdição ao desejo incestuoso da criança para com os pais, “intervém em Freud para recobrir diversos aspectos de uma configuração de elementos distribuídos segundo relações de ordem [...] [e] será para a organização o que o aparelho [psíquico] é para seu modo de funcionamento” (KAUFMANN, 1996, p. 174-5).

Dissemos que a estruturação desse complexo psíquico inspirado no mito grego, que Sófocles leva à cena como a tragédia de *Oedipus Rex*, possui, segundo uma leitura ferencziana, uma conotação traumatizante para os destinos do desejo incestuoso da criança em relação aos pais, desejo que não encontra a satisfação esperada. Ao falar sobre *a dissolução do complexo de Édipo*, Freud aborda essa questão e diz que

[...] ainda não é claro o que leva ao seu fim; as análises parecem mostrar que são *dolorosas decepções* experimentadas. A menina pequena, que pretende ser amada pelo pai acima de tudo, algum dia *sofre uma dura punição* por parte dele e se vê expulsa do paraíso. O garoto, que vê a mãe como sua propriedade, nota que ela passa a dirigir seu amor e seu cuidado a um recém-chegado. (1924/2011b, p. 204, grifos nossos)

A citação acima mostra claramente, por uma das expressões em destaque – *sofre uma dura punição* –, o caráter traumatizante que pode marcar a relação da menina com o pai, mas não nos convencemos o suficiente com a demonstração de ciúme e *dolorosa decepção* do garoto para com a mãe. Então, lembramos que a fase fálica é simultânea à do complexo de Édipo e que nessa fase

[...] o garoto dirige seu interesse para o genital, revela isso pela frequente manipulação do mesmo, e então descobre que os adultos não aprovam seu comportamento. De modo mais ou menos claro, com maior ou menor *rudeza*, surge a ameaça de que lhe roubarão essa parte do corpo que ele tanto estima. Geralmente a *ameaça de castração* vem de mulheres; com

frequência elas buscam reforçar sua *autoridade* invocando o *pai* ou o *médico*, que, segundo afirmam, *executará o castigo*. (FREUD, 1924/2011b, p. 206, grifos nossos)

Um dado que precisa ser considerado na relação entre Édipo e castração, na experiência individual do garoto, é que aquela ameaça de perda do próprio genital só se torna concebível para ele a posteriori (*nachträglich*), quando “vê a região genital de uma menina e tem de se convencer da falta do pênis, num ser tão semelhante a ele” (ibid., 207). A partir daí as tendências libidinais que configuram o complexo de Édipo são em certa medida *sublimadas* e de outro modo *inibidas* em sua meta sexual e transformadas em impulsos ternos.

A partir do conflito que se estabelece entre a satisfação amorosa no terreno do complexo de Édipo e o custo representado pela perda do pênis – no caso dos meninos –, *os objetos parentais são desinvestidos* pelo interesse narcísico naquela parte do corpo e inicia-se um processo de *identificação* onde “a autoridade do pai ou dos pais, introjetada no Eu, forma ali o âmago do Super-eu, que toma ao pai a severidade, perpetua a sua proibição do incesto e assim garante o Eu contra o retorno do investimento libidinal de objeto” (ibid., p. 208-9). Desse modo a criança se livra do perigo representado pela castração, mas é submetida a uma espécie de efeito colateral, representado pela suspensão do seu desenvolvimento sexual até a passagem pelo período de latência, que termina com a puberdade.

Cabe observar ainda que uma certa concepção do complexo de Édipo enuncia que ele “tem de acabar porque chegou o momento de sua desintegração⁴³” (ibid., p. 204-5). Isso cria um problema para a ideia representada pelo mecanismo do recalque, já que neste caso o afastamento entre Eu e complexo de Édipo não se dará de forma definitiva, de uma vez por todas, mas estará sujeito a um retorno sob a forma daquilo que Lacan chamará de formações do inconsciente, como é o caso dos sonhos e dos sintomas. Freud explica:

[...] o processo descrito é mais que um recalque, ele equivale, quando realizado de maneira ideal, a uma destruição e abolição do complexo. Cabe supor que deparamos, aqui, com a linha divisória entre o normal e o patológico, que jamais é inteiramente nítida. Se o Eu realmente não alcançou muito mais que um recalque do complexo, este persiste de modo

⁴³ No original alemão a palavra utilizada por Freud é *Auflösung* – do verbo *aufösen*, que significa “dissolver, desintegrar. No título do ensaio *A dissolução do complexo de Édipo* a palavra usada no original é *Untergang*, que pode significar “ruína, naufrágio, ocaso, destruição” (1924/2011b, p. 205, nota do tradutor).

inconsciente no Id, e manifestará depois a sua ação patogênica. (FREUD, 1924/2011b, p. 209-210)

Resta-nos agora ponderar que todo o processo acima apresentado se refere, fundamentalmente, a uma criança do sexo masculino. Freud chama nossa atenção para o fato de que no caso das meninas persistem certas obscuridades e insuficiências quanto a essas formulações teóricas. Entrar nessa discussão afasta-nos dos objetivos deste trabalho, mas não podemos deixar de registrar – a título de conclusão da problemática apresentada pelo complexo de Édipo e os nexos que se estabelecem com a organização fálica, a ameaça de castração, a formação do Super-eu e o período de latência –, que o sexo feminino está naturalmente sujeito a tudo isso, mas as coisas acontecem de uma outra maneira.

Admitindo ter uma compreensão insatisfatória sobre o assunto, Freud não se furta a afirmar que: “a diferença morfológica tem de manifestar-se em diferenças no desenvolvimento psíquico” (ibid., p. 211); “a menina aceita a castração como fato consumado, enquanto o menino teme a possibilidade da consumação” (ibid., p. 212); “os dois desejos, de ter um pênis e um filho, permanecem fortemente investidos no inconsciente, e ajudam a preparar o ser feminino para o seu futuro papel sexual” (ibid., p. 213).

Uma vez localizado o trauma psíquico na etiologia da histeria e seu caráter de natureza sexual com a formulação da teoria da sedução em Freud, seguido pela reformulação que vai localizar o pai em outro lugar até o advento do complexo de Édipo no contexto da família nuclear-paternalista moderna (segundo o modelo de constituição psíquica centrado na lei da interdição), nossa tarefa agora será encaminhar nossa pesquisa em direção a um outro momento do discurso freudiano onde se poderá constatar que houve um deslocamento do lugar ocupado pela figura do pai desde a elaboração da teoria da fantasia (com o desaparecimento da categoria do trauma, em Freud), até um posterior retorno dessa mesma categoria a partir de 1920 (quando a figura do pai, por sua vez, desaparecerá do lugar ocupado anteriormente), dada a constatação da insuficiência de sua função protetora, com a emergência da categoria do desamparo.

Mas o que estará em questão a partir daqui, será não apenas a *insuficiência* da figura do pai no exercício de suas funções no contexto da família nuclear moderna, na triangulação com a mãe e o filho (ou com a mãe, o filho e o falo, se considerarmos a estrutura edipiana quaternária simbolizante organizadora da fala, segundo a leitura lacaniana). Para além disso, o que estará em questão, nos parece, é a insuficiência do próprio Édipo enquanto estrutura

psíquica centrada na lei da interdição⁴⁴ – estabelecendo limites e uma suposta proteção contra o imprevisível, inapreensível e inominável das pulsões –, configurando o complexo a que Lacan não poupará de crítica em 1938 ao declarar que “Freud dá esse elemento psicológico como a forma específica da família humana e lhe subordina todas as variações sociais da família” (1938/1987, p. 42).

De fato, é preciso levar em conta a relatividade sociológica pois, como atesta Malinowski⁴⁵, “a autoridade familiar, nas culturas matriarcais, não é representada pelo pai, mas ordinariamente pelo tio materno” (ibid., p. 55). Se no caso da família paternalista “a imagem do pai concentra a função de repressão [interdição] com a de sublimação” (ibid., p. 44), funções essas exercidas pelas instâncias do Super-eu e do ideal do eu, respectivamente, nas culturas matriarcais, com a separação de funções entre o tio materno e o pai – que é desincumbido do papel repressor/interditador – ocorre “um equilíbrio diferente no psiquismo que o autor [Malinowski] atesta pela ausência de neurose nos grupos que ele observou nas ilhas do noroeste da Melanésia. Esse equilíbrio demonstra, felizmente, que o complexo de Édipo é relativo a uma estrutura social” (ibid., p. 55).

⁴⁴ Dando origem – como já vimos anteriormente – a um processo de identificação onde a autoridade do(s) pai(s) é introjetada no Eu, formando o âmago do que se convencionou chamar de Super-eu, que toma ao(s) pai(s) a severidade e perpetua a sua função de interdição.

⁴⁵ Bronislaw Malinowski foi um importante antropólogo e etnógrafo polonês cujo conhecimento, segundo Lacan (1938/1987), muito deve à psicanálise.

3 DO ÉDIPO AO DESAMPARO: UMA NOVA CONCEPÇÃO DO TRAUMA

Neste terceiro e último capítulo de nossa dissertação de mestrado buscaremos acompanhar o percurso do discurso freudiano desde a formulação do *complexo de Édipo* até o advento da categoria do *desamparo*, seguindo o eixo que vai da *proteção* pela regulação interna da libido (cujas reivindicações podem ser ameaçadoras para o Eu), até a *insuficiência* protetiva contra as ameaças acima indicadas e acontecimentos externos de caráter surpreendente e impactante (noções que estão aderidas à figura do pai em dois momentos distintos de formulações meta-psicológicas), para pensar o reaparecimento da categoria do trauma e seus fatores determinantes.

O primeiro dos dois momentos indicados no parágrafo anterior é o da organização de um aparelho psíquico que opera segundo o princípio do prazer, o qual começa a emergir desde o desaparecimento da ideia de trauma em Freud – em função do valor atribuído ao desejo e à sexualidade infantil representados na teoria da fantasia –, e que se estrutura finalmente no período de desenvolvimento psicobiológico denominado fálico, onde a autoridade paterna faz valer a lei do incesto, possibilitando e configurando as instâncias do Super-eu e do ideal do eu. Trata-se de um dispositivo que, em princípio, seria capaz de exercer uma função regulatório-normativa de base homeostática e inspiração vitalista.

O segundo momento corresponde à emergência de uma crise de eficiência no processo de regulação entre desejo e interdição (normalmente exercida em nome do pai⁴⁶ ou, dito de outra forma, em nome de um significado ou determinado discurso), que torna precário o necessário processo de elaboração das experiências de vida e da fala, que vigora no modelo de aparelho psíquico citado no parágrafo anterior – que tem o prazer como princípio –, deixando-nos indefesos diante de uma insistência pulsional que demanda trabalho.

Isso nos coloca frente a frente com a já referida categoria do *desamparo* – que está na base de nossa origem e que Freud irá postular a partir de sua viragem teórica de 1920, em

⁴⁶ Hoje se fala de uma *crise de autoridade* que vem sendo pensada e analisada por diversos estudiosos da psicanálise a partir da hipótese do *declínio da função paterna*.

Além do princípio do prazer – e com a ideia de *desalento*, facilmente encontrável nas sociedades contemporâneas ocidentais.

A partir das consequências da Primeira Grande Guerra – tanto para o projeto iluminista-racional-científico, quanto para as descobertas que começam a emergir das análises e estudos sobre as neuroses traumáticas desse período histórico –, o modelo de aparelho psíquico surgido no contexto disciplinar e regulatório da modernidade biopolítica – referência fundamental nas operações clínico-psicanalíticas frente às psiconeuroses de defesa –, precisará ser revisto em certos aspectos.

3.1 MITO DE ORIGEM E CULTURA DA VIOLÊNCIA

Para chegarmos a uma visão clara sobre a situação ou a condição do homem no contexto do pós-guerra e as consequências disso para a pesquisa psicanalítica em andamento naquele período, voltaremos às bases de sustentação teórico-conceituais sobre as quais Freud empreende o arcabouço que justifica a formulação do seu complexo mais famoso e elabora o discurso que aproxima violência e cultura/civilização.

Encontramos essas bases primeiramente em Rousseau que, ao abordar o problema *natureza-cultura*, sugere conceber essa passagem *pela imaginação*, já que “a natureza do homem teria sido pervertida, corrompida pela sociedade [...] [e] apenas *uma ficção do homem no estado de natureza* permitiria re-situar aquilo que a cultura destruiu completamente” (DOR, 1991, p. 22, grifo do autor). Trata-se, portanto, de uma *ficção necessária*, uma exigência da razão, considerando-se a impossibilidade de se pensar o estado de natureza sem uma espécie de *conceito operatório* (1991).

Vamos encontrar, assim, essa tese, cara a Rousseau, do homem como “*animal depravado*” [...]. Em primeiro lugar, ela supõe que a moralidade é inerente ao estado de natureza. Em segundo lugar, implica que a depravação é própria do estado de cultura. No estado de natureza, o homem é suposto ignorar valores axiológicos como o bem e o mal. (ibid., p. 23, grifo do autor)

Não nos é difícil encontrar nos argumentos acima apresentados certas proximidades com a visão de mundo proposta pelo pensamento psicanalítico, sobretudo quando consideramos a ideia de uma insistência pulsional que demanda trabalho, a “autonomia das

forças pulsionais face ao campo das representações” (BIRMAN, 2005, p. 165) e a existência de uma modalidade de pulsão que não se representa – a *pulsão de morte* –, como veremos mais adiante.

Rousseau, portanto, nos apresenta aquilo que nas palavras de Jöel Dor – em *O Pai e sua função em psicanálise* –, corresponde a uma concepção clássica da questão natureza-cultura, cujas observações experimentais por uma lado “deram lugar a reduções ideológicas inaceitáveis [...] [e por outro] atingiram resultados muito mais positivos” (1991, p. 25). É o caso das investigações antropológicas realizadas por Claude Lévi-Strauss que se vale de uma abordagem inteiramente nova e de acordo com o rigor da pesquisa científica para o problema da relação natureza-cultura, abrindo mão de “imaginar um estado de natureza [como sugeria Rousseau] tão hipotético quanto inacessível” (ibidem).

Essa nova abordagem do problema proposta por Lévi-Strauss parte da definição de um critério capaz de distinguir rigorosamente no homem o que seja próprio à sua natureza e o que é fruto da cultura. Considera então que o natural precisa obedecer a *leis universais* e o cultural depende de *regras particulares de funcionamento*, raciocinando nos seguintes termos: “já que todo homem participa de uma cultura, a cultura só pode aparecer como a única natureza no homem” (DOR, 1991, p. 26). Ou seja, Lévi-Strauss procura – e encontra – um *substrato comum* entre natureza e cultura no homem, que será representado pelas “regras que ordenam as trocas matrimoniais [...] [onde] figura sempre uma lei *universal* que é a da *proibição do incesto*” (ibidem, grifo do autor).

Por este achado obtido com precisão epistemológica, pensamos poder justificar teoricamente os argumentos de Freud expressos no mito que sustenta sua obra de 1913, *Totem e Tabu*. Nossa afirmação se apoia nas palavras de Joël Dor que vê na proposição de Lévi-Strauss “a confirmação mais certa do caráter a-histórico do pai [...] [o qual] pode estar ao mesmo tempo fora de toda história e ser o ponto de origem daquilo que a constitui” (1991, p. 27). Nesse sentido, podemos compreender a prevalência que Freud – e depois Lacan – atribui à figura do pai na economia psíquica da tradição psicanalítica, diferentemente do que acontece com a escola inglesa de Melanie Klein e Winnicott, que darão importância à figura materna.

No campo psicanalítico, a noção de pai é investida de uma conotação bem particular. O pai a que nos referimos permanece, sob certos aspectos, excluído da aceção comum que dele fazemos, de saída e cotidianamente,

enquanto *agente da paternidade comum*. [...] Contra toda expectativa, até mesmo contra toda ideia recebida, a noção de pai intervém no campo conceitual da psicanálise como um *operador simbólico a-histórico*. [...] Todavia, ficando fora da história, ele não deixa de estar paradoxalmente inscrito no ponto de origem de toda história. A única história que lhe podemos logicamente supor é uma história mítica. (DOR, 1991, p. 13)

No início desta nossa argumentação, quando introduzimos a abordagem de Rousseau sobre o problema *natureza-cultura* e o achado de Lévi-Strauss de um substrato comum expresso na lei universal da proibição do incesto, falamos em termos de uma base de sustentação teórico-conceitual sobre a qual Freud empreende o arcabouço que justifica a formulação do seu complexo mais famoso. Pois bem, essa base surge, segundo o nosso entendimento, no exato momento em que a dimensão da natureza no homem aparece nesse substrato comum à sua produção cultural, conforme o critério estabelecido pela antropologia de Lévi-Strauss. Ou seja, a *lei universal da proibição do incesto* corresponde a um “*substrato psicológico* que manifesta sua expressão mais significativa na *ordem edípica*” (ibid., p. 28).

Essa ordem reflete a problemática natureza-cultura e sua complexa solução ao propor uma saída possível pela via do conflito representado “pela dialética do desejo em face da diferença dos sexos [...] permitindo ao sujeito aceder ao registro simbólico, ou seja, à cultura” (ibid., p. 28-9).

Em resumo, a cultura *é, pois, gerada pela expressão de uma falta*. Porque o natural no homem é isomorfo à ordem edípica, a cultura se torna, então, legitimamente, a verdadeira natureza do homem que nasce da proibição originária do incesto. Neste sentido, a problemática natureza-cultura volta a centrar, de pleno direito, a questão do pai em psicanálise, de vez que é precisamente dessa proibição originária do incesto que tenta dar conta o mito freudiano do pai da horda primitiva. (DOR, 1991, p. 29, grifo do autor)

Agora podemos também justificar o argumento que parte da problemática natureza-cultura visando a situação ou condição do homem no contexto da Primeira Grande Guerra e suas consequências para a pesquisa psicanalítica da época.

A *questão da violência*, que aparece de forma enfática no primeiro grande conflito bélico global (1914-1918), que teve entre suas causas as políticas imperialistas (ou de dominação) envolvendo potências como Reino Unido, França e Alemanha – alguns dos representantes máximos da cultura civilizada da época –, resultando na morte de 19 milhões de pessoas entre militares e civis, essa questão também aparece no mito freudiano do assassinato do pai da horda primitiva em *Totem e Tabu*.

Assim como as nações beligerantes se organizaram em grupos – os Aliados e os Impérios Centrais – para reunir forças e alcançar seus objetivos de poder, da mesma forma o bando de irmãos da horda primitiva, para confrontar a tirania perpetrada pelo Pai-Soberano-todo-poderoso, se unem para “realizar aquilo que cada um deles, individualmente, teria sido incapaz de fazer” (FREUD *apud* DOR, 1991, p. 29).

No mito de origem proposto por Freud em *Totem e Tabu* encontramos, portanto, os fundamentos para questões tão caras à psicanálise freudiana como o modelo edípico de constituição psíquica fundado nos interditos do parricídio e do incesto, e a manifestação de uma cultura da violência – tanto de um pai tirânico quanto do seu assassinato pelos filhos revoltosos –, que emerge na modernidade com a Primeira Grande Guerra, abala os alicerces do movimento iluminista (*Aufklärung*)⁴⁷ e pavimenta o caminho da reformulação teórica representada pelo conceito de *pulsão de morte*.

De um ponto à outro das duas questões acima indicadas – o modelo edípico de regulação pulsional e a emergência de um pulsão que nunca se inscreve –, constitui-se um caminho que vai do lugar ocupado pela figura do pai como operador real e simbólico na economia psíquica do desejo e do prazer, até a constatação de sua insuficiência ou incapacidade de sustentação e apoio para lidar com acontecimentos inesperados e surpreendentes, evocando a categoria do *desamparo* (*Hilflosigkeit*) que, segundo Laplanche e Pontalis (2001, p. 112, grifo nosso), “é o *protótipo da situação traumática geradora de angústia*”.

Quando falamos em modelo edípico de regulação pulsional e da existência de uma pulsão que nunca se inscreve, percebemos tratar-se de uma equação problemática, que não fecha, e que impõe dificuldades para o trabalho de elaboração do aparelho psíquico cuja economia remonta ao princípio da constância e do prazer.

Essa constatação nos leva a pensar em duas ordens de problemas: a primeira delas se refere ao limite das leis de interdição cultural, dada a ambivalência de sentimentos que animam o comportamento de cada pessoa em suas relações familiares e sociais e ao desejo inconsciente de fazer o proibido – como sustenta o saber psicanalítico –, apesar do temor que é mais forte que o desejo e inclina o sujeito à uma saída neurótica; a outra ordem de

⁴⁷ Uso da razão como principal fonte de autoridade, legitimidade e defesa dos ideais de liberdade, igualdade, fraternidade, ordem e progresso.

problemas diz respeito aos limites do próprio aparelho psíquico para lidar com todas as demandas a que está submetido, sobretudo as exógenas.

Tentaremos agora penetrar na questão da fragilidade das leis de interdição cultural frente à ambivalência dos sentimentos e sua relação com a violência que anima o comportamento dos homens desde o advento da cultura/civilização segundo o mito de origem estabelecido nos estudos freudianos de *Totem e Tabu*. Nosso objetivo é encontrar fundamentos e argumentos que possam justificar teoricamente a afirmação da *insuficiência do pai*, seja como *agente da paternidade comum* ou no campo da experiência psicanalítica como *operador simbólico a-histórico* – nas significativas expressões de Joël Dor (1991) –, colocando em questão a capacidade do aparelho psíquico para lidar com acontecimentos surpreendentes e impactantes, já que sua constituição se dá em função dos limites estabelecidos pela e na autoridade paterna à realização dos desejos edipianos do(s) filho(s).

Sabemos que o modelo das relações humanas é o da relação com os pais, que é dominada “por anseios incestuosos, como o [do] *complexo nuclear da neurose*” (FREUD, 1913/2012, p. 41, grifo do autor). Esses anseios impõem a necessidade de uma medida protetiva capaz de gerir a ambivalência de sentimentos – amor e ódio – com relação ao objeto parental dos nossos desejos e o obstáculo representado pelo polo de oposição aos nossos interesses. Medida necessariamente de dupla face, que garante o jogo intersubjetivo instaurador dos laços sociais desde a ordem familiar, entre cada indivíduo e os grupos aos quais se associa.

O poder das leis de interdição cultural iniciadas com o tabu do incesto e do parricídio frente a ambivalência de sentimentos conflitantes quanto ao objeto do nosso desejo parece ter se firmado com o imperativo categórico da razão dominante, de ordem científica, balizadora do discurso da modernidade e instauradora da ideia de uma civilização da ordem e do progresso. A trajetória desse poder e seus efeitos desde o mito de origem, passando pela coerção do costume e da tradição para chegar finalmente na lei dos modernos sistemas penais, é encontrada de forma simples e esclarecedora em *Totem e Tabu*:

O castigo para a *violação* de um tabu era originalmente deixado para uma instância interior [na psicanálise, podemos pensar em termos do Super-eu], de efeito automático. O tabu ferido vinga a si mesmo. Mais tarde, quando surgiram ideias de deuses e espíritos com os quais o tabu ficou associado, esperava-se que a punição viesse automaticamente do poder divino. Em outros casos, provavelmente devido a uma ulterior evolução do conceito, a

própria sociedade assumiu a punição dos infratores, cuja conduta pôs em perigo os companheiros. Assim, os mais velhos sistemas penais da humanidade podem remontar ao tabu. (ibid., p. 45, grifo nosso)

Destacamos a palavra *violação* na citação de Freud acima apresentada para evocar sua raiz etimológica, a mesma de *violência*, sendo ambos os termos de origem latina. Segundo Aurélio Buarque de Holanda (2010), *violare* significa tratar com violência, profanar, e faz referência à *vis* ou força. Violar significa, portanto, transgredir pelo emprego da força, o equilíbrio natural e/ou normal em que tudo – as coisas e as pessoas – parece estar situado e sustentado. Essa é uma concepção que a tradição ocidental sustenta desde a antiguidade clássica greco-romana.

Falamos de violência a partir da violação do tabu, acompanhando um raciocínio de Frazer⁴⁸ (*apud* FREUD, 1913/2012, p. 190) segundo o qual “seria supérfluo que a lei proibisse e punisse o que a natureza mesma proíbe e pune”, o que nos faz pensar que tudo aquilo que a lei proíbe, o homem tem uma natural propensão à transgredir, animado que é por sentimentos ambivalentes de amor, ódio e seus derivados. Sendo o pai – e os seus substitutos – um representante da lei da interdição, passível de punir as transgressões pela castração ou o enceghecimento – como acontece no mito de Édipo – acaba por revestir-se da autoridade simbólica do totem, ficando por isso sujeito à transgressão e à morte.

Freud afirma que o totem deve ter sido a primeira forma de sucedâneo do pai assassinado pela horda primitiva e a divindade uma forma posterior, onde o pai readquire sua configuração humana. Então, temos que:

À proibição de matar o totem, de fundamento religioso, junta-se a proibição de matar um irmão, de fundamento social. [...] A sociedade repousa então na culpa comum pelo crime cometido; a religião, na consciência de culpa e no arrependimento por ele; e a moralidade, em parte nas exigências dessa sociedade e em parte nas penitências requeridas pela consciência de culpa. (ibid., p. 222-3)

Todo esse percurso teve como propósito estabelecer ligações entre o mito freudiano do pai primitivo – violento e tirânico – e seu assassinato pelo clã fraterno na passagem natureza-cultura que marca o início de uma ordem social totêmica, com a questão do Édipo que estrutura a vida psíquica de cada indivíduo a partir da lei da interdição do incesto, por um lado, e com a problemática da violência que caracteriza a referida passagem e se prolonga

⁴⁸ James George Frazer foi um influente antropólogo escocês e autor de *Totemism and Exogamy*, uma das referências de Freud para pensar e escrever *Totem e Tabu*.

como obstáculo aos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade pretendidos pela revolução que instaura a modernidade histórica no ocidente, por outro lado.

Acreditamos ter encontrado no discurso mítico e teórico acima apresentado as referências necessárias para pavimentar o caminho que vai da regulação à insuficiência, do Édipo ao desamparo, e daremos destaque agora para a parcela daquele discurso que aproxima violência e cultura/civilização, objetivando reencontrar a categoria do trauma em Freud a partir da situação ou condição do homem no contexto da Primeira Grande Guerra e suas consequências para a pesquisa psicanalítica, como foi dito no início deste capítulo.

3.2 TRAUMA E REFORMULAÇÃO TEÓRICA

Encontramos uma clara referência de Freud à problemática representada pelo aparecimento da categoria psicopatológica da neurose de guerra, em um texto de 1917 que integra a terceira parte das *Conferências Introdutórias à Psicanálise*, sobre a teoria geral das neuroses. Nesse texto – intitulado *A fixação no trauma, o inconsciente* – Freud irá se referir a essa modalidade de neurose traumática como não espontânea e fará certa aproximação com aquele outro tipo de experiência traumática que está na origem de sua primeira formulação teórica sobre o tema, que serviria então de fundamento para a teoria da sedução na origem do discurso psicanalítico:

Por intermédio da análise, podemos inferir que cada um de nossos doentes se transportou de volta a certo período de seu passado nos sintomas de sua enfermidade e pelas consequências deles. [...] A analogia mais próxima desse comportamento de nossos doentes, oferecem as enfermidades que hoje a guerra faz surgir com frequência, as chamadas neuroses traumáticas. Por certo, casos assim já existiam antes da guerra, seguindo-se a desastres de trem e a outros terríveis perigos mortais. No fundo, as neuroses traumáticas não são o mesmo que as neuroses espontâneas que costumamos examinar e tratar analiticamente [e] ainda não logramos submetê-las a nossas concepções [...]. Mas em um ponto podemos destacar uma concordância total: as neuroses traumáticas dão nítidos sinais de que, em sua base, está uma fixação no momento do acidente traumático. (FREUD, 1917/2014a, p. 366)

Ao se referir às enfermidades que a guerra faz surgir com frequência, Freud enuncia uma questão de grande importância para os objetivos deste último capítulo de nossa

dissertação, o seu reencontro com as neuroses traumáticas que perderam importância no discurso psicanalítico desde o desaparecimento da categoria do trauma em 1897 com a afirmação da realidade psíquica, da sexualidade infantil, do complexo de Édipo e das neuroses espontâneas que passaram a ser examinadas e tratadas analiticamente pelo método da livre associação.

Podemos perceber também, nas palavras de Freud, o uso de certas categorias do pensamento – *tempo, memória e fixação* – que serão de extrema importância nas elaborações conceituais que tentarão dar conta dos fenômenos observados a partir dos chamados traumas de guerra – como é o caso da compulsão à repetição –, e a abertura de “caminho para uma consideração dos processos psíquicos a que podemos chamar de *econômica*” (FREUD, 1017/2014a, p. 367, grifo do autor), fazendo avançar aquelas considerações de ordem tópica e dinâmica que prevaleciam na teorização freudiana desde a emergência do inconsciente psicanalítico.

Num primeiro momento, Freud define o trauma psíquico empregado na etiologia da histeria como “*toda impressão que o sistema nervoso tem dificuldade em abolir por meio do pensamento associativo ou da reação motora*” (1892/1996d, p. 196, grifo do autor). Passados vinte e cinco anos daquela formulação, e diante dos inúmeros casos de neurose de guerra, Freud falará da dificuldade de superação da situação traumática vivida pelos combatentes e de um sentido econômico para aquela vivência, que será definida como algo que “em curto espaço de tempo, traz para a vida psíquica um tal incremento de estímulos que sua resolução ou elaboração não é possível da forma costumeira, disso resultando inevitavelmente perturbações duradouras no funcionamento da energia” (1917/2014a, p. 367).

Ou seja, aquele modelo de regulação psíquica com base no princípio da constância e do prazer, capaz de abolir as impressões pelo recurso à ligação energética e por meio do pensamento associativo ou da ação motora, será *insuficiente* para lidar com situações surpreendentes, excessivamente estimulantes e de caráter invasivo – como os horrores da guerra –, que perturbam a costumeira forma de funcionamento do aparelho. E essa insuficiência promoverá as reformulações realizadas nesse período, fazendo lançar um olhar para *Além do princípio do prazer* e possibilitando a emergência de uma psicanálise de base econômica, com o advento de uma segunda tópica e o conceito de pulsão de morte, alguns

dos instrumentos necessários para lidar com o incontornável estado de desamparo (*Hilflosigkeit*) que passa a assombrar o homem “moderno” do pós-guerra.

3.3 AQUÉM DO PRINCÍPIO DO PRAZER

Chama nossa atenção o fato de que um ano após o término da Primeira Guerra Mundial e um ano antes do ensaio revolucionário de 1920, Freud discorre sobre o que ele apresenta como uma “teoria das qualidades de nosso sentir” (1919/2010b, p. 329), que é incluída no âmbito particular e marginal da *estética* à que se sente inclinado como psicanalista.

O termo usado para indicar esse novo campo de investigação é *Unheimliche* cuja insuficiente tradução para o português – segundo Paulo César de Souza⁴⁹ – apresenta algumas variações surpreendentes, tais como *inquietante*, *perturbador*, *assustador*, *estranho*, *sinistro*, *horripilante* e *demoníaco*, o que de acordo com Freud não resta dúvida que “relaciona-se ao que é terrível, ao que desperta angústia e horror, e também está claro que o termo não é usado sempre num sentido bem determinado, de modo que geralmente equivale ao angustiante” (ibidem).

Ao iniciar o ensaio de 1919 Freud realiza uma série de considerações e reflexões sobre essa temática expressa pelo termo alemão *Unheimlich* que, digamos, o inquieta. Depois passa a examinar pessoas, coisas, eventos, situações e impressões passíveis de evocar aquela experiência do inquietante. E descobre que o mais estranho de tudo é o fato de tal experiência conter em si algo do conhecido e do familiar, quando somos levados a pensar que exatamente o oposto disso é que haveria de causar aquela típica sensação.

Freud tenta compreender essa estranha sensação, em parte pelo duplo campo de sentido da palavra *heimlich*, que não são opostos, mas alheios um ao outro: (1) o do que é familiar e aconchegante; (2) o do que é escondido ou mantido oculto. E de outra parte, por uma observação tirada de Schelling, segundo a qual “*Unheimlich* seria tudo o que deveria permanecer secreto, oculto, mas apareceu” (FREUD, 1919/2010b, p. 338).

⁴⁹ Doutor em literatura alemã pela USP e tradutor das obras completas de Sigmund Freud editada pela Companhia das Letras, de São Paulo.

Por intermédio do ensaio freudiano *Das Unheimliche*, entramos em contato com um conto de Ernst Theodor Amadeus Hoffman – considerado um mestre do estranho na literatura –, intitulado *O Homem da Areia*, em cuja história fantástica Freud, ao investigar os tais efeitos inquietantes que são produzidos pelas qualidades de nosso sentir – conforme a citação acima transcrita –, atribui essas qualidades e aqueles efeitos à perspectiva do nosso olhar, que na história de Hoffman está associada ao demoníaco personagem ambulante chamado Coppola, vendedor de óculos e binóculos.

É curioso e interessante aos propósitos de nossa exposição pensarmos na relação entre o demoníaco e aqueles instrumentos óticos que modificam a nossa visão de mundo, podendo causar efeitos inquietantes na qualidade do nosso sentir e fazendo convergir aquele duplo campo, do familiar e aconchegante, com o do que deveria permanecer oculto mas apareceu, para surpresa dos que vivem essa experiência. Surpresa nada agradável se considerarmos as ideias freudianas sobre *das Unheimliche*. E talvez por isso se costume dizer: *o que os olhos não veem, o coração não sente*.

Mas o que tudo isso tem a ver com a questão da insuficiência do pai, que no campo conceitual da psicanálise aparece como operador simbólico nas instâncias do Super-eu e do ideal do eu? E com a noção de trauma que reaparece com as neuroses de guerra e seus efeitos destrutivos para o modelo de constituição psíquica centrado na lei da interdição? E ainda poderíamos perguntar – adiantando um pouco essa nossa exposição –, qual a relação entre o inquietante e a questão da angústia, categoria que sofrerá uma importante reformulação teórica em 1926?

Uma aproximação importante a se fazer no sentido de buscar respostas para aquelas perguntas é com a “relação substitutiva entre olho e membro viril, manifesta em sonhos, fantasias e mitos” (FREUD, 1919/2010b, p. 347). Essa relação aproxima a questão da visão – e do campo da realidade psíquica –, ao complexo da castração, assunto abordado no capítulo anterior quando falamos da emergência e desenvolvimento da sexualidade infantil, particularmente no contexto do complexo de Édipo.

O estudo dos sonhos, das fantasias e dos mitos nos ensinou que o medo em relação aos olhos, o medo de ficar cego [terrível angústia infantil que pode se conservar na vida adulta, segundo Freud], é frequentemente um substituto para o medo da castração. O ato de cegar a si mesmo, do mítico criminoso Édipo [parricida e incestuoso], é apenas uma forma atenuada do castigo da castração [...]. (ibid., p. 346)

Lembramos que na tragédia grega de Sófocles, que serve de referência ao famoso complexo psicanalítico, deparamos com *das Unheimliche* quando Édipo Rei convoca o adivinho Tirésias para descobrir o assassino de Laio. E algo *perturbador* é revelado: aquele que é procurado está muito próximo – diríamos que é familiar –, e tem como sina o assassinato do pai e o casamento com a mãe – segredo horroroso, que melhor seria se tivesse ficado oculto, como diria Schelling.

Outro tema importante para a compreensão do que foi chamado de *efeito inquietante* é extraído do romance *O elixir do diabo* – também de E. T. A. Hoffman –, e de estudos realizados por Otto Rank: o *duplo*. Essa noção se revela na identificação pela aparência, no vínculo pelos processos psíquicos – saber e sentir como outrem, por exemplo –, no confundir o próprio Eu por sua permutação, duplicação ou divisão, e por algo que é da ordem do retorno do mesmo e/ou da repetição – o que já foi investigado por Freud num de seus artigos sobre a técnica, de 1914⁵⁰, e receberá nova atenção nos estudos sobre compulsão de repetição, em 1920.

A pesquisa de Otto Rank sobre o tema desperta de forma particular o nosso interesse por tratar-se de um psicanalista e discípulo de Freud. Ele faz aproximações muito interessantes ao relacionar o “duplo com a imagem no espelho e a sombra, com o espírito protetor, a crença na alma e o temor da morte” (FREUD, 1919/2010b, p. 351), situando-o originalmente como “uma garantia contra o desaparecimento do Eu” (ibidem). E aqui, mais uma vez, encontramos uma relação com o membro viril pela via dos sonhos, pois a emergência do duplo contra o poder da morte reaparece na linguagem onírica que, segundo Freud, “gosta de exprimir a castração através da duplicação ou multiplicação do símbolo genital” (ibidem).

É por demais interessante acompanhar as elaborações freudianas neste momento divisor de águas de sua pesquisa e ver a gênese de conceitos e categorias que irão reformular, sensivelmente, o discurso psicanalítico. Se num primeiro momento, como dissemos no parágrafo anterior, ele opõe o duplo à aniquilação da castração e da morte – indicando com isso uma reação à trágica condição do *desamparo* que se revela pela emergência da *insuficiência* da figura do pai protetor e do modelo de aparelho psíquico correspondente –

⁵⁰ Recordar, repetir e elaborar

no momento seguinte “o duplo tem seu sinal invertido: de garantia de sobrevivência passa a inquietante mensageiro da morte” (FREUD, 1919/2010b, p. 352).

A concepção de um duplo com caráter de permanência e resistência à mudança pertence ao campo do eu ideal, “do ilimitado amor a si próprio, do narcisismo primário, que domina tanto a vida psíquica da criança como a do homem primitivo” (FREUD, 1919/2010b, p. 352). Com a emergência de novas instâncias em estágio posterior de desenvolvimento da libido – ideal do eu e, posteriormente, Super-eu –, instala-se a dimensão da auto-observação e da autocrítica, “que faz o trabalho da censura psíquica e torna-se familiar à nossa consciência [*Bewubtsein*: o estado da consciência] como ‘consciência’ [*Gewissen*: a consciência moral]” (ibidem).

Disso podemos concluir que aquilo que deixa de ser familiar à nossa percepção consciente ou, dito de outra maneira, ao estado atual de nossa consciência (*Bewubtsein*) e tornar-se arcaico em relação aos avanços nas fases de evolução do sentimento do Eu e/ou da consciência moral (*Gewissen*), podendo ser acessado pelo mecanismo da regressão psíquica, corresponderia a uma espécie de duplo capaz de evocar em nós um sentimento de inquietante estranheza com relação a algo da ordem do oculto-familiar (*heimlich-heimisch*).

Essa ideia de um recuo ou regressão a algo outrora familiar, mas estranho à percepção consciente atual (*Bewubtsein*), coloca em cena o tema da repetição do mesmo (a rigor, uma *reprodução*), experiência inquietante que “pode remontar à vida psíquica infantil” (ibid., p. 356):

Pois no inconsciente psíquico nota-se a primazia de uma compulsão de repetição vinda das moções pulsionais, provavelmente ligada à íntima natureza das pulsões mesmas, e forte o suficiente para sobrepor-se ao princípio do prazer, que confere a determinados aspectos da psique um caráter demoníaco, manifesta-se claramente ainda nas tendências do bebê e domina parte do transcurso da psicanálise do neurótico. (FREUD, 2010b, p. 356)

Por outro lado, e em sentido inverso, podemos falar do retorno do recalado – ou atualização do inconsciente – também como algo da ordem do estranho-familiar. E mesmo o representante afetivo da pulsão – que diferentemente do representante ideativo não é submetido ao recalque, mas convertido em angústia, de acordo com a primeira teoria freudiana sobre o tema –, também gera efeitos inquietantes (caso da neurose de angústia).

Então, em termos linguísticos e psicanalíticos, podemos dizer que o *heimlich* (oculto) adquire o caráter ambíguo de *unheimlich*⁵¹ (inquietante) por evocar algo de *heimisch* (familiar), pagando-se tributo à definição de Schelling citada por Freud (ibid., p. 360), segundo a qual “o inquietante é algo que deveria permanecer oculto, mas apareceu”, como no caso do retorno do recaiado.

Estamos agora muito perto de esclarecer, dentro dos limites de nossa pesquisa, a retomada freudiana da categoria do trauma, depois do seu desaparecimento na viragem teórica de 1897, ao renunciar à teoria da sedução traumática e enunciar a noção de realidade psíquica.

O caminho para isso será o das enfermidades neuróticas provocadas pela guerra, que levantam algumas questões com relação à razão de ser das afecções neuróticas como um todo até a percepção, para Freud, de que “o recalque subjacente a toda neurose pode ser entendido [...] como reação a um trauma, como *neurose traumática elementar*” (FREUD, 1919/2010c, p. 388, grifo nosso).

Verificou-se que as neuroses de guerra apresentavam em comum com as neuroses dos tempos de paz, a mesma origem psicogênica dos sintomas, a ação de moções pulsionais inconscientes, e um ganho primário – a fuga da doença – na resolução dos conflitos psíquicos. Entretanto, aquela porção da teoria psicanalítica que enunciava o nascimento da neurose pelo conflito entre o Eu e as pulsões sexuais repudiadas, não fora verificada nos estudos sobre as neuroses de guerra.

Mas a questão do conflito agora era de outra ordem, exclusiva do Eu, dado que nesse tipo de neurose engendrada pela guerra, percebia-se a presença de um sócia ou duplo: ao lado do velho Eu pacífico – também chamado por Freud de Eu-de-paz – surgia um novo Eu guerreiro, audacioso e parasítico (1919/2010c):

[Nesse contexto] tanto podemos dizer que o velho Eu se protege do risco de vida mediante a fuga na neurose traumática, como que se defende do novo Eu, percebido como ameaçador para sua vida. Assim, a precondição, o solo nutriz para as neuroses de guerra seria o exército nacional de conscritos⁵²; em mercenários, em soldados profissionais, não haveria possibilidade de elas surgirem. (FREUD, 1919/2010c, p. 385-6)

⁵¹ Para Freud (1919/2010b, p. 365) o prefixo *un*, nessa palavra, seria a marca do recalque.

⁵² Relativo a conscrição, termo geral para qualquer trabalho involuntário requerido por uma autoridade estabelecida. É mais frequentemente, contudo, associado ao serviço militar obrigatório (FERREIRA, 2010).

Portanto, o que está em jogo em todos os tipos de neurose e possibilita uma concepção unificadora para essa afecção psíquica é a categoria da *ameaça*. Isso é facilmente verificável tanto no caso das neuroses de guerra quanto no caso das neuroses traumáticas de épocas de paz. Naquela a ameaça se dá pelo Eu belicoso e guerreiro sobre o Eu pacífico; nessa pela possibilidade de um choque ou acidente grave. Entretanto, no caso das comuns neuroses de transferência, caracterizadas por uma espécie de “frustração amorosa”, encontramos alguma dificuldade para admitir como fator etiológico algo da ordem do perigo de vida. Mas o penetrante poder de observação clínica e elaboração teórica do pai da psicanálise joga luz nessa aparente obscuridade:

Nas neuroses traumáticas e de guerra, o Eu do indivíduo se defende de um perigo que o ameaça desde fora, ou que é corporificado numa postura do próprio Eu; nas neuroses de transferência, o Eu toma sua própria libido como um inimigo, cujas reivindicações lhe parecem ameaçadoras. [...] Poderíamos até dizer que nas neuroses de guerra, diferentemente da pura neurose traumática e analogamente às neuroses de transferência, o que se teme é, afinal, um inimigo interno. (FREUD, 1919/2010c, p. 387-8)

Em todo caso, independentemente de tratar-se de uma ameaça endógena ou exógena, o que cabe destacar aqui é a vulnerabilidade psíquica diante das intensidades que ultrapassam determinados limites “que podem ser designados como limiares qualitativos do prazer e do desprazer” (FECHNER *apud* FREUD, 1920/2010d, p. 164) conscientes, com a sensação de desprazer indicando um aumento de tensão até o ponto de ruptura da regulação automática dos processos psíquicos realizada pelo princípio do prazer.

Sabemos que o princípio do prazer é próprio de um modo de funcionamento primário do aparelho psíquico [...] em meio às dificuldades do mundo externo [...]. Por influência das pulsões de autoconservação do Eu é substituído pelo *princípio da realidade*, que, sem abandonar a intenção de obter afinal o prazer, exige e consegue o adiamento da satisfação, a renúncia a várias possibilidades desta e a temporária aceitação do desprazer, num longo rodeio para chegar ao prazer. Por muito tempo o princípio do prazer continua como o modo de funcionamento das pulsões sexuais, que são difíceis de “educar”, e volta e meia sucede que, a partir dessas pulsões ou no próprio Eu, ele [o princípio do prazer] sobrepuja o princípio da realidade [...]. (FREUD, 1920/2010d, p. 165-6, grifo do autor)

Algo que precisa ser dito para que não reste dúvida sobre a importância e a necessidade de ação dos princípios do prazer e da realidade nas atividades primária e secundária do aparelho psíquico, respectivamente, é que esses modelos operacionais costumam cumprir com sua função de dirigir tanto as demandas e exigências pulsionais

quanto as ameaças de perigo capazes de gerar sensação de desprazer, pois sentimos desprazer, via de regra, ou pela percepção consciente das pulsões sexuais que não atingiram sua meta de satisfação ou pela percepção da ameaça de um perigo externo (1920/2010d).

Temos então que o aparelho psíquico tende a reagir à duas ordens de forças que incidem sobre o Eu. De um lado, a força das pulsões sexuais, sujeitas ao recalque, à sublimação e à mudança para uma condição de passividade, cujo desdobramento é o retorno sobre a própria pessoa; de outro lado, uma força externa ao organismo e ao psiquismo, oriunda de acontecimentos impactantes e imprevisíveis, que desorganizam a estrutura do aparelho psíquico e desorientam o Eu, caracterizando o trauma (agora, de outra ordem).

Aquele segundo tipo de força é o que nos interessa no momento. Ela está vinculada, como dissemos, ao fator surpresa e faz emergir em nossos estudos a categoria do terror que, segundo Freud (1920/2010d, p. 169) corresponde ao “estado em que ficamos ao correr um perigo sem estarmos para ele preparados”.

Não devemos confundir a categoria do terror com a noção de medo e, sobretudo, o conceito de angústia. É a nossa relação com o perigo que possibilita uma rigorosa diferença entre essas modalidades de sofrimento subjetivo. O terror – como dissemos – corresponde à vivência de um perigo inesperado, que traumatiza. Já para os dois outros estados afetivos – o medo e a angústia –, temos que: naquele, o objeto que nos amedronta é conhecido e passível de ser enfrentado ou evitado; e naquela, desconfiamos que algo nos ameaça (pelo mecanismo psíquico do *signal de angústia*, como será conhecido em um ensaio de 1926), mas não temos a percepção consciente do que se trata.

O reaparecimento das neuroses traumáticas em tempos de guerra também faz ressurgir o tema da fixação – conhecido desde 1893, quando Breuer e Freud afirmaram que “os histéricos sofrem principalmente de reminiscências” (ibid., p. 169-170) –, na vivência ameaçadora que desencadeia o trauma psíquico. E nessas condições, certos sonhos parecem disfuncionais – pelo fato “de que o doente sempre retorna à situação [...] [traumática], da qual desperta com renovado terror” (FREUD, 1920/2010d, p. 169) –, e colocam em dúvida a sua “tendência realizadora de desejos” (ibid., p. 170), e faz pensar nas “enigmáticas tendências masoquistas do Eu” (ibidem).

3.4 TRAUMA, FIXAÇÃO E REPETIÇÃO

A observação da brincadeira infantil no jogo do *fort-da* realizado por um menino de dezoito meses de idade, lança luz na intrigante questão que envolve uma situação desagradável e dolorosa – a ausência da mãe, neste caso – e sua harmonia com o domínio do princípio do prazer por intermédio da repetição intencional daquela mesma situação. Freud lança algumas hipóteses na avaliação e análise desse acontecimento emblemático para os estudos psicanalíticos, particularmente em um momento de novos achados teóricos.

Poderíamos dizer “que a ausência [da mãe] tinha de ser encenada, como condição para o [seu] *agradável* reaparecimento, que seria o verdadeiro propósito do jogo” (FREUD, 1920/2010d, p. 173, grifo nosso). Mas essa hipótese cai por terra com a constatação de que apenas a dolorosa ausência era encenada em si mesma, de forma isolada e com muito mais frequência. E nesse caso específico é possível pensar na possibilidade de que o que está em questão é a *satisfação* de um sentimento vingativo e desafiador, pelo desaparecimento do objeto de desejo da criança: “Sim, vá embora, não preciso de você, eu mesmo a mando embora” (ibid., p. 174), diria a criança, se usasse palavras para expressar o que sente.

O que acaba por prevalecer, segundo o nosso entendimento (por ser uma linha de raciocínio bastante convincente), envolve a ideia de um *impulso de apoderamento* e independência da situação traumática, pela repetição intencional e criativa daquela mesma situação pela via do jogo e da encenação, que desloca o sujeito de uma condição primariamente passiva para um campo ou palco de atividade prazerosa. Mas isso não ajuda a esclarecer “a dúvida de saber se a tendência a elaborar psiquicamente algo impressionante e dele apropriar-se inteiramente pode se manifestar de modo primário e *independente do princípio do prazer*” (ibidem). Freud então argumenta:

No caso discutido [a brincadeira infantil do *fort-da*], o garoto só podia repetir brincando uma impressão desagradável porque a essa repetição está ligada uma obtenção de prazer de outro tipo, porém direta. (ibidem)

E conclui, naturalmente, que “sob o domínio do princípio do prazer há meios e caminhos para tornar objeto de recordação e elaboração psíquica o que é em si desprazeroso” (1920/2010d, p. 175-6), mas deixa claro que isso não atesta “a operação de tendências além do princípio do prazer, isto é, que seriam mais primitivas que ele e independentes dele” (ibid., p. 176).

Agora propomos abordar um tema que já foi alvo de estudo teórico e recomendações técnicas para a psicanálise no ensaio *Recordar, repetir e elaborar*, de 1914. Naquele momento a noção de uma *compulsão à repetição* fora identificada no próprio tratamento psicanalítico dos neuróticos, onde se reproduzia o recalcado – algo da vida sexual infantil, ou seja, do complexo de Édipo e seus derivados – como vivência atual no âmbito da transferência terapêutica, em lugar da recordação de vivências passadas (como seria preferível para o tratamento), com o analisando “não se convencendo da justeza da construção que lhe é informada” (FREUD, 1920/2010d, p. 177) pelo analista, fenômeno que ficou conhecido como resistência.

O fato a ser considerado é que a compulsão de repetição pode se manifestar de duas maneiras distintas: uma “que não contraria o princípio do prazer, [pois] é desprazer para um sistema e, ao mesmo tempo, satisfação para o outro” (ibid., p. 179), indicando o que foi recalcado pelo Eu coerente na vigência dos processos secundários e do princípio da realidade; e outra que “traz de volta experiências do passado que não possibilitam prazer, que também naquele tempo não podem ter sido satisfações” (ibidem).

Outro modo curioso de se observar essa questão se dá pela comparação entre neuróticos e pessoas não neuróticas. Essas últimas também manifestam compulsão de repetição como aqueles, mas sem a presença de sinais que indiquem conflito produtor de sintomas:

Nelas dá-se a impressão de um destino que as persegue, de um traço demoníaco⁵³ em seu viver, e a psicanálise sempre viu tal destino como, em boa parte, preparados por elas mesmas e determinado por influências da primeira infância. (FREUD, 1920/2010d, 181)

A compulsão de repetição que resulta de um acontecimento externo, cujas intensas excitações produzem a *inundação do aparelho psíquico com grandes quantidades de estímulo*, coloca em cena, mais uma vez, a categoria do *trauma* em Freud, com seu conceito fazendo necessariamente referência a uma *falha defensiva* que em outras circunstâncias seria eficaz.

Um evento como o trauma externo vai gerar uma enorme perturbação no gerenciamento de energia do organismo e pôr em movimento todos os meios

⁵³ Paulo César de Souza, o tradutor para o português da obra de Freud editada pela Companhia das Letras, chama atenção para o sentido grego da palavra alemã *dämonisch* usada por Freud, onde “demônio” (*daimon*) designa um poder superior, mas não no sentido cristão de “diabólico” (1920/2010d).

de defesa. Mas o princípio do prazer é inicialmente posto fora de ação. [...] [surge então a tarefa] de controlar o estímulo, de ligar psicologicamente as quantidades de estímulo que irromperam, para conduzi-las à eliminação. (FREUD, 1920/2010d, p. 192)

Nesse ponto podemos sem dúvida colocar também em destaque a ausência de preparação para aquela inundação do aparelho psíquico com grandes quantidades de estímulo, representada pela categoria do susto (*Schreck*) e do elemento surpresa, e compreendemos “que a preparação para a angústia, com o sobreinvestimento dos sistemas receptores, representam a última linha de barreira contra estímulos” (ibid., p. 195).

Um outro dado a ser destacado nesse contexto é o da função dos sonhos em situações de neuroses traumáticas, que assim como aqueles “que nos trazem à memória os traumas psíquicos da infância” (ibid., p. 196), não se acham a serviço da realização alucinatória de desejos, mas conduzem o sonhador de volta à situação traumática que os causou, contribuindo com “outra tarefa, que deve ser resolvida antes que o princípio do prazer possa [re]começar seu domínio” (ibidem).

Podemos ver aqui, entre o domínio do princípio do prazer – que precisa ser restaurado – e aquela perturbação no gerenciamento de energia do organismo por efeito de uma ação traumática (com consequências para o aparelho psíquico, que é inundado por grandes quantidades de estímulos), aspectos ligados àquelas duas modalidades de pulsões – de *vida* e de *morte* –, que irão corresponder, nesse contexto, a uma nova leitura freudiana sobre o tema.

Quando consideramos que as moções pulsionais de vida, naturalmente erógenas, dirigem-se para o prolongamento da condição orgânica do ser vivo, retardando, portanto, “o objetivo de toda vida [que] é a morte” (FREUD, 1920/2010d, p. 204), percebemos a importância mesma da experiência traumática – diríamos: a sua positivação –, enquanto força externa que impele à adaptação e impõe como trabalho ao psiquismo, por intermédio da compulsão de repetição, “reter como fonte interna de prazer a mudança imposta” (ibid., p. 209). Mas Freud não poupa críticas ao que ele chama de crença do homem em um impulso para a perfeição:

A evolução humana, até agora [1920] não me parece necessitar de explicação diferente daquela dos animais, e o que observamos de incansável ímpeto rumo à perfeição, numa maioria de indivíduos, pode ser entendido como consequência do recalque pulsional em que se baseia o que há de mais

precioso na cultura humana. A pulsão recalcada jamais desiste de lutar por sua completa satisfação, que consistiria na repetição de uma vivência primária de satisfação; todas as formações substitutivas e reativas, todas as sublimações não bastam para suprimir sua contínua tensão, e da diferença entre o prazer de satisfação encontrado e o exigido resulta o fator impulsor que não admite a permanência em nenhuma das situações produzidas, mas, nas palavras do poeta, “sempre impele, indomável, para a frente”⁵⁴ (FREUD, 1920/2010d, p. 209-210).

3.5 ANGÚSTIA E DESAMPARO

A palavra angústia (*Angst*) – que também pode ser vertida para o português como medo⁵⁵ – corresponde a uma categoria de fundamental importância para a psicanálise desde o estabelecimento de uma etiologia sexual para as psiconeuroses no final do século XIX, quando, ao lado da histeria e das obsessões, isolou-se uma outra modalidade de afecção psíquica que se convencionou chamar de neurose de angústia.

Essa modalidade de neurose atual, possui estreita ligação com uma função psíquica de caráter sexual – e por extensão a outras funções como a nutrição, a locomoção e mesmo o exercício da atividade profissional –, e possibilitou uma leitura do fenômeno da angústia enquanto manifestação daquela parcela das pulsões sexuais que, diferentemente das ideias, não é submetida ao recalque: os afetos. Por esse tempo, em uma obra intitulada *Sobre os fundamentos para destacar da neurastenia uma síndrome específica denominada “neurose de angústia”*, Freud define a angústia como sendo “sempre a libido que foi desviada de seu emprego normal” (FREUD, 1895/1986f, p. 240).

Já nos demoramos bastante ao longo de nossa exposição em capítulos anteriores sobre fenômenos psicopatológicos como a histeria e questões econômicas relativas a investimentos de caráter psicosssexuais que sofrem a interferência de normas culturais

⁵⁴ Mefistófeles, no *Fausto*, I, Gabinete de estudos, cena 4.

⁵⁵ Laplanche e Pontalis (2001) fazem uma clara distinção entre essas noções, possibilitando o uso desses conceitos como ferramentas teóricas, que ajudam a ler as questões que hora nos propusemos abordar. No caso do *medo* (*Furcht*), o seu objeto é definido e passível de ser identificado (e evitado ou enfrentado); na *angústia* (*Angst*), diferentemente do medo, não sabemos o que nos causa apreensão, criando-se uma expectativa de perigo a ser enfrentado, o que leva a um estado de alerta e precaução quanto a isso, na medida do possível; quando não é possível uma antecipação e somos surpreendidos pela situação perigosa, caímos na experiência *traumática* do *pavor* ou *susto* (*Schreck*).

estabelecidas pelo sistema de valores da modernidade ocidental, como ocorre particularmente na passagem inevitável pelo complexo de Édipo, segundo as concepções psicanalíticas estabelecidas por Sigmund Freud.

Agora, para nos aproximarmos da temática do *desamparo* – que “para o adulto [...] é o protótipo da *situação traumática geradora de angústia*” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 112, grifo nosso) –, convém fazer, acompanhando as ideias freudianas, a devida distinção entre as categorias da *inibição* e do *sintoma*, conforme formulações expostas no ensaio de 1926:

A inibição tem uma relação especial com a função e não significa necessariamente algo patológico, pode-se também chamar de inibição a restrição normal de uma função. Já o sintoma indica a existência de um processo patológico (FREUD, 1926/2014b, p. 14).

A fim de evitar conflitos com as instâncias do *Id* e do *Super-eu*, e o desprazer correspondente (além da submissão a um novo recalque), o *Eu* tende a renunciar ao exercício de suas funções que denotem significação sexual, por ação da força de interdição imposta desde a passagem pelo complexo de Édipo; ou, influenciado por um sentimento de culpa, ele admite certas renúncias que “se acham claramente a serviço da autopunição, como não raro sucede com as inibições da atividade profissional” (ibid., p. 18), que de outra forma poderiam trazer vantagens e êxitos.

Então, com a participação do sistema *percepção-consciência*, e mediante as sensações de prazer-desprazer que chegam de todas as direções, o aparelho psíquico, sob o comando do princípio do prazer, não se esquia de operar segundo um modo de funcionamento distinto do convencional, convertendo a *sensação de desprazer* em um *sinal de perigo*, com um mesmo mecanismo de defesa para ambas modalidades de risco iminente (externo ou interno), e com o recalque equivalendo, nesse caso, a uma tentativa de fuga pela retirada de investimentos da percepção do perigo. E assim, chegamos aos fundamentos da *reformulação teórica sobre o conceito de angústia*:

O Eu retira o investimento (pré-consciente) do representante de pulsão [*Triebrepräsenz*] a ser recalcado e o aplica na liberação de desprazer (angústia). O problema de como surge a angústia no recalque pode não ser simples; mas temos o direito de nos apegar à ideia de que *o Eu é a genuína sede da angústia*, e de rejeitar a concepção anterior de que a energia de investimento do impulso recalcado é transformada automaticamente em angústia. Se antes me expressei desse modo, forneci uma descrição

fenomenológica, não uma exposição metapsicológica (FREUD, 1926/2014b, p. 22, grifo nosso).

O que está sendo delineado com esta exposição teórica é algo que emerge a partir de uma falha no mecanismo de defesa do Eu contra os excessos de estímulos que inundam de forma surpreendente a estrutura do aparelho psíquico, causando profundo desprazer.

O resultado traumático dessa experiência paralisa as atividades normais do princípio do prazer, admite uma compulsão de repetição (que visa obter prazer pela via do empoderamento frente à situação traumática) e possibilita, com o advento dessa experiência desagradável e dolorosa, a organização de um dispositivo de alerta para futuras situações do gênero, onde a sensação de desprazer (em uma escala suportável para o Eu) será admitida na forma de um sinal indicador de perigo (*angústia-sinal*), sem excluir os casos limites onde seremos, fatalmente, capturados na rede da experiência traumática do pavor e do susto (*angústia real*).

Mas, se indagamos também pela origem dessa angústia – como dos afetos em geral –, abandonamos o terreno incontestado da psicologia e adentramos a área fronteiriça da fisiologia. *Os estados afetivos incorporaram-se à psique como precipitados de antiquíssimas vivências traumáticas, e são despertados como símbolos mnêmicos quando situações análogas ocorrem. [...] um símbolo afetivo é [portanto] uma necessidade biológica na situação de perigo e de toda forma teria sido criado (ibid., p. 23, grifo nosso).*

Duas questões de grande interesse para os propósitos desta dissertação, e que já encaminham o nosso discurso para as suas considerações finais, colocam frente a frente a *insuficiência do pai* como agente de proteção e a *situação de desamparo* a que estamos sujeitos como consequência daquela insuficiência, dada a falha potencial da função protetiva (real e simbólica) de nossa organização psíquica, condição essa eminentemente trágica – como afirma a psicanálise.

Esse desamparo impõe, inapelavelmente, a necessidade de “reconhecer plenamente nossa condição básica da insuficiência” (BIRMAN, 2003, p. 108) e procurar por um modelo de vida e laço social que assuma essa condição precária de nossa natureza.

Ao afirmar o masoquismo primário em 1924⁵⁶, Freud o classifica como erógeno, moral e feminino, e valendo-se dessa nova proposição, Birman (2003) sustentará que as modalidades moral e feminina de masoquismo – contrariamente à erógena –, têm

⁵⁶ Em *O problema econômico do masoquismo*.

correspondência com os modos de subjetivação próprios ao contexto da vida social contemporânea, levando a uma espécie de apagamento ou rejeição daquela condição trágica e dolorosa do desamparo, fazendo prevalecer uma defesa dramática contra tal condição pela *busca desesperada por mediação e proteção*, que levam o sujeito, necessariamente, a um *estado de subordinação ao outro* e a uma posição de degradante *servidão voluntária*⁵⁷.

[...] a convivência trágica com a condição desamparada se transformou na problemática fundamental da subjetividade. Por isso mesmo, diante da dor que isso implica, o sujeito buscaria a todo custo se defender dessa condição, denegando-a, recusando-a [...]. Com isso, portanto, a tragicidade da condição desamparada da subjetividade, delineada no percurso final do discurso freudiano, se transformou em drama, pelo apelo desesperado de proteção que passa a ser feito pelo sujeito à figura do pai falho e faltante, que se inscreve no psiquismo pelos registros do pai ideal e do supereu. É nessa perspectiva teórica que se deve interpretar a afirmação recorrente de Freud, de que na neurose existiria sempre [subentendida] a “nostalgia do pai” [...] (BIRMAN, 2003, p. 106).

⁵⁷ Referência ao pensamento do humanista e filósofo francês Étienne de La Boétie, na obra *Discurso sobre a servidão voluntária*, de 1576.

CONCLUSÃO

Acompanhamos a emergência da psicanálise freudiana no contexto da modernidade ocidental do final do século XIX – considerada do ponto de vista do projeto histórico-genealógico de Michel Foucault –, e seguimos o percurso do lugar ocupado pela figura do pai e sua função de operador simbólico, ao longo de um eixo que inicia com a sedução ativa em relação à infância – segundo relato de pacientes em processo de análise –, até a constatação de insuficiência do caráter de proteção atribuído àquela figura parental, desde o exercício de autoridade pela função de interdição do desejo sexual infantil na passagem pelo Édipo, colocando em evidência o desamparo que nos constitui.

A principal questão de nossa pesquisa, portanto, foi a do lugar ocupado pela figura do pai desde a formulação da teoria da fantasia (com o desaparecimento da categoria de trauma), até um posterior retorno dessa mesma categoria a partir de 1920 (quando a figura do pai, por sua vez, desaparecerá do lugar ocupado anteriormente), dada a constatação da insuficiência de sua função protetora, com a emergência da trágica condição de desamparo.

Nesse contexto, consideramos o modelo da família nuclear moderna onde a figura do Pai-soberano e sua função de lei, exerce o papel de interdição do desejo incestuoso da criança com relação às figuras parentais na passagem pelo complexo de Édipo, estruturando de forma inequívoca o psiquismo do futuro adulto.

Mas a afirmação daquela condição de desamparo a que chegamos com o último Freud trouxe como consequência um incremento no sentimento de nostalgia do pai – que já se expressava pelo sintoma neurótico, segundo Freud –, e que aparece agora, de forma contundente, numa busca desesperada por proteção que conduz o sujeito à um estado de subordinação ao outro e à uma posição de degradante servidão voluntária.

Apostamos no valor da psicanálise freudiana para o enfrentamento dessa problemática, por manter da experiência pré-moderna uma racionalidade que singulariza ou particulariza a experiência da doença⁵⁸ que será relatada por aquele que sofre, colocando em

⁵⁸ O louco no renascimento é considerado um sujeito livre, produtor de verdade e obra, e mantido fora do signo da estigmatização social. Nessa perspectiva, Foucault falará em tradição trágica da loucura e fará justiça à Freud por ter considerado o delírio não como erro da razão, mas como tentativa pessoal de cura. (Cf. FOUCAULT, 1961/2017)

destaque o recurso à linguagem e à comunicação, e um processo de subjetivação que possibilita a prevalência da ideia de *sintoma* em relação ao signo; que, em vez de considerar a objetividade do *olhar*, a partir de uma *perspectiva semiológica* – onde a palavra tem o status de representante da coisa e a linguagem é espelho do mundo –, dará importância à *escuta* das queixas e dos relatos de cada paciente, privilegiando o tempo e a história pessoal, e uma modalidade de interpretação ao infinito, fundamento de uma hermenêutica do sujeito.

A ausência de mediação psíquica pela palavra coloca, necessariamente, o corpo em primeiro plano. E é exatamente isso que vem sendo observado pela clínica contemporânea, como nos casos de síndrome do pânico, que resulta da passagem de um excesso de excitabilidade não *para* o corpo – como na encenação histórica –, mas *no* corpo – pela passagem ao ato.

Nesse contexto, a questão que se coloca, portanto, segundo o nosso entendimento, é a de uma espécie de embotamento da capacidade humana para a simbolização e a verbalização, comprometendo o processo de elaboração psíquica, a comunicação e a geração de laços sociais tão necessários à convivência e ao enfrentamento dos obstáculos comuns.

Qual seria então uma saída possível para o sujeito que se encontra nesse estado aflitivo do desamparo que não fosse o caminho da servidão voluntária ou as situações dolorosas do excesso e do trauma que resultam, via de regra, em patologias do corpo, da ação e das sensações, como os quadros de angústia, as depressões, as toxicomanias e o aumento da violência individual e social?

A certeza que temos é que qualquer que seja a resposta para essa pergunta, ela não pode deixar de considerar que, para a psicanálise, somos seres originados da pulsão e de seus destinos insondáveis, e que Freud, até o fim de sua obra, insistiu na “autonomia das forças pulsionais face ao campo das representações” (BIRMAN, 2005, p. 165) e na existência de uma modalidade de pulsão que não se representa: a pulsão de morte. Ou seja:

A relação conflitual entre a pulsão e a civilização seria de ordem estrutural, isto é, o conflito jamais seria ultrapassado [e] a maneira de encarar este conflito, de manejá-lo, [...] [incluiria] uma espécie de gestão interminável e infinita do conflito pelo sujeito, de forma tal que este não poderia jamais se deslocar de sua posição originária de *desamparo* (ibid., p. 129, grifo do autor).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ARTAUD, A. **O teatro e seu duplo**. São Paulo: Max Limonad, 1987.

BASTOS, A.; FREIRE, A. B. Sobre o conceito de alíngua: elementos para a psicanálise aplicada ao autismo e às psicoses. In: BASTOS, A. (Org.). **Psicanálise hoje**. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2006, p. 107-122.

BEZERRA JR., B. O normal e o patológico: uma discussão atual. In: A. N. SOUZA; J. PITANGUY. (Org.). **Saúde, Corpo e Sociedade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

BIRMAN, J. A psicanálise e a crítica da modernidade. In: HERZOG, R. (Org.). **A psicanálise e o pensamento moderno**. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2000a.

_____. **Entre cuidado e saber de si: sobre Foucault e a psicanálise**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000b.

_____. **Fraternidades: destinos e impasses da figura do pai na atualidade**. PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: IMS-UERJ, 13(1): 93-114, 2003.

_____. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Cadernos sobre o mal: agressividade, violência e crueldade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009a.

_____. Genealogia do trauma e formas de subjetivação na contemporaneidade. In: OLIVEIRA, C.; MÜLLER, R. F. (Org.). **Subjetivações e gestão dos riscos na atualidade**. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2017a.

_____. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017b.

BREUER, J. Casos Clínicos: Srta. Anna O. In: FREUD, S. Estudos sobre a histeria (1893-1895). **Obras Completas**. 1. ed. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2016a.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CAROPRESO, F.; SIMANKE, R. T. **Uma reconstituição da estratégia freudiana para a justificação do inconsciente**. *Ágora* (Rio de Janeiro) v. XI n. 1 jan/jun 2008 31-51.

CAZETO, S. J. **A constituição do inconsciente em práticas clínicas na França do século XIX**. São Paulo: Escuta, 2001.

DOR, J. **O pai e sua função em psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

FERENCZI, S. Confusão de línguas entre os adultos e a criança (1933). In: _____. **Obras Completas**. v. 4. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. O “Não” do pai. In: _____. **Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

_____. **Microfísica do poder**. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018a.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 7. ed. v. 1. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018b.

_____. **História da loucura: na Idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

FREUD, S. Charcot. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 2. ed. v.3. Rio de Janeiro: Imago, 1986a.

_____. Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: uma conferência (1893). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 2. ed. v. 3. Rio de Janeiro: Imago, 1986b.

_____. A hereditariedade e a etiologia das neuroses (1896). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 2. ed. v. 3. Rio de Janeiro: Imago, 1986c.

_____. Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa (1896). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 2. ed. v. 3. Rio de Janeiro: Imago, 1986d.

_____. Lembranças encobridoras (1899). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 2. ed. v. 3. Rio de Janeiro: Imago, 1986e.

_____. Sobre os fundamentos para destacar da neurastenia uma síndrome específica denominada “neurose de angústia” (1895). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológica Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1986f.

_____. A sexualidade na etiologia das neuroses (1898). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 2. ed. v. 3. Rio de Janeiro: Imago, 1986g.

_____. Relatório sobre meus estudos em Paris e Berlim. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v.1. Rio de Janeiro: Imago, 1996a.

_____. A história do movimento psicanalítico (1914). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996b.

_____. Extratos dos documentos dirigidos a Fliess: Carta 71 (15/10/1897). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 1. Rio de Janeiro: Imago, 1996c.

_____. Esboços para a “comunicação preliminar” de 1893. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 1. Rio de Janeiro: Imago, 1996d.

_____. Uma dificuldade da psicanálise (1917). In: _____. **Obras Completas**. v. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.

_____. O inquietante (1919). In: _____. **Obras Completas**. v. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.

_____. Introdução a *Psicanálise das neuroses de guerra* (1919). In: _____. **Obras Completas**. v. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010c.

_____. Além do princípio do prazer (1920). In: _____. **Obras Completas**. v. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010d.

_____. A organização genital infantil (1923). In: _____. **Obras Completas**. v. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.

_____. A dissolução do complexo de Édipo (1924). In: _____. **Obras Completas**. v. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.

_____. Totem e Tabu (1912-1913). In: _____. **Obras Completas**. 1. ed. v. 11. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. A fixação no trauma, o inconsciente (1917). In: _____. **Obras Completas**. 1. ed. v. 13. São Paulo: Companhia das Letras, 2014a.

_____. Inibição, sintoma e angústia (1926). In: _____. **Obras Completas**. 1. ed. v. 17. São Paulo: Companhia das Letras, 2014b.

_____. **A interpretação dos sonhos**. Porto Alegre: L & PM, 2016a.

_____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: _____. **Obras Completas**. v. 6. São Paulo: Companhia das Letras, 2016b.

GARCIA-ROZA, L. A. **Freud e o inconsciente** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

KAUFMANN, P. (Ed.). **Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

LACAN, J. **O seminário**, livro 16: de um Outro ao outro. Rio de Janeiro: Zahar, 2008a.

_____. **O seminário**, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 2008b.

_____. **Os complexos familiares na formação do indivíduo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. **Vocabulário da Psicanálise**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NIETZSCHE, F. W. **Obras incompletas**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

RUDGE, A. M. **Trauma**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009b.

SALES, J. L.; OLIVEIRA, R. H.; PACHECO-FERREIRA, F. **Clivagem**: a noção de trauma desestruturante em Ferenczi. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. v.68. n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ/CFCH/IP, 2016, p. 60-70.

VIANA, D. A. **Biopolítica e psicanálise**: uma análise histórico-genealógica das formas de subjetivação na contemporaneidade. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ/IP/PPGTP, 2008.

WHYTE, L. L. **The unconscious before Freud**. New York: Basic Books, 1960.

YAZBEK, A. C. **10 lições sobre Foucault**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.